

# **RELATÓRIO DE** **Desenvolvimento Juvenil 2006**



**Julio Jacobo Waiselfisz**



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS  
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

OEI

Organização dos Estados Ibero-Americanos  
para a Educação, a Ciência e a Cultura  
OEI

# Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2006

Julio Jacobo Waiselfisz

Brasília, 2006

© 2006 Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura  
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de texto e imagens desta obra é da área técnica.

**Endereço**

SHS, quadra 6, conjunto A, bloco C, sala 1103, Ed. Brasil XXI  
CEP 70316-000, Brasil – Brasília  
Tel.: (61) 3225-7330  
[www.oei.org.br](http://www.oei.org.br)

**Endereço Eletrônico do Autor**

[juliowa@uol.com.br](mailto:juliowa@uol.com.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
1. NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGIAS	
1. 1 Considerações sobre o conceito de juventude	9
1. 2. Notas técnicas e metodológicas	11
2. ONDE ESTÃO OS JOVENS?	20
3. EDUCAÇÃO	
3.1 Analfabetismo entre os jovens	23
3.2 Situação educacional dos jovens	34
3.3 Escolarização: frequência à escola	38
3.4 Anos de estudo	50
3.5 Qualidade do Ensino	55
3.6 Comunicação e Internet	62
4. RENDA E ATIVIDADES	
4.1 Renda	70
4.2 Atividades	80
5. SAÚDE	95
5.1 O marco da Mortalidade Juvenil	96
5.2 Mortalidade por causas violentas	99
5.3 Mortalidade por causas internas	106
5.4 Maternidade Precoce	112
5.5 Condições de vida: saneamento básico	121
6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL	125
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
LISTA DE SIGLAS	155
NOTA SOBRE O AUTOR	156

## APRESENTAÇÃO

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Juvenil, divulgado em abril de 2004, pretendeu realizar uma descrição da situação social, educacional e ocupacional dos jovens do Brasil, objetivando também, e fundamentalmente, a construção de um indicador sintético sobre as condições de vida e as possibilidades de acesso aos benefícios sociais básicos, como educação, saúde e renda, nas diversas unidades federativas (UF) do país, denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ). Esse índice utilizou critérios e dimensões semelhantes aos propostos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adaptando-os de modo a contemplar questões e situações específicas dos jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos.

Dois anos depois da divulgação desse primeiro relatório pela UNESCO, a OEI atualizou as análises e os índices, comparando a situação encontrada em 2003 com a atual, na tentativa de estabelecer áreas onde o direito de acesso aos benefícios sociais básicos melhorou, estagnou ou, inclusive, regrediu.

Além do índice sintético, também foram dedicados capítulos específicos para cada dimensão utilizada para construir o índice: educação, saúde e renda, verificando a incidência de diversos aspectos, como cor/raça, gênero, grupos etários, renda, etc. na situação de vida da juventude brasileira.

O estudo utilizou as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) e as do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, todas de 2003. Com isso, tentou-se obter uma visão, ao mesmo tempo abrangente e sintética, dos diversos aspectos e

níveis de desenvolvimento da juventude brasileira, tentando contribuir para um melhor direcionamento das políticas sociais para os jovens do Brasil.

## INTRODUÇÃO

A finalidade do presente documento é propor uma plataforma de conhecimentos em condições de orientar debates, estudos e políticas sobre o tema e, principalmente, acompanhar a situação da juventude no país, verificando se as limitações e problemas diagnosticados no Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2003 tiveram solução ou continuam tal como foram apontados.

Parece ser importante indagar sobre o significado de “ser jovem” em um mundo como o de hoje, globalizado, culturalmente diversificado, atravessando diversas crises que vão além do econômico para ingressar no institucional, em uma sociedade cuja democracia encontra-se profundamente afetada por situações de extrema pobreza, exclusão e iniquidade. São essas situações de exclusão, aliadas às desfavoráveis condições socioeconômicas, que constituem cenários significativamente comprometedores para o processo de integração e inclusão social dos jovens. Na América Latina, apesar de avanços nos diversos indicadores sociais, tais como os apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado anualmente, a juventude ainda está sujeita a sérias limitações. Essas limitações relacionam-se com direitos considerados básicos, como o de acesso ao conhecimento disponível e adequado às modernas necessidades sociais, ou ao direito a uma vida longa e saudável, indicados pelos déficits educacionais, pelas limitações de inserção no mercado de trabalho e pelos padrões de mortalidade de nossa juventude.

Por outro lado, a despeito da atenção que o tema da juventude vem assumindo nas discussões acerca dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico e social, tanto em

países em desenvolvimento da América Latina e Caribe quanto em países desenvolvidos, pouco se dispõe de forma específica para mensuração dos graus de exclusão e de vulnerabilidade da juventude, tanto de forma interna como *entre* países. No Brasil, dispõe-se do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação SEADE, em São Paulo, em 2002, e ampliado para a realidade nacional no Atlas da Exclusão Social elaborado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp)<sup>1</sup>. O IVJ, no entanto, mede especificamente a vulnerabilidade da juventude à criminalidade (o que constitui um importante indicador), mas não se propõe a ser um índice extenso e abrangente do desenvolvimento da juventude.

No texto que se segue, poderão ser encontradas, no primeiro capítulo, considerações acerca de juventude e desenvolvimento além dos aspectos técnicos e metodológicos que orientaram o estudo. O segundo capítulo oferece um marco quantitativo da distribuição da juventude no país. No terceiro, quarto e quinto capítulos, encontra-se uma análise da juventude no Brasil nas áreas de educação, renda e saúde, tendo as cinco grandes regiões brasileiras e as unidades federativas como os referenciais comparativos. Além disso, os dados disponíveis são analisados segundo o sexo, o grupo etário, o nível de renda familiar e a cor/raça dos jovens. No sexto capítulo, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Juvenil para cada uma das unidades federativas do país e para cada região. Por fim, as considerações finais, à luz do discutido e dos achados dos capítulos anteriores.

Com isso, espera-se obter uma demonstração sintética dos locais, aspectos e graus de inclusão/exclusão da juventude brasileira, contribuindo para melhor focalização do planejamento e da execução de políticas sociais para os jovens do Brasil.

---

<sup>1</sup> PORCHMAN, Ricardo e AMORIN, Ricardo (Orgs). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

## 1. NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.

### 1.1 Considerações sobre o conceito de juventude.

O significado de ser “jovem” tem sido visto e explicado de formas bem diferentes, não só ao longo do tempo, mas também na atualidade. Trata-se de mera categoria analítica ou representa uma situação vital, uma condição social com características próprias? Ou, como pergunta Spósito<sup>2</sup>, “trata-se de saber se a juventude *existe* como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é *apenas uma palavra*”, como afirmava Bourdieu<sup>3</sup>.

Encarada como categoria analítica, a juventude tem sido definida como um agregado estatístico, o que possibilita juntar, em um mesmo conjunto, indivíduos diferentes mancomunados pelo fato único de ser de tal ou qual idade. Se o início dessa fase *jovem* é mais ou menos consensual – começa quando finalizam as transformações da adolescência, algo entre os 13 e os 15 anos de idade – o ponto final parece ser bem mais difuso: 18, 24 ou até 29 anos ou mais de idade, segundo o país, a época, o grupo, a cultura, dentre outros fatores. Trata-se, via de regra, de encontrar as diferenças de situação ou de condição a partir da ruptura da aparente “homogeneidade” estabelecida pela faixa etária que permitiria englobar uma enorme diversidade em uma categoria única, a *juventude*.

Em geral, considera-se juventude o período de transição que vai da adolescência à idade adulta. Na adolescência, tem lugar uma longa série de mudanças fisiológicas, especialmente as relacionadas ao desenvolvimento das características sexuais secundárias e à maturidade reprodutiva. Na idade adulta, ocorre a autonomia dos indivíduos, com a independência familiar e econômica. Em outras palavras, a juventude caracteriza uma etapa na qual os indivíduos, tendo já adquirido pleno potencial biológico para a produção e a reprodução da vida, ainda são considerados socialmente imaturos para desempenhar essas funções<sup>4</sup>. Pode-se falar até de uma transição para a vida adulta que apresenta, na atualidade,

---

<sup>2</sup> SPOSITO, MARILIA PONTES. Considerações em Torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação. In: SPOSITO, MARILIA PONTES (Coord). *Estado do Conhecimento. Juventude e Educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

<sup>3</sup> BOURDIEU, P – “La jeunesse n’est qu’un mot”. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980

<sup>4</sup> BRASLAVSKY, CECILIA.: *La juventud argentina: informe de situación*. Buenos Aires: Centro Editor, 1986

*trajetórias juvenis* mais ou menos definidas, mas em constante mutação<sup>5</sup>: terminar os estudos, ingressar no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um novo lar apareceriam como indicadores da trajetória nesse processo juvenil de aquisição do papel de *adulto* na sociedade.

Também cabe considerar que a consolidação da categoria juventude como etapa específica do ciclo de vida humano, inserida entre a infância e a idade adulta, é fato relativamente recente na história da humanidade, um dos vários subprodutos da modernidade.

Ainda nos séculos XVII e XVIII, as crianças eram vistas como adultos em miniatura<sup>6</sup>. Trajados como gente grande nas famílias nobres ou participando desde cedo no trabalho familiar nas famílias camponesas<sup>7</sup>, a infância, em geral, pré-anunciava e encaminhava, de forma direta, para o mundo adulto. Mesmo a reprodução acontecia cedo, sem transição ou fase de preparo tal como existe hoje.

Essa construção do conceito de “juventude”, a partir da qual se identifica hoje um amplo setor da população com características próprias, consolida-se com os novos ordenamentos sociais e produtivos de finais do século XIX e, principalmente, do século XX. O fortalecimento e a universalização da instituição escolar tiveram papel fundamental nessa construção. A partir dessa universalização a escola adquiriu importância fundamental na construção da categoria *jovem* como fase de preparação para a vida, na qual a instituição *escola* desempenharia papel central. Assim, a juventude desenvolveu-se no âmbito do sistema escolar, que se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso, uma das primeiras imagens representativas da juventude foi a do estudante.

O conceito continuou evoluindo ao longo do século XX, especialmente nas últimas décadas, quando o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais que, impactando o mundo todo, tiveram especial efeito na juventude. A globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da

---

<sup>5</sup> CAMARANO, Ana Amélia et alii. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, Textos para Discussão 1038, agosto de 2004.

<sup>6</sup> ARIËS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

<sup>7</sup> TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Os Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978, verifica, estudando a colônia gaúcha do vinho, as crianças aprendendo os trabalhos adultos brincando com pás ou enxadas.

Internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral.

Para a juventude, isso tem significado profundas mudanças nas formas de se relacionar com os outros, de aprender e de construir-se como parte da sociedade.

A Assembléia Geral da ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985, para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para o planejamento posterior e o acompanhamento do setor da juventude, a Assembléia definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados Membros. Quando a Assembléia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o Ano 2000, reiterou que a Assembléia Geral definia a juventude como a faixa etária de 15 a 24 anos. No entanto, acrescentou que, para além da definição estatística, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais.

## **1. 2. Notas técnicas e metodológicas.**

Criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, o IDH veio reformular o indicador exclusivo até então utilizado para medir o desenvolvimento dos países: o PIB *per capita*. O IDH mede o grau de desenvolvimento de uma nação, levando em conta não só esse indicador, mas também a *expectativa de vida* da população (esperança de vida ao nascer), o *acesso ao conhecimento* (alfabetização adulta, taxa de escolaridade bruta combinada do ensino fundamental, secundário e superior) e o *acesso a serviços básicos* que proporcionem uma condição de vida considerada digna<sup>8</sup>.

A proposta das três últimas dimensões representa a mudança de uma concepção de desenvolvimento de um ponto de vista meramente econômico para uma perspectiva mais ampla, a que muitos autores passaram a denominar *paradigma do desenvolvimento humano*. Como afirmam Najberg e Oliveira, *(um) dos grandes méritos desse índice é utilizar dados básicos de existência quase universal. É também essa característica que possibilita o cálculo do IDH (e de suas variantes) para unidades subnacionais, tais como*

---

<sup>8</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Left.htm>. Acesso em: 02/05/2003.

*regiões, estados e municípios, ou ainda para grupos ou partições da população, segundo atributos não geográficos tais como gênero, etnia, situação urbana ou rural etc*<sup>9</sup>.

Os indicadores utilizados na composição do IDH têm o mesmo peso na avaliação. Para que possam ser combinados em um índice único, eles primeiramente são transformados em índices parciais. A combinação desses índices, ponderados igualmente, gera o indicador-síntese.

A composição do IDJ seguiu um modelo semelhante ao do IDH. Mas, por outro lado, foi adaptado para expressar questões específicas dos jovens, bem como a configuração de tais questões na realidade brasileira.

Nesse sentido, foram selecionados indicadores que contemplassem as peculiaridades das juventudes e que mensurassem, de maneira conjunta, os graus de exclusão/integração social desse segmento da população.

As dimensões consideradas no cálculo do IDJ e seus respectivos indicadores foram as seguintes:

a) **Educação**, integrada por três indicadores:

- **Analfabetismo.** A alfabetização tem sido vastamente reconhecida como fator determinante na situação econômica e social dos indivíduos. Não poderia deixar de constituir, portanto, um dos indicadores básicos do IDJ. Embora fosse relevante a abordagem de várias esferas da alfabetização (funcional, em prosa, documental, quantitativa)<sup>10</sup>, foi utilizado no estudo o conceito operacionalizado na PNAD, o mesmo empregado na ampla maioria das estatísticas internacionais, em que são definidas como alfabetizadas *as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no*

---

<sup>9</sup> NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, André de Souza de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. *Informe-se*, nº 19, out/2000, p. 2. Disponível em: [http://www.federativo.bndes.gov.br/bf\\_bancos/estudos/e0001405.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/estudos/e0001405.pdf). Acesso em: 07/05/2003. Dada a extensão territorial brasileira e a ampla desigualdade na distribuição de renda, houve a necessidade de se criar, com base no IDH, indicadores espacialmente desagregados, adaptados para realidades micro como os municípios, para mensurar as desigualdades de desenvolvimento humano existentes no país. Em 1996 o PNUD, junto com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) publicaram o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no Brasil. Desde então, novos índices desagregados foram constituídos, sendo os principais o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Condições de Vida (ICV).

<sup>10</sup> PNUD/ RDH 2002, *op. cit.*, p. 143.2

*idioma que conhecem*<sup>11</sup>. Operacionalmente, foi definida como a relação entre o número de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos registrados pela PNAD 2003 e a população de 15 a 24 anos de uma UF determinada.

- Escolarização adequada. Esse indicador corresponde à taxa de escolarização combinada utilizada no IDH, que se baseia no somatório da taxa bruta de matrícula de todos os níveis de ensino<sup>12</sup>. Substitui também a opção utilizada no IDH-M que, em lugar das taxas de matrícula, recorre ao indicador “frequência à escola”, também em todos os níveis educacionais<sup>13</sup>. Aqui, como no IDH-M, foi utilizada a frequência à escola, mas restrita aos níveis de ensino correspondentes à faixa etária focalizada neste estudo (15 a 24 anos). Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária adequada para o ensino médio vai de 15 a 17 anos e, em situação regular, um jovem estaria concluindo o curso superior por volta dos 22 anos. Baseada nesse pressuposto, a taxa de escolarização *adequada* é constituída a partir do número de jovens que frequentam o ensino médio em diante. Dessa forma, o indicador desconsidera os jovens de 15 a 24 anos cursando ainda o ensino fundamental. Operacionalmente, foi definido como a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que frequentam curso regular de Ensino Médio ou Superior registrado pela PNAD 2003 em relação à população de 15 a 24 anos de uma determinada UF.
- Qualidade do ensino: sem correlato no IDH. Tão importante quanto os aspectos quantitativos da cobertura incluídos no IDH são os aspectos que apontam para a qualidade do acesso ao conhecimento. Provavelmente, esse aspecto não foi incluído no IDH porque não são muitos os países do mundo que contam com mecanismos de avaliação os quais, de forma sistemática, possibilitem aferir essa qualidade do ensino. Como o Brasil possui, desde o ano de 1990, uma sistemática nacional que pondera a qualidade do ensino: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), julgou-se conveniente considerar mais esse indicador dentro do

---

<sup>11</sup> PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO./IBGE, 2001. *Notas Técnicas*. Microdados, CD-Rom.

<sup>12</sup> PNUD/ RDH 2002, *op. cit.*, p. 146.

<sup>13</sup> INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: [http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos IDH/Novo Atlas-Press release 1.doc](http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos%20IDH/Novo%20Atlas-Press%20release%201.doc). Acesso em: 23/07/2003.

índice educacional. O SAEB, a cada dois anos, aplica provas de Língua Portuguesa e Matemática a amostras representativas de alunos da 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e a alunos da 3<sup>a</sup> série do Ensino Médio. Os resultados das provas são divulgados em uma escala única para todas as séries, escala que vai de 150 a 500 pontos. Para a construção do IDJ, foram selecionadas as séries disponíveis que correspondiam à faixa etária em foco: 8<sup>a</sup> do ensino fundamental e 3<sup>a</sup> série do ensino médio. Assim, esse indicador foi operacionalmente definido como a média padronizada<sup>14</sup> das escalas de proficiência da 8<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental e da 3<sup>a</sup> série do Ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática aferida pelo SAEB 2003.

**b) Saúde**, integrada por 2 indicadores:

- Mortalidade por causas internas. Refere-se às mortes de jovens por problemas que erodem a saúde física. Em mais de 80% dos casos desse tipo de mortalidade entre os jovens, segundo análise do próprio Ministério da Saúde disponibilizada pelo DATASUS, as causas seriam perfeitamente “evitáveis”<sup>15</sup>. Ou seja, as mortes ocorrem apesar da existência de cobertura de saúde e de possibilidades de profilaxia, o que estaria evidenciando, quando a mortalidade é elevada, a fragilidade do serviço público e a ausência de políticas de acesso dos jovens à saúde. Esse indicador guarda estreita relação não somente com a pobreza, mas, sobretudo, com a possibilidade de acesso a um dos serviços sociais considerados básicos<sup>16</sup>. Operacionalmente, esse indicador foi trabalhado relacionando o número de óbitos por causas internas em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, registrados nas bases de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde correspondente ao ano de 2003.
- Mortalidade por causas violentas. A seleção desse indicador remete a uma especificidade recente da juventude: a vulnerabilidade dos jovens à violência nos países da América Latina. O indicador foi construído somando o número de óbitos por

---

<sup>14</sup> Ver procedimentos de standardização mais à frente, neste mesmo capítulo.

<sup>15</sup> SIM/DATASUS. Mortalidade: notas técnicas, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.

<sup>16</sup> SEN, Amartya. A economia da vida e da morte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), n. 23, ano 8, out.1993.

homicídios, por suicídios e por acidentes de transporte<sup>17</sup> registrados em 2003 no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, por cada 100.000 jovens.

**c) Renda**

- Renda familiar *per capita*. Correlato do PIB *per capita* utilizado pelo IDH, corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo declarado no levantamento da PNAD 2003, relacionado com o número de membros integrantes do grupo. Para possibilitar a comparabilidade atual e futura, os rendimentos mensais foram reduzidos a salários-mínimos, cujo valor, na época do levantamento da PNAD 2003, era de R\$ 240,00.

Para a construção do IDJ, as taxas, médias ou porcentagens originais dos indicadores de base foram transformadas em índices seguindo os mesmos procedimentos utilizados pelo IDH:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor observado} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}}$$

A partir dessas dimensões, foram utilizados os seguintes parâmetros para o cálculo do IDJ:

---

<sup>17</sup> Corresponde às categorias agressões intencionais, lesões auto-infringidas e acidentes de transporte da Classificação Internacional de Doenças – CID-10 – utilizada pelo SIM.

DIMENSÕES/ INDICADORES	Limites do indicador		Peso do indicador na dimensão	Peso da dimensão no IDJ
	Mínimo 0	Máximo 1		
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>1</b>		
• Analfabetismo	20%	0%	1/3	
• Escolarização adequada	10%	40%	1/3	
• Qualidade do ensino	<b>0</b>	<b>1</b>	1/3	1/3
› Português, 8ª Série do EF	194,0	277,6	1/4*	
› Matemática, 8ª Série do EF	200,8	286,4	1/4*	
› Português, 3ª Série do EM	213,7	313,9	1/4*	
› Matemática, 3ª Série do EM	219,4	339,9	1/4*	
<b>SAÚDE</b>	<b>0</b>	<b>1</b>		
• Mortalidade por causas internas	100	0	½	1/3
• Mortalidade por causas violentas	200	0	½	
<b>OCUPAÇÃO E RENDA</b>	<b>0</b>	<b>1</b>		
• Renda familiar <i>per capita</i>	0,5	3,5	½	1/3

\* Peso da variável no indicador

No IDH, a média dos índices parciais tem como resultado o índice final, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O mesmo procedimento foi utilizado para se avaliar o IDJ nas UF.

Na Região Norte, algumas adaptações foram necessárias, em virtude de limitações na cobertura geográfica da PNAD. Nessa Região, exceto no Estado do Tocantins, a zona rural não é trabalhada pelas PNAD. Considerando que, em geral, como evidenciam os dados, a área rural apresenta resultados menos favoráveis nos vários indicadores, acontece na Região Norte e em suas unidades federativas uma elevação artificial dos resultados, pela coleta de dados exclusiva da área urbana.

Desse modo, nas análises dos capítulos prévios ao IDJ foram utilizados os dados da PNAD, tal como disponibilizados pelo IBGE, sem dados da zona rural na Região Norte (exceto Tocantins). Mas para o cálculo do IDJ foi realizado um ajuste que consistiu em estimar os valores da zona rural nos Estados não cobertos pela PNAD nessa área, quais sejam: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Esse ajuste tomou como base a estrutura de dados do Censo 2000 e o comportamento diferenciado das áreas rurais do resto do país, notadamente o Nordeste,

segundo os dados da mesma PNAD de 2003. Em outros termos, para a obtenção das taxas da zona urbana, foi utilizado apenas um estimador: a PNAD de 2003. Para a obtenção das taxas da zona rural dos 6 Estados da Região Norte, foram utilizados dois estimadores: os dados da PNAD de 2003 e, após a apresentação desses, o Censo 2000, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TR_C = [ TU_{UF} \cdot PR_{UF} (\%) ] + [ TR_{UF} \cdot PR_{UF} (\%) ]$$

Onde:

- $PR_{UF}$  = População rural da unidade federativa (%).
- $TU_{UF}$  = Taxa da área urbana da unidade federativa (PNAD 2003).
- $TR_{UF}$  = Taxa da área rural da unidade federativa (estimativa).
- $TR_C$  = Taxa calculada da área rural.

Outra decisão decorrente da estrutura dos dados refere-se à análise por cor, embora nesse caso não haja relação com o cálculo do IDJ. Na faixa de 15 a 24 anos, os índios e amarelos representam na PNAD apenas 0,1% e 0,4%, respectivamente, da amostra. Tais proporções inviabilizariam o tratamento dos dados e comprometeriam sua confiabilidade. Optou-se, desse modo, por observar a presença do viés racial apenas entre brancos e pretos/pardos, aqui denominados negros.

Finalmente, antes de prosseguir com a apresentação dos resultados, resta ainda precisar qual o conceito de juventude que orientou este trabalho.

A juventude foi delimitada na faixa etária de 15 a 24 anos e caracterizada como (...) *o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional*<sup>18</sup>. Essa faixa etária foi dividida em três sub-faixas: 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24, cada uma constituindo uma fase específica nesse processo.

Sob essa definição, educação e trabalho constituem dimensões fundamentais para o desenvolvimento dos jovens. Nessa perspectiva, foi adotado um quadro de referência baseado em Filgueira e Fuentes<sup>19</sup>, posicionando os jovens segundo quatro situações típicas,

---

<sup>18</sup> WAISELFSZ, 1998, *op. cit.*, p. 153.

<sup>19</sup> FILGUEIRA, C. Estrutura de Oportunidades e Vulnerabilidad Social: aproximaciones conceptuales recientes. In: Seminário Internacional: Las Diferentes Expresiones de la Vulmnerabilidad Social Santiago de Chile, 20/21 jun. 2001. *Anales*. Santiago de Chile:2001.

na passagem para a vida adulta e no posicionamento em uma ocupação socialmente definida:

- ***Jovens que estudam e não trabalham***: tipicamente, os jovens nessa combinação seriam economicamente dependentes e estariam em situação residencial em relação aos pais. Tal combinação, segundo os autores, seria mais comum entre os jovens não pobres e solteiros que moram com a família. Aqui, estaremos associando esta fase à idade de *15 a 17 anos*.
- ***Jovens que trabalham e estudam***: esta fase caracterizaria uma transição entre a vida jovem e a vida adulta. Tipicamente corresponderia à idade de *18 a 19 anos*.
- ***Jovens que apenas trabalham e não estudam*** (abandono do sistema escolar): esta fase caracterizaria a configuração de papéis adultos e corresponderia à idade de *20 a 24 anos*.
- ***Jovens que não estudam nem trabalham***: esta categoria caracterizaria o jovem em situação mais grave de exclusão social, uma vez que demonstra a frustração da própria “fase de transição” que constitui a juventude: o sujeito já está se desvinculando dos seus papéis de jovem, mas não está conseguindo se inserir socialmente para desempenhar seus papéis de adulto.

Entre as condições de acesso a benefícios sociais considerados essenciais na área da saúde por parte da juventude, também se verificou a disponibilidade de itens de saneamento básico, como banheiro, água canalizada, esgoto e coleta de lixo nos domicílios de nossos jovens, segundo os levantamentos da PNAD de 2003, onde são conceitualizados da seguinte forma:

- a) **Banheiro**. Resposta positiva ao item V0215 do Questionário Padrão, onde se pergunta: “Existe banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade?”.
- b) **Esgoto**. Coletado no item V0217 da PNAD 2003. Indaga sobre a forma de escoamento do banheiro ou sanitário. Existência de fossa séptica, tanto ligada quanto não ligada à rede coletora de esgotos ou pluvial. Considerou-se negativo ou não adequado o escoamento em fossa rudimentar, vala, direto para rio, lago, mar ou outras formas.
- c) **Água de rede**. Informação constante no item V0212 da PNAD 2003, que pergunta sobre a “Procedência da água utilizada”. Foi considerada positiva a existência de

água canalizada proveniente de uma rede geral de distribuição em pelo menos 1 cômodo do domicílio.

- d) **Coleta de Lixo.** Item V0218 da PNAD 2003, que indaga sobre o “Destino do lixo domiciliar”. Foi considerado positivo quando o lixo foi coletado direta ou indiretamente. Negativo, quando queimado, enterrado na propriedade, jogado em terreno, rio, lago, mar ou outros destinos.

Dadas essas definições, dimensões e pressupostos, podemos agora continuar com a discussão dos dados obtidos das diversas fontes para os indicadores, analisando-os conforme faixas etárias, sexo, cor e áreas rural e urbana, para só depois chegarmos à apresentação dos IDJ nas unidades federativas.

## 2. ONDE ESTÃO OS JOVENS?

Estimativas realizadas pelo DATASUS/MS, a partir dos dados do IBGE, permitem afirmar que havia, no Brasil, em 2003, um contingente de 35,5 milhões de pessoas na faixa de 15 a 24 anos, caracterizados neste estudo como população jovem. Isso representava exatos 20,1% da população total, estimada, para aquele ano, em 176,9 milhões de pessoas.

Em que pese a semelhança nas proporções de participação dos jovens na população total das diversas unidades federadas e regiões do país, existem diferenças significativas quanto ao peso dos jovens na estrutura populacional de cada Estado ou região.

Nos Estados das regiões Sul e Sudeste, em todas as UF, a população de mais de 25 anos representa mais da metade do total, com médias em torno de 54%. Já essa população adulta, nas regiões Norte (40,9%) e Nordeste (45,7%), apresentam peso menor. No sentido inverso, as regiões Sul e Sudeste apresentam menor incidência de crianças e adolescentes (em torno de 27%) do que as regiões Norte (37,2%) e Nordeste (33%). Esse progressivo decréscimo na participação de crianças na população – produto de quedas nas taxas de natalidade – está originando um crescente envelhecimento da população. Esse processo, já evidente nos Estados das regiões Sul e Sudeste, incipiente ainda no Centro-Oeste, vai afetar também, de forma progressiva, os Estados das regiões Norte e Nordeste. Com isso, em termos relativos, a participação da faixa jovem tenderá a diminuir.

Isso pode ser observado no Gráfico 2.1 que detalha a evolução histórica das diversas faixas etárias da população brasileira. A participação do contingente de crianças e adolescentes cai de 38,2% em 1980 para 30% em 2004. Também cai, em proporção bem menor, a participação de jovens, 21,1% em 1980 para 20,3% em 2004. Mas esse processo de contração da população jovem está se iniciando e será incrementada nos próximos anos.

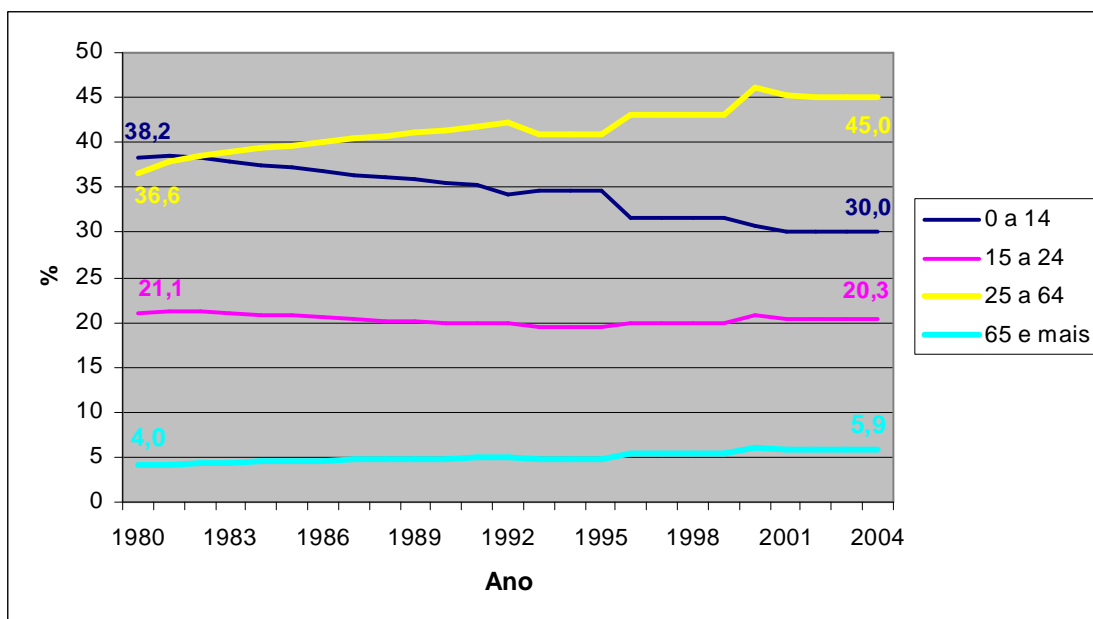
Pelo contrário, a população adulta cresceu bem rapidamente, passando de 36,6% para 45% do total. Situação semelhante acontece com a população idosa, que passa de 4% para 5,9% do total da população nesse mesmo período.

Tabela 2.1 Estrutura da população por faixa etária. - Brasil – 2003

Região/UF	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 e mais anos	Total	% 0 a 14	% 15 a 24	% 25 e +
Rondônia	502.909	310.566	642.439	1.455.914	34,5	21,3	44,1
Acre	232.918	132.990	234.699	600.607	38,8	22,1	39,1
Amazonas	1.176.907	673.642	1.180.530	3.031.079	38,8	22,2	38,9
Roraima	137.488	77.094	142.714	357.296	38,5	21,6	39,9
Pará	2.438.981	1.439.233	2.696.776	6.574.990	37,1	21,9	41,0
Amapá	210.542	119.800	204.479	534.821	39,4	22,4	38,2
Tocantins	432.658	265.970	531.560	1.230.188	35,2	21,6	43,2
Região Norte	5.132.403	3.019.295	5.633.197	13.784.895	37,2	21,9	40,9
Maranhão	2.188.369	1.305.933	2.379.344	5.873.646	37,3	22,2	40,5
Piauí	981.010	639.148	1.303.537	2.923.695	33,6	21,9	44,6
Ceará	2.601.553	1.571.304	3.585.580	7.758.437	33,5	20,3	46,2
Rio Grande do Norte	913.120	592.070	1.382.897	2.888.087	31,6	20,5	47,9
Paraíba	1.106.107	727.695	1.684.805	3.518.607	31,4	20,7	47,9
Pernambuco	2.537.701	1.701.538	3.922.589	8.161.828	31,1	20,8	48,1
Alagoas	1.021.813	626.552	1.269.313	2.917.678	35,0	21,5	43,5
Sergipe	625.973	401.061	847.563	1.874.597	33,4	21,4	45,2
Bahia	4.293.958	2.983.333	6.163.253	13.440.544	31,9	22,2	45,9
Região Nordeste	16.269.604	10.548.634	22.538.881	49.357.119	33,0	21,4	45,7
Minas Gerais	5.263.241	3.686.880	9.603.214	18.553.335	28,4	19,9	51,8
Espírito Santo	933.156	666.435	1.650.614	3.250.205	28,7	20,5	50,8
Rio de Janeiro	3.748.971	2.706.635	8.423.538	14.879.144	25,2	18,2	56,6
São Paulo	10.203.996	7.505.287	21.000.056	38.709.339	26,4	19,4	54,3
Região Sudeste	20.149.364	14.565.237	40.677.422	75.392.023	26,7	19,3	54,0
Paraná	2.847.732	1.888.511	5.170.569	9.906.812	28,7	19,1	52,2
Santa Catarina	1.578.853	1.063.347	2.964.960	5.607.160	28,2	19,0	52,9
Rio Grande do Sul	2.740.508	1.882.178	5.888.323	10.511.009	26,1	17,9	56,0
Região Sul	7.167.093	4.834.036	14.023.852	26.024.981	27,5	18,6	53,9
Mato Grosso do Sul	664.411	431.093	1.074.200	2.169.704	30,6	19,9	49,5
Mato Grosso	843.441	554.143	1.253.729	2.651.313	31,8	20,9	47,3
Goiás	1.562.255	1.088.377	2.655.792	5.306.424	29,4	20,5	50,0
Distrito Federal	622.492	490.262	1.077.038	2.189.792	28,4	22,4	49,2
Região Centro-Oeste	3.692.599	2.563.875	6.060.759	12.317.233	30,0	20,8	49,2
TOTAL	52.411.063	35.531.077	88.934.111	176.876.251	29,6	20,1	50,3

Fonte: PNAD/IBGE

**Gráfico 2.1 Participação (%) das diversas faixas etárias na população total.  
Brasil – 1980/2004**



Fonte: IBGE

### 3. EDUCAÇÃO

#### 3.1 Analfabetismo entre os jovens

Antes de entrar na análise propriamente dita, cabe esclarecer o entendimento, neste trabalho, sobre o “(an) alfabetismo”, termo que tem assumido conotações tão diversas que se chega a sugerir sua utilização no plural.

#### **ALFABETISMOS OU ANALFABETISMOS<sup>20</sup>**

*O termo alfabetização está sendo substituído, gradativamente, pela noção de alfabetismo, não só para melhor traduzir o conceito em inglês de literacy, como para dar idéia mais ampla da ação de alfabetizar, a qual implica avanços na compreensão e no domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever.*

*A introdução de novas tecnologias está desmistificando a escrita como código único e conduzindo às noções de "alfabetismos" ou "analfabetismos" - no plural - para designar a referência a múltiplos códigos e à multiplicidade de significações que pode adquirir o "alfabetismo" em diferentes culturas e com variados níveis de exigência. Na verdade, somos todos analfabetos, de um modo ou de outro, perante diferentes tipos de informação e comunicação.*

*A Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990, teve influência marcante na definição de "alfabetismo" ao ampliar sua abrangência de forma a incluir as necessidades básicas de aprendizagem, tanto no domínio da escrita, leitura e aritmética quanto em relação às habilidades para resolver problemas. Tal conceito tem a vantagem de contemplar as competências adquiridas em sistemas não formais e nas experiências pessoais, em contextos cotidianos de aprendizagem.*

*Esse novo enfoque fortalece a visão ética de jovens e adultos, valoriza as aprendizagens ativas, revaloriza o aporte cultural de cada pessoa e comunidade e incentiva a solidariedade e a cooperação na luta pela erradicação do analfabetismo.*

**Jorge Werthein – Assessor Especial do Secretário Geral da OEI.**

Essa ampla e atual visão de alfabetismo é fruto da maturação do conceito de alfabetização, que tem evoluído no decorrer do tempo. *À época da fundação da UNESCO, a alfabetização era vista predominantemente como a capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos. Promover a alfabetização significava então dar aos indivíduos a capacidade de decodificar e codificar a linguagem em forma escrita (...)<sup>21</sup>.* Mais

<sup>20</sup> WERTHEIN, Jorge. Alfabetismos ou analfabetismos. *Construção e identidade: as idéias da UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2002, p.39-40.

<sup>21</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In : UNESCO. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 33.

recentemente, ao se abordar o termo referido, ao lado da preferência pela sua utilização no plural, observa-se a sua inevitável associação com o espectro mais amplo das práticas sociais de comunicação, como se pode ver a seguir:

### **ALFABETIZAÇÃO: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO<sup>22</sup>**

*O foco cada vez mais intenso colocado sobre as práticas de alfabetização, o uso da alfabetização e os contextos onde ela é transmitida levou ao reconhecimento de que a alfabetização serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diversas maneiras. A alfabetização, portanto, passou a ser encarada não como um conceito único, mas sim plural: as alfabetizações. Tanto nas práticas individuais de alfabetização quanto no uso comunitário da alfabetização, sua natureza plural ficou evidente: burocrática, religiosa, pessoal, cultural, na língua materna ou em línguas oficiais, adquirida na escola ou fora dela. Esse enfoque dá ênfase ao fato de que a alfabetização está sempre engastada em outras realidades sociais: trabalho, família, religião, relações com o Estado, etc. (...).*

*(...) Em meio a esses fatos novos, dois conceitos fundamentais já se tornaram claros. Em primeiro lugar, a alfabetização, em si, é ambígua, nem positiva nem negativa, e seu valor depende da maneira como ela é adquirida ou transmitida e do modo como ela é usada. Ela pode ser um fator de liberação ou, na linguagem de Paulo Freire, de domesticação. Nesse particular, a alfabetização se vê na mesma situação que a educação em geral, quanto a seu papel e a sua finalidade. Em segundo lugar, a alfabetização se vincula a um vasto espectro de práticas sociais de comunicação, só podendo ser tratada paralelamente aos demais meios de comunicação, como rádio, televisão, computadores, mensagens de texto em telefones celulares, imagens visuais, etc. O desenvolvimento maciço das comunicações eletrônicas não substituiu a alfabetização impressa, embora forneça um novo contexto para ela: os gráficos assumiram um papel importante como complementação de textos; o aprendizado e a recreação computadorizados ocupam tanto crianças quanto adultos, tomando o lugar da leitura de livros – todos esses fenômenos vêm transformando a maneira pela qual encaramos a alfabetização (...).*

**UNESCO/ 2003.**

Não obstante o vasto campo em que uma abordagem sobre a (an)alfabetização no país pode se inserir, o conceito utilizado pela pesquisa IBGE/PNAD 2001 é bem mais limitado: *considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse<sup>23</sup>*. Assim sendo, apesar da moderna abrangência do termo, considerando a ausência de dados, a análise que daqui por diante será realizada levará em conta as bases de dados da PNAD e as definições do IBGE a respeito.

<sup>22</sup> UNESCO. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In : UNESCO, 2003, *op. cit.*, p.35-37

<sup>23</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE . PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS – PNAD - 2001. Microdados CD-rom. Rio de Janeiro, 2001.

Observando a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE/2003, mais especificamente onde se apresenta um perfil educacional da população brasileira, encontra-se que *[a] taxa de analfabetismo caiu e o acesso à escola e a escolaridade da população melhoraram*<sup>24</sup>.

Apesar dos empreendimentos feitos na década transcorrida entre as Conferências de Jomtien e de Dacar, (...) *os esforços de alfabetização não foram suficientes em face do crescimento demográfico e de outros fatores (...)*. O fato é que *[o] analfabetismo está comprometendo o futuro do Brasil*, contribuindo para aumentar o número de excluídos. Não se pode fechar os olhos para essas evidências e o (...) *Brasil precisa engajar-se plenamente na Década da Alfabetização das Nações Unidas, que começa este ano e se estende até 2012.*<sup>25</sup>

Particularmente no Brasil, o engajamento pleno na Década da Alfabetização não pode desconhecer estatísticas que apontam um índice de analfabetismo de 13,6% na população com mais de 15 anos. Índices bem maiores que os de países vizinhos como Argentina (3,2%), Chile (4,2%) e Colômbia (8,4%).<sup>26</sup>

No que diz respeito aos jovens de 15 a 24 anos – objeto desta pesquisa, os índices de analfabetismo apresentaram significativa melhoria na última década. Efetivamente, no ano de 1993, segundo os dados da PNAD daquele ano, o analfabetismo na população jovem era de 8,2%. Em 2003, dez anos depois, essa taxa caiu para bem menos da metade: 3,4%. No Relatório anterior, com dados do ano 2001, essa taxa era de 4,2%. Vemos que, com relação à taxa de 2003, houve um significativo decréscimo, da ordem de 20% nos anos decorridos entre os dois relatórios.

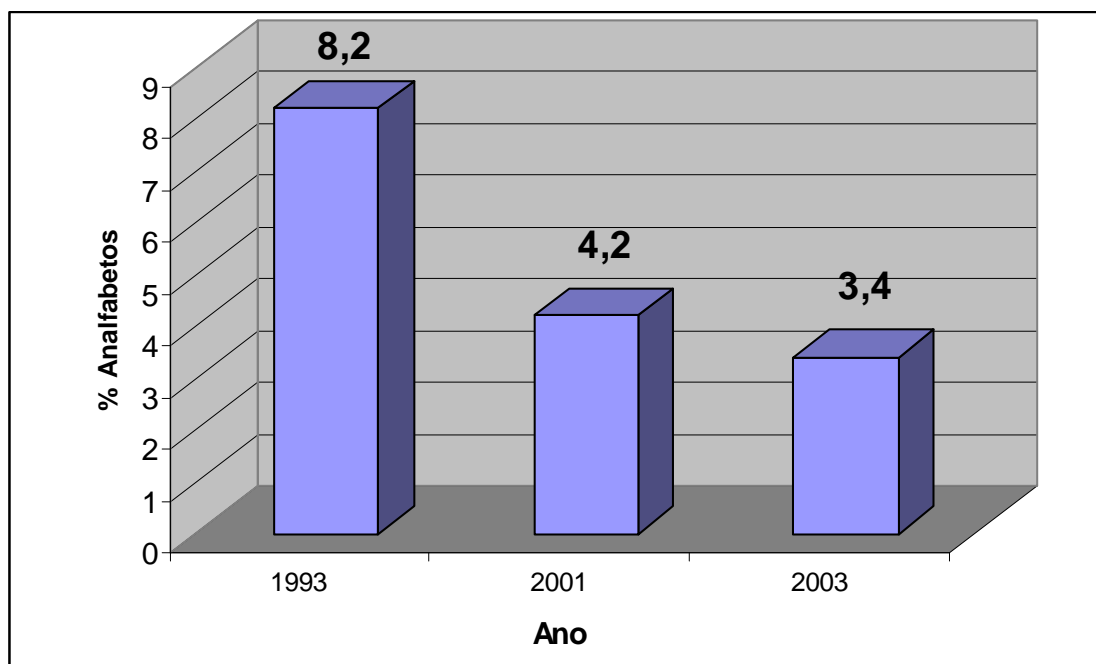
---

<sup>24</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2003*. P. 13. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acesso em: 14/06/2003.

<sup>25</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 7.

<sup>26</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, [2003], p. 6.

**Gráfico 3.1.1 Evolução do analfabetismo juvenil. Brasil. 1993/2003**



Fonte: PNAD/IBGE 1993, 2001 e 2003

Essa queda entre os dois relatórios foi mais acentuada na região Norte e Centro-Oeste, onde representaram um decréscimo em torno de 30%, e em vários Estados, como Amazonas, Pará, Roraima, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, essas quedas superaram a faixa de 30%. Em situação diametralmente oposta, Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul não evidenciaram progresso algum nesse campo.

Tabela 3.1.1: Situação e Evolução do Analfabetismo Juvenil segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/Região	Situação em 2003			Evolução		
	Sabe ler e escrever?			% Analfabetos		Dif % 2001/2003
	Sim	Não	% Nacional	2001	2003	
Acre	82.285	4.005	0,4	6,3	4,6	-26,3
Amazonas	503.249	8.897	0,8	2,5	1,7	-30,5
Amapá	110.138	1.896	0,2	0,5	0,5	0,0
Pará	1.002.324	35.159	3,1	5,1	3,4	-33,6
Rondônia	193.891	3.220	0,3	2,1	1,6	-22,2
Roraima	63.236	1.096	0,1	3,9	1,7	-56,3
Tocantins	244.148	9.584	0,8	5,2	3,8	-27,4
<b>NORTE</b>	<b>2.199.271</b>	<b>63.857</b>	<b>5,6</b>	<b>4,0</b>	<b>2,8</b>	<b>-29,5</b>
Alagoas	483.026	92.023	8,1	15,4	15,4	0,0
Bahia	2.680.557	171.834	15,1	7,7	6,0	-21,8
Ceará	1.468.036	110.302	9,7	9,4	7,0	-25,7
Maranhão	1.182.072	102.303	9,0	9,6	8,0	-17,0
Paraíba	671.764	54.342	4,8	11,8	7,5	-36,6
Pernambuco	1.549.003	142.377	12,5	9,2	8,4	-8,5
Piauí	545.850	64.153	5,6	13,1	10,5	-19,7
Rio Grande do Norte	559.731	45.553	4,0	9,6	7,5	-21,6
Sergipe	363.531	28.336	2,5	8,7	7,2	-16,9
<b>NORDESTE</b>	<b>9.503.570</b>	<b>811.223</b>	<b>71,3</b>	<b>9,6</b>	<b>7,9</b>	<b>-18,1</b>
Espírito Santo	646.549	12.668	1,1	3,2	1,9	-39,9
Minas Gerais	3.517.583	63.662	5,6	2,3	1,8	-22,7
Rio de Janeiro	2.514.563	28.063	2,5	1,6	1,1	-31,0
São Paulo	7.319.138	64.727	5,7	1,1	0,9	-20,3
<b>SUDESTE</b>	<b>13.997.833</b>	<b>169.120</b>	<b>14,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>-25,4</b>
Paraná	1.797.231	23.747	2,1	1,6	1,3	-18,5
Rio Grande do Sul	1.790.710	25.013	2,2	1,3	1,3	0,0
Santa Catarina	1.033.632	9.033	0,8	1,0	0,9	-13,4
<b>SUL</b>	<b>4.621.573</b>	<b>57.793</b>	<b>5,1</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>-11,8</b>
Distrito Federal	438.223	4.380	0,4	1,5	1,0	-34,0
Goiás	1.015.799	12.982	1,1	2,2	1,3	-42,6
Mato Grosso do Sul	413.720	8.974	0,8	2,0	2,0	0,0
Mato Grosso	524.987	9.364	0,8	2,6	1,8	-32,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2.392.729</b>	<b>35.700</b>	<b>3,1</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>-30,0</b>
<b>BRASIL</b>	<b>32.714.976</b>	<b>1.137.693</b>	<b>100,0</b>	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>	<b>-20,0</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

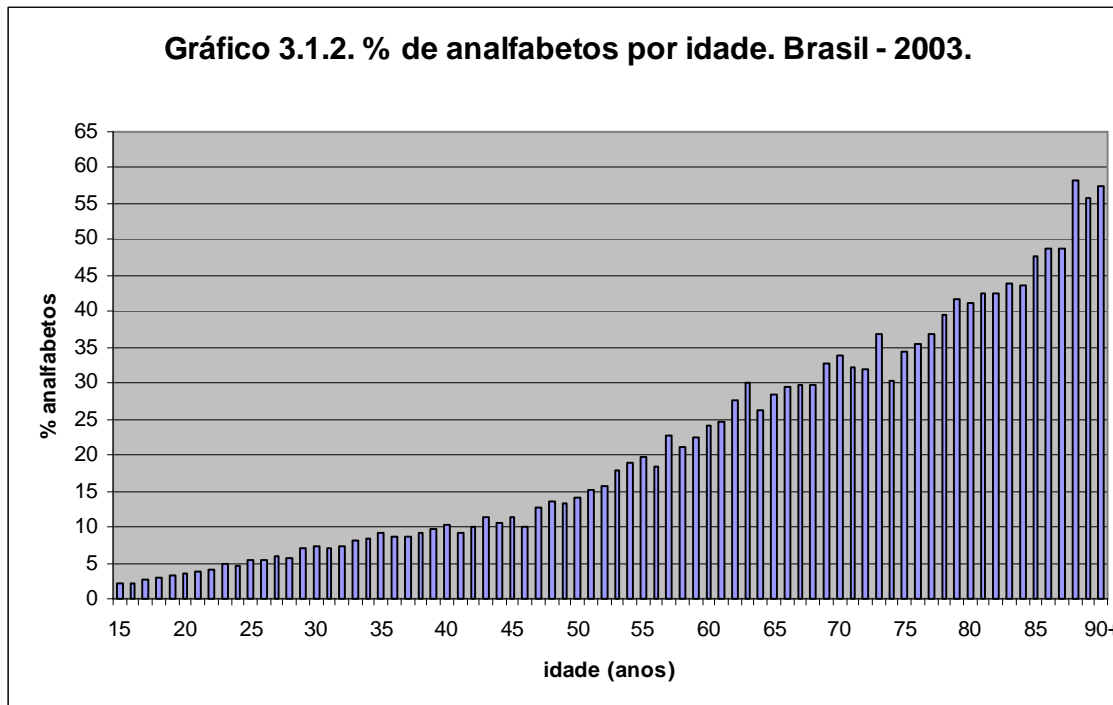
Deve-se considerar ainda que, se a taxa de analfabetismo juvenil de 3,4% pode ser considerada baixa, representa ainda mais de 1,1 milhão de jovens brasileiros excluídos de forma absoluta de um dos benefícios básicos e fundamentais da sociedade.

Preocupa enormemente ver que 71,3% do total de analfabetos do país, isto é, mais de 800 mil, encontram-se concentrados na região Nordeste, especialmente em dois Estados: Bahia e Pernambuco, onde se encontra mais da quarta parte dos analfabetos jovens do país (Bahia 15,1% e Pernambuco 12,5%).

Continua vigente nesses dados mais atuais a situação já indicada no relatório anterior: a enorme disparidade de taxas entre as regiões e as UF. Se, nas regiões Sul e Sudeste, só 1,2% dos jovens ainda são analfabetos, no Nordeste essa taxa é de 7,9%, isto é, seis vezes maior. A taxa de analfabetismo mais elevada, que se registra em Alagoas (15,4%) é 16 vezes maior que as de Santa Catarina e São Paulo (0,9%).

Essa melhoria de 20% nas taxas de analfabetismo juvenil entre 2001 e 2003 tem várias fontes de explicação.

- a) Melhoria histórica das taxas de escolarização. Havendo praticamente universalizado a cobertura do ensino fundamental em processo bem recente (como será visto mais adiante), cada camada etária apresenta melhores e maiores níveis de alfabetização do que a anterior, como pode ser visto no gráfico a seguir.



Fonte: PNAD/IBGE 2003

- b) Concomitantemente, e em menor medida, programas de alfabetização também têm contribuído para diminuir os índices existentes. Mas a explicação não parece ser muito generalizada, uma vez que, ao todo, segundo os dados da PNAD de 2003, os jovens que declararam estar cursando ou ter finalizado curso de alfabetização de adultos representam apenas 0,3% do universo juvenil.

Mais algumas características dos jovens analfabetos:

- 43% dos analfabetos jovens (quase 500 mil) moram na zona rural, a qual concentra só 15% do total de jovens do país. Por esse motivo, a zona rural apresenta taxas de analfabetismo juvenil (9,5%) quatro vezes maiores que as da zona urbana (2,3%).
- Os analfabetos jovens encontram-se nas famílias com menor poder aquisitivo da sociedade: se a renda familiar *per capita* dos jovens alfabetizados era de 1,34 salários mínimos, a dos jovens analfabetos era de 0,44 salários, isto é, menos de 1/3.
- Existiria um forte mecanismo de reprodução familiar do analfabetismo: 57,4% dos pais e 57,8% das mães dos jovens analfabetos também são analfabetos.

Analisando os jovens analfabetos brasileiros por faixa etária, nota-se que se confirma o mesmo fenômeno da redução do analfabetismo com a idade. Se na faixa dos 15 aos 17 anos a taxa de analfabetismo nacional é de 2,3%, na faixa intermediária eleva-se para 3,1% e na dos 20 aos 24 anos, para 4,1%.

Tabela 3.1.2: Analfabetismo Juvenil por Faixa Etária segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/ REGIÃO	Faixa Etária			
	15/17	18/19	20/24	15/24
Acre	3,3	3,5	5,9	4,6
Amazonas	1,6	2,8	1,4	1,7
Amapá	0,6	0,9	2,7	1,7
Pará	3,0	2,6	3,9	3,4
Rondônia	1,6	1,6	1,7	1,6
Roraima	0,8	0,0	2,9	1,7
Tocantins	1,8	2,6	5,7	3,8
<b>NORTE</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>	<b>2,8</b>
Alagoas	10,7	14,0	20,7	15,4
Bahia	3,6	4,7	8,3	6,0
Ceará	4,4	6,4	9,1	7,0
Maranhão	6,3	9,2	8,6	8,0
Paraíba	5,3	5,5	9,7	7,5
Pernambuco	5,7	7,1	10,7	8,4
Piauí	4,5	9,1	15,5	10,5
Rio Grande do Norte	6,4	6,8	8,6	7,5
Sergipe	5,4	6,9	8,6	7,2
<b>NORDESTE</b>	<b>5,2</b>	<b>7,0</b>	<b>10,1</b>	<b>7,9</b>
Espírito Santo	2,7	1,8	1,4	1,9
Minas Gerais	1,2	1,1	2,4	1,8
Rio de Janeiro	1,1	1,1	1,1	1,1
São Paulo	0,5	1,1	1,0	0,9
<b>SUDESTE</b>	<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>
Paraná	0,7	1,0	1,8	1,3
Rio Grande do Sul	1,0	1,0	1,8	1,3
Santa Catarina	0,5	1,2	0,9	0,9
<b>SUL</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>
Distrito Federal	0,6	0,8	1,3	1,0
Goiás	0,6	1,4	1,6	1,3
Mato Grosso do Sul	1,0	2,9	2,4	2,0
Mato Grosso	0,6	1,2	2,7	1,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,7</b>	<b>1,5</b>	<b>1,9</b>	<b>1,5</b>
<b>BRASIL (2003)</b>	<b>2,3</b>	<b>3,1</b>	<b>4,1</b>	<b>3,4</b>
<b>BRASIL (2001)</b>	<b>3,0</b>	<b>3,6</b>	<b>5,3</b>	<b>4,2</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>-22,0</b>	<b>-14,8</b>	<b>-22,2</b>	<b>-20,0</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001e 2003

Percebe-se que esse decréscimo pode ser encontrado em todas as regiões e, em geral, também nos Estados. Mas nesse nível pode haver pequenas oscilações devido ao erro amostral, uma vez que a PNAD do IBGE, fonte deste trabalho, opera com base em uma amostra.

Considerando o analfabetismo segundo o sexo, nota-se que continua preponderando o analfabetismo masculino (4,4% de analfabetos entre os homens e 2,3% entre as mulheres).

Tabela 3.1.3: Analfabetismo juvenil por sexo segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/ REGIÃO	% Analfabetos Masculinos			% Analfabetos Femininos			Paridade	
	2001	2003	Dif %	2001	2003	Dif %	2001	2003
Acre	7,3	6,1	-16,8	5,3	3,3	-37,5	1,4	1,8
Amazonas	2,9	1,7	-41,6	2,1	1,8	-15,1	1,4	1,0
Amapá	1,7	2,0	17,6	0,5	0,4	-20,0	3,4	5,0
Pará	6,3	4,5	-29,2	3,9	2,3	-39,9	1,6	1,9
Rondônia	2,6	2,0	-22,7	1,7	1,3	-25,0	1,5	1,6
Roraima	4,3	1,5	-64,9	3,5	1,9	-46,1	1,2	0,8
Tocantins	6,3	5,3	-15,5	4,0	2,1	-46,8	1,6	2,5
<b>NORTE</b>	<b>4,9</b>	<b>3,6</b>	<b>-26,6</b>	<b>3,2</b>	<b>2,0</b>	<b>-36,0</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>
Alagoas	17,4	18,7	7,5	13,5	12,2	-9,5	1,3	1,5
Bahia	9,8	8,0	-18,6	5,4	3,9	-26,9	1,8	2,0
Ceará	12,2	9,5	-22,3	6,8	4,4	-35,2	1,8	2,1
Maranhão	12,8	10,7	-16,3	6,3	5,1	-19,2	2,0	2,1
Paraíba	15,2	9,3	-39,0	8,3	5,7	-30,8	1,8	1,6
Pernambuco	12,0	10,9	-8,8	6,4	5,9	-8,3	1,9	1,9
Piauí	16,8	13,7	-18,7	9,6	7,4	-23,4	1,8	1,9
Rio Grande do Norte	12,9	9,8	-23,7	6,4	5,2	-19,3	2,0	1,9
Sergipe	12,0	10,9	-8,9	5,9	3,9	-33,9	2,0	2,8
<b>NORDESTE</b>	<b>12,4</b>	<b>10,3</b>	<b>-16,7</b>	<b>6,9</b>	<b>5,3</b>	<b>-22,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>
Espírito Santo	3,7	2,7	-25,8	2,7	1,0	-61,7	1,4	2,7
Minas Gerais	3,0	2,3	-23,3	1,6	1,2	-22,8	1,9	1,9
Rio de Janeiro	1,6	1,3	-18,2	1,5	0,9	-40,1	1,1	1,5
São Paulo	1,4	1,1	-21,4	0,8	0,6	-18,8	1,8	1,7
<b>SUDESTE</b>	<b>2,0</b>	<b>1,5</b>	<b>-24,7</b>	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>	<b>-19,8</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>
Paraná	1,4	1,4	3,0	1,8	1,2	-35,2	0,8	1,2
Rio Grande do Sul	1,7	1,7	-0,4	0,9	1,0	11,1	1,9	1,7
Santa Catarina	1,5	1,3	-14,1	0,5	0,4	-12,6	3,0	3,0
<b>SUL</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>-4,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>	<b>-28,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,6</b>
Distrito Federal	2,1	1,3	-37,8	1,0	0,7	-29,0	2,1	1,8
Goiás	2,5	1,4	-45,9	1,8	1,2	-35,0	1,4	1,2
Mato Grosso do Sul	2,8	2,8	0,0	1,3	1,3	0,0	2,2	2,2
Mato Grosso	3,4	1,8	-46,5	1,9	1,7	-11,0	1,8	1,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,7</b>	<b>1,7</b>	<b>-36,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>-22,9</b>	<b>1,7</b>	<b>1,4</b>
<b>BRASIL</b>	<b>5,3</b>	<b>4,4</b>	<b>-17,6</b>	<b>3,1</b>	<b>2,3</b>	<b>-24,5</b>	<b>1,7</b>	<b>1,9</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001e 2003

Essa maior incidência do analfabetismo juvenil masculino é evidente em todas as regiões do país e também nas UF, salvo Amazonas e Roraima, na região Norte, onde o analfabetismo feminino é maior do que o masculino entre os jovens<sup>27</sup>.

Observa-se que, desde o relatório anterior, a distância entre homens e mulheres aumentou mais ainda: a queda do analfabetismo masculino entre 2001 e 2003 foi de 17,6% enquanto no universo feminino a queda foi de 24,5%. Entre os homens, as maiores quedas registram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste; entre as mulheres, nas regiões Norte e Sul.

A coluna *Paridade* contém a relação entre as taxas masculinas e femininas. O valor 1 nessa coluna implica total equidade entre os sexos, valores para acima de 1 representam discriminação positiva para a mulher, isto é, mais mulheres alfabetizadas do que homens nessa situação e, quanto maior o valor acima de 1, maior a discriminação. Valores menores que 1 representam discriminação negativa para a mulher: maior proporção de homens alfabetizados e, quanto menor o valor, maior a discriminação. Verifica-se que praticamente, todos os Estados e regiões apresentam discriminação positiva, com extremo em Amapá, onde o analfabetismo masculino é 5 vezes maior do que o feminino.

Outra dimensão de análise do analfabetismo refere-se à diferenciação por cor/raça. Pela tabela 3.1.4 pode ser visto que, ainda em 2003, embora reduzido, o analfabetismo entre os jovens negros (5,1%) é mais de 3 vezes maior do que o existente entre os jovens brancos (1,6%). Se essa proporção muda de Estado para Estado, de região para região, é indubitável que, em que pese tratar-se de uma amostra nacional, com possíveis erros amostrais, ainda assim são contados os Estados onde essa discriminação não acontece.

Entre 2001 e 2003, houve queda de aproximadamente 20% no analfabetismo juvenil, acontecendo de forma mais ou menos semelhante entre os dois grupos de cor/raça aqui analisados explicando, com isso, o porquê de os índices de paridade nas duas datas permanecerem praticamente inalterados, evidenciado assim que a discriminação permaneceu inalterada.

---

<sup>27</sup> Não deve ser esquecido o alerta exposto nos capítulos iniciais: a PNAD não coleta dados das áreas rurais na região Norte (salvo Tocantins).

Tabela 3.1.4: Analfabetismo juvenil por cor/raça segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/ REGIÃO	% Analfabetos Brancos			% Analfabetos Negros			Paridade	
	2001	2003	Dif %	2001	2003	Dif %	2001	2003
Acre	4,2	2,1	-49,8	6,8	5,5	-18,8	0,6	0,4
Amazonas	2,2	1,6	-27,0	2,6	1,8	-30,8	0,8	0,9
Amapá	0,0	1,0		0,6	0,4	-33,3	0,0	2,5
Pará	3,3	1,9	-42,5	5,6	3,8	-31,4	0,6	0,5
Rondônia	2,3	0,6	-73,4	2,1	2,2	6,7	1,1	0,3
Roraima	1,3	1,2	-8,2	4,6	1,9	-59,4	0,3	0,6
Tocantins	5,1	1,8	-64,7	5,2	4,4	-14,7	1,0	0,4
<b>NORTE</b>	<b>3,0</b>	<b>1,6</b>	<b>-45,5</b>	<b>4,4</b>	<b>3,2</b>	<b>-26,2</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>
Alagoas	13,0	15,0	15,4	16,8	16,0	-4,8	0,8	0,9
Bahia	6,2	4,3	-30,7	8,0	6,4	-19,4	0,8	0,7
Ceará	7,1	4,3	-39,7	10,6	8,2	-22,9	0,7	0,5
Maranhão	5,2	4,7	-9,1	10,9	8,8	-19,6	0,5	0,5
Paraíba	7,6	5,6	-25,8	13,8	8,5	-38,3	0,6	0,7
Pernambuco	6,1	5,3	-13,9	10,9	10,2	-6,7	0,6	0,5
Piauí	11,3	8,8	-22,2	13,6	11,1	-18,7	0,8	0,8
Rio Grande do Norte	6,1	3,2	-46,7	11,9	9,8	-17,9	0,5	0,3
Sergipe	4,0	3,7	-8,5	10,2	8,6	-16,1	0,4	0,4
<b>NORDESTE</b>	<b>6,9</b>	<b>5,1</b>	<b>-25,6</b>	<b>10,7</b>	<b>8,9</b>	<b>-17,0</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>
Espírito Santo	0,9	0,9	-4,2	4,9	2,7	-45,1	0,2	0,3
Minas Gerais	1,4	1,2	-14,3	3,2	2,3	-27,8	0,4	0,5
Rio de Janeiro	1,1	0,8	-31,4	2,2	1,6	-28,3	0,5	0,5
São Paulo	0,8	0,8	-2,0	2,0	1,1	-44,0	0,4	0,7
<b>SUDESTE</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>-5,7</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>
Paraná	1,1	0,8	-26,3	3,1	2,8	-8,8	0,4	0,3
Rio Grande do Sul	1,2	1,1	-7,6	2,3	1,0	-56,5	0,5	1,1
Santa Catarina	0,8	0,9	7,4	3,5	0,9	-73,0	0,2	0,9
<b>SUL</b>	<b>1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>-21,4</b>	<b>2,8</b>	<b>2,6</b>	<b>-38,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>
Distrito Federal	0,6	1,2	105,6	2,2	0,8	-62,6	0,3	1,5
Goiás	1,4	0,5	-61,0	2,7	1,8	-34,3	0,5	0,3
Mato Grosso do Sul	0,8	2,0	150,0	3,5	1,3	-62,9	0,2	1,5
Mato Grosso	1,3	0,9	-32,0	2,9	2,2	-23,0	0,4	0,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>-2,3</b>	<b>2,7</b>	<b>1,8</b>	<b>-34,7</b>	<b>0,4</b>	<b>0,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>	<b>-18,0</b>	<b>6,4</b>	<b>5,1</b>	<b>-20,7</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001e 2003

### **3.2 Situação educacional dos jovens.**

Estatísticas oficiais sobre a escolarização da população brasileira na atualidade evidenciam que, *[n]a faixa dos 7 aos 14 anos, o acesso à escola está praticamente universalizado (96,5%), incluindo as áreas rurais, onde 94,7% das crianças freqüentam alguma instituição de ensino.*<sup>28</sup>

Mas, se for analisada a situação educacional da juventude (15 a 24 anos), o otimismo decresce. Mais da metade (51%) dos jovens no país não é encontrada nas salas de aula. E, em muitos casos, quando estão na escola, encontram-se numa modalidade ou nível de ensino que não corresponde à idade cronológica, tentando recuperar o atraso educacional resultante do ingresso tardio no sistema educativo, do abandono e retorno ao sistema ou de diversas repetências no histórico escolar. Assim, verifica-se: 0,2% dos jovens com mais de 15 anos são encontrados em cursos de alfabetização; 15,3% se encontram ainda cursando o ensino regular fundamental (que normalmente deveriam ter finalizado com 14 anos de idade) e 1,3% cursando suplência também de primeiro grau. Com isso, totaliza-se 16,8% de jovens escolarizados, mas cursando níveis de ensino que não correspondem à idade cronológica deles. Com isso, restam apenas 32,2%, isto é, menos de 1 em cada 3 jovens, cursando estudos em nível compatível com a idade: o segundo grau como mínimo.

---

<sup>28</sup> IBGE, 2003, *op. cit.*, p. 13.

Tabela 3.2.1 Situação educacional dos jovens segundo regiões e UF -2003

UF/REGIÃO	Não estuda	Alfabetização de adultos	Regular de 1º grau	Supletivo de 1º grau	Regular de 2º grau	Supletivo de 2º grau	Pré-vestibular	Superior	Mestrado ou doutorado	Total
Acre	48,4	0,7	13,4	4,3	23,0	2,9	0,0	7,2	0,0	100,0
Amazonas	47,5	0,3	22,2	1,4	23,3	0,5	0,5	4,3	0,1	100,0
Amapá	43,0	0,4	14,3	5,8	23,9	2,1	4,3	6,2	0,0	100,0
Pará	48,6	0,2	19,6	4,1	21,2	0,5	2,4	3,3	0,1	100,0
Rondônia	52,5	0,0	15,1	3,2	20,3	2,2	0,7	6,0	0,1	100,0
Roraima	48,9	0,0	11,0	5,6	25,1	3,4	0,5	5,3	0,2	100,0
Tocantins	48,8	0,1	22,2	0,3	22,6	0,6	0,5	4,7	0,1	100,0
<b>NORTE</b>	<b>48,4</b>	<b>0,2</b>	<b>19,3</b>	<b>3,1</b>	<b>22,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>4,3</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	48,6	0,9	30,6	1,0	14,5	0,4	0,5	3,6	0,0	100,0
Bahia	47,4	0,1	26,4	0,8	20,3	0,4	1,0	3,5	0,0	100,0
Ceará	51,4	0,7	20,5	1,3	19,4	1,3	1,3	4,0	0,0	100,0
Maranhão	50,0	0,4	27,3	1,0	16,4	0,3	1,2	3,4	0,1	100,0
Paraíba	48,5	0,8	26,2	1,1	16,7	0,8	0,9	4,9	0,1	100,0
Pernambuco	51,9	0,7	21,7	1,7	17,4	0,9	1,8	3,9	0,0	100,0
Piauí	41,3	1,3	29,3	1,6	20,5	0,3	1,3	4,4	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	49,4	0,1	20,9	1,7	22,4	0,2	1,2	3,9	0,2	100,0
Sergipe	46,0	0,2	21,9	2,0	21,2	0,8	2,5	5,3	0,0	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>48,9</b>	<b>0,5</b>	<b>24,7</b>	<b>1,2</b>	<b>18,8</b>	<b>0,6</b>	<b>1,2</b>	<b>3,9</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	55,0	0,1	10,4	2,3	21,8	0,8	1,6	7,9	0,1	100,0
Minas Gerais	54,6	0,1	12,2	0,7	22,8	0,6	2,0	6,8	0,1	100,0
Rio de Janeiro	46,8	0,1	14,8	1,2	23,3	1,2	1,2	11,1	0,3	100,0
São Paulo	53,2	0,0	7,2	1,2	26,7	0,9	1,1	9,5	0,2	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>52,5</b>	<b>0,1</b>	<b>10,0</b>	<b>1,1</b>	<b>24,9</b>	<b>0,9</b>	<b>1,4</b>	<b>9,1</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>
Paraná	53,2	0,1	8,0	2,0	22,5	2,2	1,6	10,3	0,1	100,0
Rio Grande do Sul	52,0	0,1	10,2	0,9	22,5	0,8	1,3	11,9	0,1	100,0
Santa Catarina	50,0	0,5	8,4	1,4	24,3	2,3	1,2	11,9	0,0	100,0
<b>SUL</b>	<b>52,0</b>	<b>0,2</b>	<b>8,9</b>	<b>1,4</b>	<b>22,9</b>	<b>1,7</b>	<b>1,4</b>	<b>11,3</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	46,9	0,1	9,5	2,8	25,4	1,7	1,0	12,4	0,1	100,0
Goiás	49,9	0,2	16,2	0,4	22,8	0,9	1,0	8,3	0,2	100,0
Mato Grosso do Sul	55,0	0,3	12,3	1,2	19,7	0,5	0,9	10,0	0,1	100,0
Mato Grosso	57,8	0,1	15,0	0,5	19,6	0,5	0,8	5,8	0,0	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>52,0</b>	<b>0,2</b>	<b>14,0</b>	<b>1,0</b>	<b>22,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1,0</b>	<b>8,8</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL</b>	<b>51,0</b>	<b>0,2</b>	<b>15,3</b>	<b>1,3</b>	<b>22,4</b>	<b>0,9</b>	<b>1,3</b>	<b>7,5</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>

Outro dado chama a atenção nessa tabela. Existe um aparente contra-senso: são Estados das regiões mais avançadas do país que apresentam maior proporção de jovens fora da escola (em torno de 52%), quando deveria ser o contrário. Já nos Estados das regiões Norte e Nordeste, essa taxa é levemente menor: algo em torno de 48,5%. Essa aparente anomalia tem explicação. Por haver iniciado sua expansão educacional e universalização do ensino fundamental de forma mais recente, boa proporção dos jovens encontra-se, nas regiões Norte e Nordeste, cursando modalidades de ensino que não correspondem à idade deles. Assim, por exemplo, na região Norte, encontram-se 22,7% dos jovens nessa situação<sup>29</sup> - cursando alfabetização de adultos ou ainda o 1º grau - e no Nordeste 26,5%, quando na região Sudeste essa proporção cai para 11,2% e na Sul para 10,5%.

Em um extremo, Alagoas e Piauí apresentam mais de 32% de seus jovens em situação de atraso escolar. No outro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, com algo em torno de 10%, possibilitam maior paridade entre a idade e a modalidade de estudo. Efetivamente, nota-se também que são os Estados e as regiões onde se encontra a maior proporção de jovens cursando nível superior.

A tabela a seguir sintetiza a situação educacional dos jovens em 3 cortes temporais. O primeiro corte, em 1993, corresponde a exatos 10 anos do presente relatório, o segundo, a situação em 2001 registrada quando o primeiro relatório e, por último, a situação correspondente ao atual relatório. Várias situações e mudanças podem ser assim registradas.

a) ao longo da década analisada, foi caindo gradualmente a proporção de jovens que não estuda, passando de 62,7% em 1993 para 51,0% em 2003, o que representa uma queda de 2,03% ao ano. Mas o ritmo de queda foi muito mais veloz nos inícios da década que no final. Entre os 2 relatórios, a queda, que era de 2,44% ao ano entre 1993 e 2001, ficou bem moderada, com um ritmo de 0,37 ao ano. Será que está se esgotando a inclusão educacional dos jovens? Ou será que está se esgotando um determinado modelo de compensação tardia de jovens defasados?

---

<sup>29</sup> Novamente cabe lembrar que a PNAD não coleta dados nas áreas rurais da região Norte, salvo Tocantins. Se houvesse esses dados, provavelmente essas taxas seriam ainda maiores.

b) efetivamente, o único setor de escolarização que teve quedas sistemáticas ao longo de todo o período foram os jovens matriculados no ensino regular fundamental (1º Grau), que nos primeiros anos da década cai a uma moderada taxa de 0,88% ano e nos últimos dois anos, entre 2001 e 2003 a uma taxa bem veloz de 7,06 ao ano. Essas quedas, longe de constituir em um problema, representam um salto positivo. As evidências existentes permitem afirmar que isso se deve, fundamentalmente, a um processo de regularização do fluxo escolar no ensino fundamental, que diminui a matrícula de jovens fora da faixa etária correspondente ao ensino fundamental.

c) se o ensino supletivo de primeiro grau aumenta inicialmente, nos últimos dois anos sofre acentuada queda, da ordem de 5,8% ao ano. Mas, no conjunto da década, aumentou com um ritmo de quase 4% ao ano.

d) a modalidade que aumenta significativamente entre os jovens ao longo de todo o período é o ensino médio, com taxas mais expressivas até 2001 (6,5% ao ano.), com taxas levemente menores, (4,6% ao ano) entre 2001 e 2003. Se isso marca uma tendência à estagnação ou é um fato conjuntural, está ainda por ser verificado.

e) a demanda por supletivo de 2º Grau, pouco expressiva quantitativamente, teve enorme demanda até 2001, caindo também drasticamente no período 2001 a 2003. Mas, em conjunto, cresceu mais de 10% ao ano na década considerada.

f) o ensino superior cresceu significativa e homogeneamente ao longo de todo o período, chegando mais que duplicar, em 2003, os índices de 1993. Mas a expansão mais espetacular, no que pesam os baixos índices, é a que se registra nas pós-graduações, nos níveis de mestrado e doutorado, principalmente nos dois últimos anos considerados, quando cresce acima de 26% ao ano.

Tabela. 3.2.2 Evolução da Situação Educacional dos Jovens. Brasil - 1993/2003

Situação	1993	2001	2003	Crescimento % ao ano		
				1993/2001	2001/2003	1993/2003
Não estuda	62,66	51,41	51,03	-2,44	-0,37	-2,03
Alfabetização de adultos	0,15	0,23	0,24	5,24	0,99	4,38
Regular de 1º grau	18,96	17,66	15,26	-0,88	-7,06	-2,15
Supletivo de 1º grau	0,90	1,49	1,32	6,47	-5,76	3,90
Regular de 2º grau	12,91	20,45	22,37	5,91	4,58	5,65
Supletivo de 2º grau	0,32	1,13	0,91	17,25	-10,17	11,16
Pré-vestibular	0,83	1,31	1,31	5,89	0,00	4,68
Superior	3,23	6,24	7,46	8,58	9,30	8,72
Mestrado ou doutorado	0,03	0,07	0,11	9,40	26,43	12,61
Total	100,00	100,00	100,00			

Fonte: PNAD/IBGE, 1993, 2001e 2003

### 3.3 Escolarização: frequência à escola

O percentual dos jovens que freqüenta escola, independentemente do nível ou modalidade de ensino, não chega a 50% na maior parte das UF, como já foi visto no item anterior. E isso não tem mudado muito nos últimos anos, segundo pode ser observado nos dados contidos na tabela 3.3.1.

Vários fatos chamam a atenção nessa tabela. Em primeiro lugar, que praticamente não houve mudança alguma desde o relatório anterior. Efetivamente, se a taxa de escolarização bruta de 2001 era de 48,6%, em 2003 passou para 49%. Em 11 das 27 UF, houve queda relativa na escolarização bruta de jovens, com maior intensidade no Acre, onde a queda foi de 8,1%. No outro extremo, Mato Grosso do Sul melhorou sua cobertura bruta em 13% em apenas 2 anos. Também Rondônia aparece com uma melhoria significativa: 8,9%. Em segundo lugar, chama a atenção o fato de as regiões Norte e Nordeste apresentarem maior escolarização bruta de seus jovens: acima de 51%, quando as regiões Sudeste e Sul não ultrapassam a barreira de 48%. .

Tabela 3.3.1 - Evolução da Escolarização Bruta segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/ REGIÃO	Escol. Bruta		Dif % 2001/2003
	2001	2003	
Acre	56,1	51,6	-8,1
Amazonas	52,9	52,5	-0,7
Amapá	58,4	57,0	-2,5
Pará	51,0	51,4	0,7
Rondônia	43,6	47,5	8,9
Roraima	52,8	51,1	-3,2
Tocantins	52,5	51,2	-2,4
<b>NORTE</b>	<b>51,6</b>	<b>51,6</b>	<b>-0,1</b>
Alagoas	49,0	51,4	4,8
Bahia	54,1	52,6	-2,8
Ceará	50,9	48,6	-4,6
Maranhão	51,4	50,0	-2,7
Paraíba	49,7	51,5	3,5
Pernambuco	47,4	48,1	1,5
Piauí	54,9	58,7	6,9
Rio Grande do Norte	49,7	50,6	1,8
Sergipe	51,5	54,0	4,8
<b>NORDESTE</b>	<b>51,3</b>	<b>51,1</b>	<b>-0,5</b>
Espírito Santo	42,6	45,0	5,6
Minas Gerais	43,9	45,4	3,3
Rio de Janeiro	50,8	53,2	4,8
São Paulo	48,0	46,8	-2,5
<b>SUDESTE</b>	<b>47,3</b>	<b>47,5</b>	<b>0,5</b>
Paraná	44,0	46,8	6,5
Rio Grande do Sul	46,4	48,0	3,5
Santa Catarina	48,4	50,0	3,2
<b>SUL</b>	<b>46,0</b>	<b>48,0</b>	<b>4,3</b>
Distrito Federal	54,9	53,1	-3,2
Goiás	49,0	50,1	2,2
Mato Grosso do Sul	39,8	45,0	13,0
Mato Grosso	43,8	42,2	-3,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>47,4</b>	<b>48,0</b>	<b>1,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>48,6</b>	<b>49,0</b>	<b>0,8</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001e 2003

Percebe-se que, na maior parte das unidades federativas, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, mais de 50% dos jovens não frequentam a escola. Mais grave ainda se torna a situação quando se leva em conta que, entre os que estão na escola, na faixa etária aludida, mais de 60% não se encontram nas séries correspondentes às idades que possuem. O problema da distorção série/idade ou defasagem escolar em um país como o Brasil é preocupante. (...) *em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino fundamental e a de 14 para a conclusão. A faixa etária correta para o ensino médio vai de 15 a 17 anos. Esse indicador permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontra em idade superior à recomendada.*<sup>30</sup>

Não obstante os avanços obtidos legalmente com a expansão da educação básica, que inclui desde a educação infantil até o ensino médio, com efetivo crescimento da matrícula neste último nível de ensino, chegar à última etapa da educação básica e concluir todas as séries correspondentes continuam sendo um desafio para os jovens brasileiros.

#### **JOVENS BRASILEIROS E ENSINO MÉDIO: DESAFIOS DA ATUALIDADE<sup>31</sup>**

*A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) o ensino médio passou a fazer parte da educação básica no Brasil, abrindo aos jovens a possibilidade de acesso a um nível de escolaridade mais elevado. Com a prioridade conferida à universalização do ensino básico, criou-se uma nova e expressiva demanda por essa etapa, materializada pelo crescimento das matrículas: segundo dados do censo escolar divulgado pelo Ministério da Educação – MEC, em 2000, o número de alunos matriculados no ensino médio cresceu 5,4% em relação ao ano de 1999. (...)*

*Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, sobre a educação no Brasil em 2001, já é possível identificar tendências de melhorias no aproveitamento dos alunos da educação básica, incluindo o ensino médio. Nesse nível, houve uma evolução da taxa de aprovação dos alunos, de 71,6% para 75,8% entre 1996 e 2000, e uma diminuição no número de reprovações, de 9,5% para 7,5% no mesmo período. A quantidade de alunos que abandonam a escola também tem diminuído. Nesse mesmo intervalo de tempo ela caiu de 18,9% para 16,7%.*

*Embora a melhora desses indicadores represente um aumento no número de concluintes*

<sup>30</sup> ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 26.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 25-26.

*da educação básica, chegar ao ensino médio continua sendo um desafio para grande parte dos jovens. Em cada 100 daqueles que ingressam no ensino fundamental, apenas 59 conseguem concluí-la e apenas 40 alcançam o diploma do ensino médio. Apesar dos avanços ocorridos entre 1996 e 2000, esse nível de ensino ainda concentra os maiores índices de distorção idade-série, 53,3%. Em 1996, o número de alunos do ensino médio em atraso escolar era de 55,2% (INEP).*

**Miriam Abramovay – Socióloga, secretária-executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas.  
Mary Castro – Pesquisadora.**

As distorções assinaladas se estendem além do ensino médio. Na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, era de esperar que os jovens pesquisados estivessem cursando, no mínimo, o ensino médio ou correspondente, seja no formato regular ou supletivo, ou estivessem em níveis mais adiantados. Mas essa não é a realidade.

Existe uma diferença entre a escolarização bruta (que inclui todos os níveis de ensino – fundamental, médio e superior) e a escolarização adequada (que abrange a formação obtida do ensino médio em diante) entre os jovens de 15 a 24 anos. Uma comparação entre os dois tipos de escolarização, a partir da tabela a seguir, permite observar a defasagem escolar existente nas diversas Unidades Federadas.

Como já foi apontado no item 3.2, se as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores índices de escolarização bruta, isso acontece em virtude de apresentar também as maiores taxas de alunos defasados (22,7% e 26,5% respectivamente). Já as regiões Sul e Sudeste, que apresentam taxa de escolarização bruta (em torno de 48%) levemente inferior, por outro lado tem taxas de alunos defasados proporcionalmente bem menor, na faixa de 11%. Com taxas elevadas de alunos defasados, destacam-se Alagoas (32,4%) e Piauí (32,2%). No outro extremo, com as menores taxas de alunos defasados, destacam-se São Paulo (8,5%), Paraná (10,1%) e Santa Catarina (10,3%)

Tabela 3.3.2: Escolarização Juvenil Bruta, Adequada e Defasada segundo regiões e UF. 2001/2003

UF/ REGIÃO	Escolarização Bruta (%)	Escolarização Adequada (%)	Escolarização Defasada (%)
Acre	51,6	33,2	18,4
Amazonas	52,5	28,6	23,9
Amapá	57,0	36,5	20,5
Pará	51,4	27,5	23,9
Rondônia	47,5	29,2	18,3
Roraima	51,1	34,5	16,6
Tocantins	51,2	28,6	22,7
<b>NORTE</b>	<b>51,6</b>	<b>28,9</b>	<b>22,7</b>
Alagoas	51,4	18,9	32,4
Bahia	52,6	25,2	27,4
Ceará	48,6	26,1	22,4
Maranhão	50,0	21,4	28,6
Paraíba	51,5	23,3	28,1
Pernambuco	48,1	24,0	24,1
Piauí	58,7	26,5	32,2
Rio Grande do Norte	50,6	27,9	22,7
Sergipe	54,0	29,8	24,2
<b>NORDESTE</b>	<b>51,1</b>	<b>24,6</b>	<b>26,5</b>
Espírito Santo	45,0	32,2	12,8
Minas Gerais	45,4	32,4	13,0
Rio de Janeiro	53,2	37,1	16,2
São Paulo	46,8	38,4	8,5
<b>SUDESTE</b>	<b>47,5</b>	<b>36,3</b>	<b>11,2</b>
Paraná	46,8	36,8	10,1
Rio Grande do Sul	48,0	36,8	11,2
Santa Catarina	50,0	39,6	10,3
<b>SUL</b>	<b>48,0</b>	<b>37,4</b>	<b>10,6</b>
Distrito Federal	53,1	40,7	12,4
Goiás	50,1	33,3	16,8
Mato Grosso do Sul	45,0	31,2	13,8
Mato Grosso	42,2	26,7	15,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>48,0</b>	<b>32,8</b>	<b>15,2</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>49,0</b>	<b>32,2</b>	<b>16,8</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>48,6</b>	<b>29,2</b>	<b>19,4</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>0,8</b>	<b>10,1</b>	<b>-13,3</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Relacionando a escolarização com o sexo dos jovens, cabem novas observações. No geral, mulheres têm maior escolarização do que os homens. Isso já acontecia em 2001 e se repete, de forma quase idêntica, em 2003. Entre as duas datas, a escolarização melhorou para ambos os sexos em torno de 10%, com o que, nas duas datas, as mulheres teriam 17% mais escolarização do que os homens. Em todas as regiões e UF, em maior ou menor grau, é uma constante a escolarização diferencial das mulheres. Isso é mais evidente na região Nordeste (36% maior nas mulheres) do que na região Sudeste (só 8% maior). Entre os Estados, destacam-se Maranhão (54%), Piauí (52%) e Paraíba (51%), por incorporar bem mais mulheres do que homens, em contraste com São Paulo, Amapá e Rondônia, onde a escolarização é praticamente semelhante em ambos os sexos.

Tabela 3.3.3: Escolarização Adequada por Sexo segundo regiões e UF. 2001-2003

UF/ REGIÃO	Sexo			Dif % Masc/Fem.
	Masc	Fem	Total	
Acre	30,4	35,8	33,2	17,8
Amazonas	27,7	29,6	28,6	7,0
Amapá	36,2	36,7	36,5	1,3
Pará	25,6	29,3	27,5	14,3
Rondônia	28,6	29,7	29,2	3,8
Roraima	29,1	39,6	34,5	35,9
Tocantins	26,6	30,7	28,6	15,4
<b>NORTE</b>	<b>27,3</b>	<b>30,5</b>	<b>28,9</b>	<b>11,8</b>
Alagoas	16,2	21,7	18,9	33,6
Bahia	21,4	29,2	25,2	36,1
Ceará	23,5	28,8	26,1	22,9
Maranhão	16,9	26,1	21,4	54,0
Paraíba	18,5	27,9	23,3	50,6
Pernambuco	20,1	28,0	24,0	39,4
Piauí	21,0	31,9	26,5	52,1
Rio Grande do Norte	25,5	30,4	27,9	18,9
Sergipe	25,9	33,4	29,8	29,1
<b>NORDESTE</b>	<b>20,9</b>	<b>28,4</b>	<b>24,6</b>	<b>36,4</b>
Espírito Santo	30,2	34,3	32,2	13,7
Minas Gerais	29,6	35,3	32,4	19,2
Rio de Janeiro	35,1	39,0	37,1	11,3
São Paulo	37,8	38,9	38,4	2,7
<b>SUDESTE</b>	<b>34,9</b>	<b>37,8</b>	<b>36,3</b>	<b>8,4</b>
Paraná	34,9	38,7	36,8	11,0
Rio Grande do Sul	32,3	41,3	36,8	28,1
Santa Catarina	38,0	41,3	39,6	8,5
<b>SUL</b>	<b>34,6</b>	<b>40,3</b>	<b>37,4</b>	<b>16,6</b>
Distrito Federal	38,8	42,4	40,7	9,2
Goiás	29,1	37,5	33,3	29,0
Mato Grosso do Sul	27,9	34,4	31,2	23,1
Mato Grosso	24,5	28,7	26,7	17,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>29,6</b>	<b>35,9</b>	<b>32,8</b>	<b>21,5</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>29,7</b>	<b>34,7</b>	<b>32,2</b>	<b>16,9</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>26,9</b>	<b>31,4</b>	<b>29,2</b>	<b>16,7</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>10,1</b>	<b>10,2</b>	<b>10,1</b>	

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Tabela 3.3.4: Escolarização Adequada por Faixa Etária segundo regiões e UF. 2001-2003

UF/ REGIÃO	Faixa Etária			
	15/17	18/19	20/24	15/24
Acre	44,7	35,7	24,8	33,2
Amazonas	34,3	39,4	19,9	28,6
Amapá	38,1	49,1	30,3	36,5
Pará	27,4	37,7	23,1	27,5
Rondônia	37,9	33,9	20,3	29,2
Roraima	49,1	54,6	17,6	34,5
Tocantins	35,3	37,9	19,9	28,6
<b>NORTE</b>	<b>32,7</b>	<b>38,8</b>	<b>22,1</b>	<b>28,9</b>
Alagoas	16,6	24,3	18,5	18,9
Bahia	25,3	34,3	21,1	25,2
Ceará	30,2	38,8	18,0	26,1
Maranhão	22,4	30,0	16,3	21,4
Paraíba	21,5	34,4	20,1	23,3
Pernambuco	28,1	30,1	18,9	24,0
Piauí	25,5	38,7	21,0	26,5
Rio Grande do Norte	33,6	38,0	19,6	27,9
Sergipe	28,9	39,0	26,5	29,8
<b>NORDESTE</b>	<b>26,0</b>	<b>33,9</b>	<b>19,6</b>	<b>24,6</b>
Espírito Santo	47,1	39,0	20,0	32,2
Minas Gerais	47,3	42,9	18,6	32,4
Rio de Janeiro	47,7	47,7	27,5	37,1
São Paulo	65,1	42,5	21,0	38,4
<b>SUDESTE</b>	<b>56,6</b>	<b>43,3</b>	<b>21,6</b>	<b>36,3</b>
Paraná	55,7	39,4	24,0	36,8
Rio Grande do Sul	51,4	39,4	26,9	36,8
Santa Catarina	58,0	42,3	26,5	39,6
<b>SUL</b>	<b>54,5</b>	<b>40,1</b>	<b>25,7</b>	<b>37,4</b>
Distrito Federal	56,5	48,6	29,2	40,7
Goiás	44,1	42,0	23,0	33,3
Mato Grosso do Sul	45,3	35,4	21,0	31,2
Mato Grosso	39,3	33,0	16,5	26,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>45,4</b>	<b>39,8</b>	<b>22,4</b>	<b>32,8</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>44,1</b>	<b>39,4</b>	<b>21,7</b>	<b>32,2</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>38,0</b>	<b>36,4</b>	<b>20,2</b>	<b>29,2</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>16,1</b>	<b>8,2</b>	<b>7,2</b>	

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Considerando a idade dos jovens -Tabela 3.3.4- pode-se verificar alguns aspectos significativos:

- a) A escolarização adequada diminui com o incremento da faixa etária dos jovens: entre os mais novos - 15 a 17 anos - a escolarização é de 44,1%; na faixa de 18 e 19 anos, essa proporção cai para 39,4% e, na faixa de 20 a 24 anos, cai mais ainda: 21,7%.
- b) A adequação da escolarização dos jovens sofreu incrementos diferenciais desde o último levantamento com dados de 2001: a faixa onde mais cresceu a escolarização adequada foi a de 15 a 17 anos, que entre 2001 e 2003 cresceu 16,1%. A faixa dos 18 e 19 anos cresceu 8,2% e a dos 20 aos 24 anos cresceu 7,2%.
- c) Impressiona positivamente o fato de que em São Paulo praticamente 2/3 dos jovens de 15 a 17 anos estejam escolarizados de forma adequada. Em outro extremo, em Alagoas só 16% desses jovens encontra-se em idêntica situação.

Desigualdades significativas também são observadas quando o foco de análise é a escolarização adequada por cor, entre brancos, de um lado (39,3%), e negros (24,9%), de outro. Isso marca uma discriminação, pelo fator raça/cor, de 58%. Isto é: a escolarização adequada dos negros é 58% inferior à dos brancos. Os maiores níveis de discriminação pela cor são encontradas na Paraíba (110%), em Alagoas (76%) e no Rio Grande do Sul (69%).

Em Roraima, inexistiu discriminação, sendo as taxas de ambos os grupos praticamente iguais. Amapá apresenta baixos níveis de discriminação (18%). Nas restantes unidades federadas, a discriminação pelo fator raça/cor é elevada e significativa.

Se forem comparados os índices pelo fator raça/cor e de discriminação dos anos 2001 e 2003 pode-se observar:

- a) a escolarização adequada dos brancos passou de 36,6% para 39,3%, melhorando entre ambas as datas em 7,4%
- b) já as dos negros, que passou de 21,3% para 24,9% melhoraram bem mais: 16,8%.

- c) Por tal motivo a discriminação pelo fator raça/cor, que em 2001 era de 71,8% caiu significativamente em 2003 para 58%, o que representa significativa queda de 19,3% nas taxas só em 2 anos.

Tabela 3.3.5: Escolarização Adequada (%) pelo fator Raça/cor segundo regiões e UF. 2001-2003

UF/ REGIÃO	Raça/cor			Discrimi- nação %
	Branca	Negra	Total	
Acre	41,6	30,1	33,2	-38,0
Amazonas	34,5	26,1	28,6	-32,4
Amapá	41,2	35,0	36,5	-17,8
Pará	34,2	25,4	27,5	-34,4
Rondônia	36,4	25,0	29,2	-45,6
Roraima	34,5	34,6	34,5	0,2
Tocantins	36,0	26,4	28,6	-36,4
<b>NORTE</b>	<b>35,3</b>	<b>26,6</b>	<b>28,9</b>	<b>-32,9</b>
Alagoas	26,8	15,2	18,9	-76,4
Bahia	31,3	23,7	25,2	-31,9
Ceará	33,0	22,9	26,1	-43,8
Maranhão	30,5	18,2	21,4	-67,6
Paraíba	35,3	16,8	23,3	-110,1
Pernambuco	32,2	19,7	24,0	-63,3
Piauí	35,2	23,6	26,5	-48,7
Rio Grande do Norte	34,3	24,5	27,9	-40,3
Sergipe	38,4	26,6	29,8	-44,5
<b>NORDESTE</b>	<b>32,4</b>	<b>21,6</b>	<b>24,6</b>	<b>-50,3</b>
Espírito Santo	41,2	25,9	32,2	-59,0
Minas Gerais	39,0	26,3	32,4	-48,2
Rio de Janeiro	43,9	27,7	37,1	-58,7
São Paulo	41,4	30,5	38,4	-35,7
<b>SUDESTE</b>	<b>41,3</b>	<b>28,2</b>	<b>36,3</b>	<b>-46,5</b>
Paraná	40,2	25,5	36,8	-57,2
Rio Grande do Sul	39,1	23,1	36,8	-69,0
Santa Catarina	41,3	26,4	39,6	-56,5
<b>SUL</b>	<b>40,0</b>	<b>24,9</b>	<b>37,4</b>	<b>-60,6</b>
Distrito Federal	49,6	34,0	40,7	-45,9
Goiás	41,1	27,7	33,3	-48,5
Mato Grosso do Sul	38,1	23,9	31,2	-59,5
Mato Grosso	34,3	23,1	26,7	-48,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>40,9</b>	<b>27,1</b>	<b>32,8</b>	<b>-50,7</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>39,3</b>	<b>24,9</b>	<b>32,2</b>	<b>-58,0</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>36,6</b>	<b>21,3</b>	<b>29,2</b>	<b>-71,8</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>7,4</b>	<b>16,8</b>	<b>10,1</b>	<b>-19,3</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Para analisar escolarização segundo níveis de renda familiar *per capita*, foi utilizada a técnica dos *decis* – dividir os jovens em 10 grandes grupos de renda familiar: o 10% de jovens com a menor RFPC constituem o decil 1; o 10% com renda mais elevada o segundo decil e assim até o 10º decil, que congrega o 10% de jovens com maior RFPC.

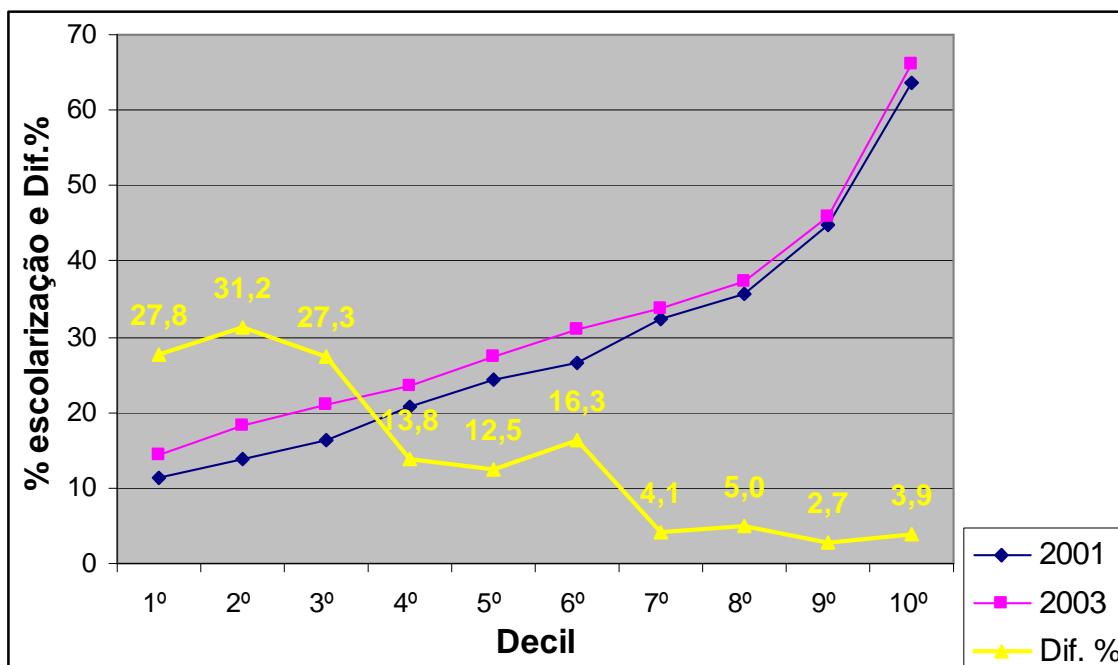
A tabela a seguir sintetiza esse procedimento para 2001 e 2003. Permite verificar que, se houve melhoria de escolarização adequada em todas as faixas de renda, essa melhoria foi bem mais marcada nos 30% de jovens com menor renda, isto é, os 3 primeiros decis, com acréscimos em torno de 30%, melhoria bem significativa por ter acontecido no lapso de 2 anos. Com crescimento intermediário, os três decis seguintes (decil 4 a 6), com incrementos em torno de 15%. Já nos 4 decis de maior renda (decil 7 a 10), o crescimento foi baixo, em torno de 4%. Isso representa boa evidência de que são os jovens das camadas de menor renda da população os que mais pressionam por educação.

Tabela 3.3.6 : % de Escolarização Adequada segundo Decil de Renda Familiar *per capita*. Brasil - 2001/2003

Decil de Renda Familiar <i>per Capita</i>	% Escolarização Adequada		Dif. %
	2001	2003	
1º Decil	11,3	14,4	27,8
2º Decil	13,9	18,2	31,2
3º Decil	16,4	20,9	27,3
4º Decil	20,7	23,5	13,8
5º Decil	24,4	27,4	12,5
6º Decil	26,6	31,0	16,3
7º Decil	32,4	33,7	4,1
8º Decil	35,6	37,4	5,0
9º Decil	44,8	46,0	2,7
10º Decil	63,6	66,1	3,9

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

**Gráfico 3.3.1 Escolarização Adequada segundo decil de renda familiar dos Jovens. Brasil. 2001/2003**



Fonte: PNAD/IBGE 2001/2003

### 3.4 Anos de estudo

De forma complementar à escolarização, convém fazer algumas considerações sobre os anos de estudo dos jovens brasileiros. Embora esse indicador não venha a ser incluído na composição do IDJ, possibilita uma visão panorâmica da situação educacional.

Tal como se encontra na PNAD 2001, *[a] classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo.*<sup>32</sup>

Isso posto, dadas as análises até agora realizadas, já era de se esperar que as médias de anos de estudo fossem maiores no Sul (8,8 anos), no Sudeste (8,7 anos) e no Centro-Oeste (8,2 anos), regiões com menores índices de analfabetismo e melhores níveis de

<sup>32</sup> PNAD, 2001, *op. cit.*, p. 21.

escolarização quando comparadas com as regiões Norte (7,5 anos<sup>33</sup>) e Nordeste (6,6 anos) do país. Entre as UF, em um extremo, estão São Paulo e Distrito Federal com 9,2 e 8,9 anos de escolarização respectivamente. Em outro extremo, Alagoas e Piauí, com 5,4 e 6,1 anos de estudo respectivamente.

Os dados contidos na tabela 3.4.1 permitem afirmar que houve moderado avanço em termos de anos de estudo dos jovens brasileiros. Se, no relatório anterior, eles ostentavam uma média de 7,5 anos de estudo, em 2003 essa média subiu para 8 anos, o que representa crescimento de 6,4%. As regiões Norte e Nordeste, que apresentavam os menores índices em termos de anos de estudo de seus jovens, foram os que mais cresceram entre os dois relatórios (9% e 9,9% respectivamente). Sul e Centro-Oeste tiveram crescimento moderado (7,2% e 7,6%) enquanto o Sudeste teve crescimento bem abaixo da média nacional: 4,9% devidos, fundamentalmente, aos baixos índices de crescimento apresentados por São Paulo: 4,3%.

---

<sup>33</sup> Cabe lembrar que a PNAD não coleta dados das áreas rurais dos Estados da região Norte, salvo Tocantins.

Tabela 3.4.1: Anos de Estudo dos Jovens  
segundo regiões e UF. 2001/2003

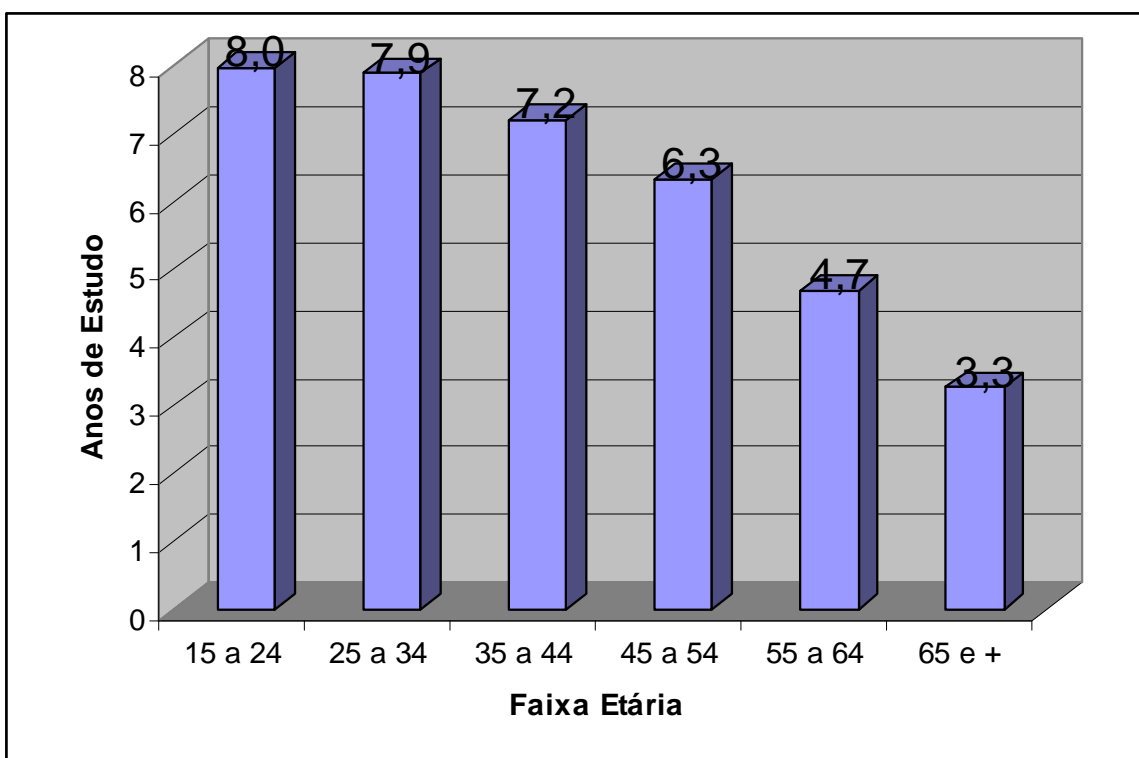
UF/ REGIÃO	Anos de Estudo		Dif % 2001/2003
	2001	2003	
Acre	7,0	7,6	8,5
Amazonas	7,2	8,0	10,5
Amapá	8,2	8,3	0,8
Pará	6,6	7,2	8,9
Rondônia	7,1	7,7	8,5
Roraima	7,3	8,3	13,9
Tocantins	6,8	7,3	7,4
<b>NORTE</b>	<b>6,9</b>	<b>7,5</b>	<b>9,0</b>
Alagoas	4,9	5,4	11,2
Bahia	6,0	6,7	11,1
Ceará	6,4	7,1	10,9
Maranhão	5,7	6,4	12,2
Paraíba	5,4	6,4	17,6
Pernambuco	6,3	6,7	6,1
Piauí	5,5	6,1	10,5
Rio Grande do Norte	6,6	6,9	4,2
Sergipe	6,3	6,8	8,1
<b>NORDESTE</b>	<b>6,0</b>	<b>6,6</b>	<b>9,9</b>
Espírito Santo	7,6	8,3	9,2
Minas Gerais	7,7	8,2	5,9
Rio de Janeiro	8,1	8,7	7,1
São Paulo	8,8	9,2	4,3
<b>SUDESTE</b>	<b>8,3</b>	<b>8,7</b>	<b>4,9</b>
Paraná	8,2	8,8	6,8
Rio Grande do Sul	8,1	8,6	6,5
Santa Catarina	8,4	8,8	4,4
<b>SUL</b>	<b>8,2</b>	<b>8,8</b>	<b>7,2</b>
Distrito Federal	8,3	8,9	7,1
Goiás	7,4	8,1	9,0
Mato Grosso do Sul	7,6	8,1	6,7
Mato Grosso	7,3	7,8	7,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7,6</b>	<b>8,2</b>	<b>7,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>7,5</b>	<b>8,0</b>	<b>6,4</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Também Amapá, Rio Grande do Norte e Santa Catarina apresentaram baixos índices de crescimento, quando comparados às restantes UF.

A média nacional de 8 anos de estudo entre os jovens, que corresponde exatamente ao tempo de conclusão do ensino fundamental, está acontecendo na geração mais escolarizada da sociedade brasileira. Se a referência é a ampla faixa dos 15 anos ou mais de idade, a média nacional seria de 6,7 anos de estudo.

Gráfico 3.4.1 Anos de Estudo segundo Faixa Etária. Brasil - 2003



Fonte: PNAD/IBGE 2003.

Introduzindo o fator sexo, nota-se na tabela a seguir que as mulheres, com 8,3 anos de estudo, tem 9,7% mais escolarização que os homens, com 7,6 anos de estudo. A diferença mais marcada pode ser encontrada na região Nordeste, que com 6 anos de estudo para os homens e 7,2 para as mulheres, apresenta diferença de 18,5% de anos de tempo de escolarização a mais para as mulheres.

Tabela 3.4.2: Anos de Estudo dos Jovens por Sexo segundo regiões e UF. 2001-2003

UF/ REGIÃO	Sexo			Dif %
	Masc	Fem	Total	
Acre	7,3	7,9	7,6	7,3
Amazonas	7,9	8,0	8,0	2,2
Amapá	7,9	8,6	8,3	9,1
Pará	6,8	7,5	7,2	10,7
Rondônia	7,5	7,9	7,7	4,9
Roraima	7,9	8,7	8,3	10,5
Tocantins	6,9	7,7	7,3	11,3
<b>NORTE</b>	<b>7,2</b>	<b>7,8</b>	<b>7,5</b>	<b>7,9</b>
Alagoas	4,9	6,0	5,4	21,5
Bahia	6,1	7,3	6,7	18,7
Ceará	6,7	7,5	7,1	12,4
Maranhão	5,7	7,1	6,4	23,3
Paraíba	5,7	7,0	6,4	21,9
Pernambuco	6,1	7,3	6,7	19,6
Piauí	5,5	6,7	6,1	22,8
Rio Grande do Norte	6,4	7,3	6,9	13,8
Sergipe	6,2	7,4	6,8	18,3
<b>NORDESTE</b>	<b>6,0</b>	<b>7,2</b>	<b>6,6</b>	<b>18,5</b>
Espírito Santo	8,0	8,6	8,3	7,4
Minas Gerais	7,8	8,5	8,2	8,3
Rio de Janeiro	8,4	8,9	8,7	5,9
São Paulo	8,9	9,4	9,2	5,4
<b>SUDESTE</b>	<b>8,4</b>	<b>9,0</b>	<b>8,7</b>	<b>6,8</b>
Paraná	8,5	9,0	8,8	5,7
Rio Grande do Sul	8,3	8,9	8,6	7,6
Santa Catarina	8,5	9,1	8,8	7,2
<b>SUL</b>	<b>8,5</b>	<b>9,1</b>	<b>8,8</b>	<b>6,3</b>
Distrito Federal	8,6	9,1	8,9	6,0
Goiás	7,7	8,5	8,1	10,4
Mato Grosso do Sul	7,8	8,4	8,1	8,6
Mato Grosso	7,6	8,1	7,8	5,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7,8</b>	<b>8,5</b>	<b>8,2</b>	<b>8,4</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>7,6</b>	<b>8,3</b>	<b>8,0</b>	<b>9,7</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>7,1</b>	<b>7,8</b>	<b>7,5</b>	<b>9,9</b>
<b>Dif. % 2001/2003</b>	<b>7,2</b>	<b>7,1</b>	<b>6,4</b>	

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 e 2003

Por essa tabela, verifica-se também que o ritmo de evolução dos anos de escolarização entre 2001 e 2003 foi praticamente o mesmo para ambos os sexos, motivo pelo qual as diferenças de gênero entre ambos os períodos permaneceram praticamente inalteradas.

### 3.5 Qualidade do Ensino

Evidências nacionais e internacionais permitem apontar que o Brasil, se está vencendo os desafios quantitativos da inclusão educacional de vastos contingentes de crianças e adolescentes, no que tange ao ensino fundamental ainda apresenta sérios e profundos déficits na qualidade do seu ensino. Tal fato remete necessariamente às capacidades e competências para a vida e para a maturidade que a educação consegue – ou não – desenvolver nos jovens que passam pelos bancos escolares.

Tanto as estimativas do MEC<sup>34</sup> a partir dos cálculos de matrícula quanto os levantamentos amostrais da PNAD/IBGE afirmam igualmente que cerca de 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos está escolarizado. Também para a faixa de 15 a 24 anos, a década de 90 evidenciou expressiva expansão da escolarização, apesar dos problemas apontados nos tópicos anteriores. Esse incremento quantitativo do acesso em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) determinou uma sensível melhoria na posição do país no Índice de Desenvolvimento Humano, devido aos avanços em sua Taxa de Escolaridade Combinada (proporção da população matriculada em todos os níveis de ensino).

Mas diversas fontes também são coincidentes ao afirmar que a qualidade do aprendizado dos jovens é extrema e sensivelmente deficitária. Uma pesquisa internacional recentemente divulgada pela UNESCO/OCDE,<sup>35</sup> que avaliou as competências de jovens de

---

<sup>34</sup> BRASIL. Ministério da Educação – MEC. *SAEB 2001. Relatório Nacional - Versão Preliminar*. Brasília: INEP/MEC, 2002.

<sup>35</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/OECD. *Literacy Skills for the World of Tomorrow – Further Results From PISA 2000*. UNESCO – Institute for Statistics/Organisation For Economic Co-operation and Development, 2003.

15 anos de idade de 41 países do mundo, nas competências para a leitura, a matemática e as ciências, localiza o Brasil em penúltimo lugar.

Também recentes estudos do INEP<sup>36</sup>, ao reanalisar os resultados do SAEB de 2001, para os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental do país, concluiu que 59% dos alunos encontra-se em situação “muito crítica” ou “crítica” quanto a competências para leitura, e 52,3% apresentam a mesma situação quando se trata de competências e habilidades para a resolução de problemas matemáticos que se apresentam na vida cotidiana.

A proposta deste trabalho, de incluir a qualidade do ensino ministrado aos jovens entre os indicadores do IDJ, diferentemente do IDH, que só opera com os aspectos quantitativos da cobertura educacional (matrícula combinada nos três níveis de ensino), prende-se a um fato muito simples. Tão importantes quanto os aspectos quantitativos da inclusão educacional trabalhados pelo IDH, são os aspectos qualitativos, notadamente os níveis de aprendizagem e de desenvolvimento de competências nos alunos. Mas nem todos, nem a grande maioria dos países do mundo, possuem sistemas de avaliação que possibilitem contar com indicadores fidedignos sobre a qualidade do ensino ministrado. Ao incluir esse aspecto, o IDH ver-se-ia limitado a um reduzido número de países.

Mas o Brasil conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que, desde 1990, de forma sistemática, vem avaliando a evolução da educação básica no país. Dentre os aspectos avaliados pelo Sistema, destaca-se a aferição da competência demonstrada pelos alunos, via provas independentes, em diversas áreas curriculares, notadamente língua portuguesa e matemática. Na sétima rodada do SAEB, em 2003, responderam as provas alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Para o tema juventude, consideram-se, neste estudo, os resultados da 3ª série do Ensino Médio e da 8ª série do Fundamental. Justifica-se a inclusão dos resultados das provas da 8ª série no cômputo do índice por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, apesar da idade ideal de finalização da 8ª série ser 14 anos de idade, 61% dos alunos dessa série, segundo a PNAD 2003, tem 15 anos ou mais (em 2001, essa proporção foi ainda maior: 65%).

---

<sup>36</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental*. Brasília, 2003.

Em segundo lugar, a situação de “entrada” na faixa etária considerada ao longo do trabalho (15 a 24 anos) também prova ser relevante e digna de consideração.

Os resultados das provas do SAEB são divulgados numa escala de proficiência única por disciplina, que vai de 150 a 500 pontos. Assim, os resultados da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Médio se encontram na mesma escala.

Pode-se ver, pela tabela a seguir, que 3 das 4 disciplinas aqui consideradas apresentam uma melhoria bem modesta. Se língua portuguesa do Ensino médio melhorou 1,7% entre 2001 e 2003, na matemática da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio a melhoria nem chega a 1%. Já língua portuguesa da 8ª série teve queda de 1,4% entre os dois anos considerados. No conjunto, praticamente registra-se estagnação, dado o parco aumento de 0,4% na qualidade do ensino, problema considerado prioritário inclusive pelos órgãos oficiais de ensino.

Se desagregarmos os dados para o nível regional, também veríamos, em todas as regiões, certa estagnação ou acomodamento com a realidade preexistente. A melhoria observável nos anos considerados é extremamente baixa. No melhor dos casos, Nordeste e Sul crescem algo em torno de 1%. Na pior das situações, a qualidade cai levemente, como é o caso do Centro-Oeste.

Entre as unidades federadas, o panorama é semelhante. Umhas poucas, como Santa Catarina, Acre e Roraima, apresentam uma melhoria que pode ser considerada moderada (6,9; 4,3 e 4,4% de melhoria respectivamente) devido, fundamentalmente, à melhoria no ensino médio que, em 2001, apresentava índices de qualidade extremamente baixos. Os Estados restantes permaneceram, em maior ou menor medida, em situação semelhante à observada no ano 2001.

Analisando os mesmos dados por sexo dos alunos (tabela 3.5.2), podemos ver um fenômeno bem comum nos resultados acadêmicos: as jovens saem-se melhor em língua portuguesa e os jovens, em matemática. E isso parece ser uma constante em todas as regiões do país e na grande maioria das unidades federadas.

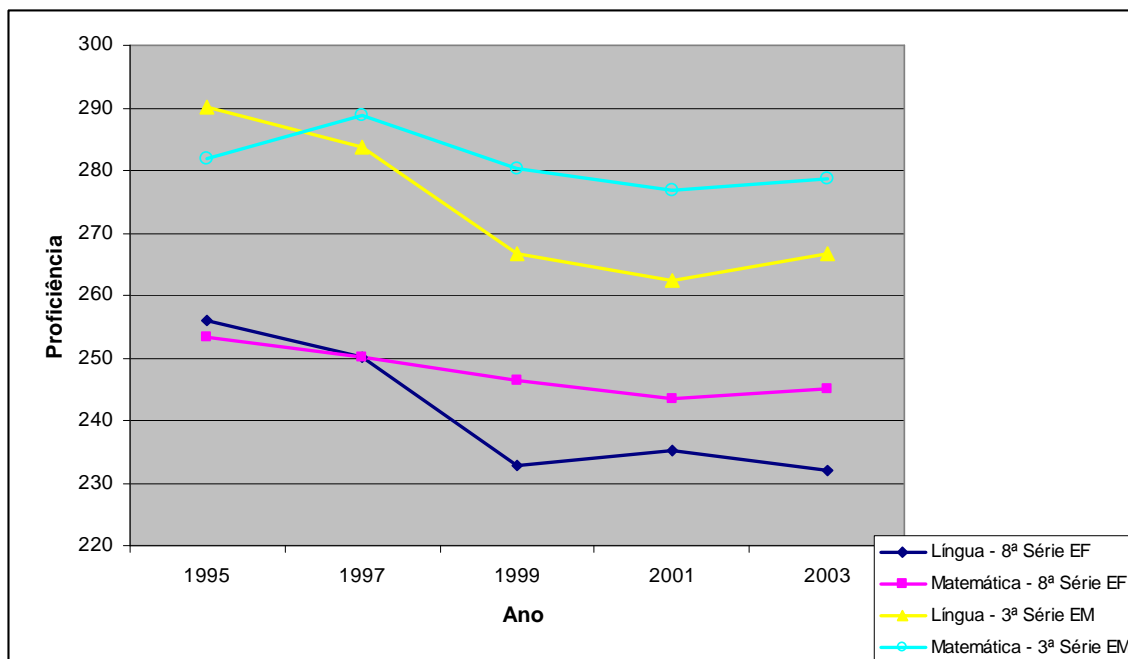
Introduzindo o fator cor/raça (tabela 3.5.3), podemos perceber a sistemática segregação da população negra que, em média, considerando as quatro séries/disciplinas aqui consideradas, apresenta resultados 7,1% inferiores da dos brancos.

Via de regra, isso acontece em todas as unidades federadas – salvo uns poucos casos – e em todas as regiões do país.

Se a comparação dos resultados do SAEB de 2001 com os do SAEB de 2003 evidencia só uma melhora muito leve, que está mais para estagnação, se compararmos os resultados das provas do SAEB desde 1995, pode-se perceber que existem fortes indicadores de erosão da qualidade do ensino ministrado aos jovens do país.

Efetivamente, o Gráfico 3.5.1 compara os resultados obtidos no SAEB nos 5 ciclos acontecidos desde o ano de 1995 nas 4 disciplinas aqui consideradas. Vê-se, graficamente, a erosão acima apontada. A queda média, considerando as 4 disciplinas, foi de 5,5%. As maiores quedas se registram nas línguas (9,4% na 8ª série do EF e 8% na 3ª série do Ensino médio). Já em matemática, a queda foi menor (3,3 e 1,2% respectivamente), mas ainda assim queda na proficiência. Deve-se considerar, pelo já colocado, que o ponto de partida deste trabalho, revelado pelas pesquisas comparativas internacionais, já era muito baixo. E longe de experimentar melhoria na qualidade do ensino ministrado aos jovens, registra-se ainda um processo de erosão.

Gráfico 3.5.1. Proficiência 1995/2003 dos alunos nas provas do SAEB para a 8ª Série do Ensino Fundamental e a 3ª Série do Ensino Médio.



Fonte: DAEB/INEP/MEC

**Tabela 3.5.1 : Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2001e 2003 por regiões e UF.**

UF/ REGIÃO	8ª Matemática (EF)			8ª Português (EF)			3ª Matemática (EM)			3ª Português (EM)			Dif % total
	2001	2003	Dif %	2001	2003	Dif %	2001	2003	dif %	2001	2003	dif %	
Rondônia	240,7	233,6	-3,0	237,4	223,4	-5,9	275,2	271,6	-1,3	260,7	260,1	-0,2	-2,6
Acre	223,1	229,1	2,7	222,5	226,0	1,6	258,4	274,5	6,2	247,0	263,1	6,5	4,3
Amazonas	226,3	225,8	-0,2	221,2	221,0	-0,1	243,8	255,5	4,8	240,8	253,7	5,4	2,5
Roraima	234,6	242,6	3,4	229,4	237,9	3,7	253,0	262,2	3,6	240,6	257,1	6,9	4,4
Pará	235,5	230,9	-1,9	235,7	227,5	-3,5	259,3	257,4	-0,7	253,1	248,7	-1,7	-2,0
Amapá	231,8	232,5	0,3	232,5	234,7	0,9	255,6	269,8	5,6	252,5	259,2	2,6	2,4
Tocantins	232,3	226,2	-2,6	227,9	222,4	-2,4	255,0	246,6	-3,3	237,4	235,2	-0,9	-2,3
<b>Norte</b>	<b>231,9</b>	<b>229,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>229,2</b>	<b>224,9</b>	<b>-1,9</b>	<b>255,1</b>	<b>258,0</b>	<b>1,1</b>	<b>247,8</b>	<b>250,9</b>	<b>1,3</b>	<b>-0,1</b>
Maranhão	223,1	221,5	-0,7	215,6	219,4	1,8	257,1	271,0	5,4	246,1	265,1	7,7	3,5
Piauí	239,6	238,6	-0,4	228,9	223,5	-2,3	270,7	268,5	-0,8	258,8	259,0	0,1	-0,9
Ceará	226,2	228,2	0,9	219,6	221,0	0,6	266,7	271,2	1,7	254,0	262,8	3,5	1,7
Rio Grande do Norte	233,7	232,6	-0,5	228,2	221,0	-3,1	259,1	260,5	0,6	245,1	252,4	3,0	0,0
Paraíba	232,0	227,5	-2,0	224,6	221,5	-1,4	265,9	261,5	-1,6	244,1	250,6	2,7	-0,6
Pernambuco	226,0	230,1	1,8	217,8	220,3	1,2	260,4	264,5	1,6	245,0	253,1	3,3	2,0
Alagoas	225,5	228,0	1,1	216,6	215,6	-0,4	261,3	263,0	0,7	246,7	255,5	3,6	1,2
Sergipe	231,6	233,7	0,9	226,5	221,9	-2,0	267,0	259,2	-2,9	248,2	253,0	1,9	-0,5
Bahia	232,3	235,9	1,6	225,9	228,9	1,3	267,6	266,3	-0,5	250,0	253,0	1,2	0,9
<b>Nordeste</b>	<b>228,8</b>	<b>230,4</b>	<b>0,7</b>	<b>221,6</b>	<b>222,4</b>	<b>0,3</b>	<b>264,1</b>	<b>266,1</b>	<b>0,8</b>	<b>248,8</b>	<b>255,9</b>	<b>2,9</b>	<b>1,2</b>
Minas Gerais	254,9	250,8	-1,6	242,5	232,1	-4,3	280,3	291,7	4,1	266,5	273,1	2,5	0,2
Espírito Santo	246,4	245,5	-0,4	240,6	231,3	-3,8	280,5	282,7	0,8	265,8	269,9	1,5	-0,5
Rio de Janeiro	251,5	252,6	0,4	247,4	240,1	-2,9	280,9	282,6	0,6	272,5	279,2	2,4	0,1
São Paulo	247,1	253,6	2,6	237,2	236,3	-0,4	279,9	281,1	0,4	266,1	268,6	0,9	0,9
<b>Sudeste</b>	<b>249,7</b>	<b>252,3</b>	<b>1,0</b>	<b>240,3</b>	<b>235,5</b>	<b>-2,0</b>	<b>280,2</b>	<b>283,8</b>	<b>1,3</b>	<b>267,2</b>	<b>271,5</b>	<b>1,6</b>	<b>0,5</b>
Paraná	247,4	258,2	4,4	240,5	238,3	-0,9	280,0	291,5	4,1	260,5	269,3	3,4	2,7
Santa Catarina	260,1	257,3	-1,1	245,9	242,5	-1,4	292,1	341,3	16,8	273,6	309,4	13,1	6,9
Rio Grande do Sul	260,4	259,6	-0,3	252,4	246,1	-2,5	309,9	301,7	-2,6	285,4	285,9	0,2	-1,3
<b>Sul</b>	<b>255,3</b>	<b>258,5</b>	<b>1,3</b>	<b>246,4</b>	<b>242,3</b>	<b>-1,6</b>	<b>293,2</b>	<b>298,8</b>	<b>1,9</b>	<b>271,6</b>	<b>278,8</b>	<b>2,7</b>	<b>1,0</b>
Mato Grosso do Sul	250,8	252,8	0,8	244,8	239,4	-2,2	288,5	286,5	-0,7	275,1	273,9	-0,4	-0,6
Mato Grosso	239,0	236,8	-0,9	231,9	224,7	-3,1	280,0	272,5	-2,7	266,4	268,0	0,6	-1,5
Goiás	240,3	245,1	2,0	232,3	236,4	1,8	280,1	272,9	-2,6	261,9	266,2	1,7	0,7
Distrito Federal	257,6	257,7	0,0	249,1	240,0	-3,6	295,8	294,3	-0,5	282,9	278,0	-1,7	-1,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>244,8</b>	<b>246,3</b>	<b>0,6</b>	<b>237,2</b>	<b>234,7</b>	<b>-1,1</b>	<b>285,1</b>	<b>279,6</b>	<b>-1,9</b>	<b>269,6</b>	<b>270,3</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,5</b>
<b>Total</b>	<b>243,4</b>	<b>245,0</b>	<b>0,6</b>	<b>235,2</b>	<b>232,0</b>	<b>-1,4</b>	<b>276,7</b>	<b>278,7</b>	<b>0,7</b>	<b>262,3</b>	<b>266,7</b>	<b>1,7</b>	<b>0,4</b>

Fonte: DAEB/INEP/MEC

**Tabela 3.5.2:** Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2003 por sexo segundo regiões e UF

UF/ REGIÃO	8ª Matemática (EF)			8ª Português (EF)			3ª Matemática (EM)			3ª Português (EM)			Dif % total
	Masc.	Fem.	dif %	Masc.	Fem.	dif %	Masc.	Fem.	dif %	Masc.	Fem.	dif %	
Rondônia	240,5	228,1	-5,1	212,8	231,2	8,7	276,8	268,9	-2,8	251,2	264,6	5,3	1,5
Acre	235,2	223,6	-4,9	217,9	233,3	7,1	288,6	264,3	-8,4	254,8	267,8	5,1	-0,3
Amazonas	233,4	218,4	-6,4	212,7	229,8	8,0	259,2	253,0	-2,4	247,3	257,5	4,2	0,8
Roraima	245,7	239,4	-2,6	225,0	247,2	9,9	269,0	256,6	-4,6	255,5	259,0	1,3	1,0
Pará	236,0	226,7	-3,9	222,1	232,4	4,6	265,0	251,0	-5,3	244,8	251,5	2,7	-0,5
Amapá	238,1	226,7	-4,8	228,2	240,8	5,5	279,2	261,9	-6,2	256,6	261,2	1,8	-0,9
Tocantins	231,0	222,2	-3,8	215,5	228,0	5,8	251,9	242,7	-3,6	226,7	241,3	6,4	1,2
<b>Norte</b>	<b>235,4</b>	<b>224,0</b>	<b>-4,8</b>	<b>217,4</b>	<b>231,8</b>	<b>6,6</b>	<b>264,3</b>	<b>253,2</b>	<b>-4,2</b>	<b>245,2</b>	<b>254,6</b>	<b>3,8</b>	<b>0,3</b>
Maranhão	230,3	214,3	-6,9	215,2	223,3	3,8	277,9	265,7	-4,4	262,3	267,1	1,8	-1,4
Piauí	247,0	231,8	-6,2	215,4	230,8	7,1	284,7	258,1	-9,3	259,9	258,4	-0,6	-2,2
Ceará	232,5	224,9	-3,3	215,2	225,9	5,0	280,0	263,6	-5,9	261,1	264,2	1,2	-0,7
Rio Grande do Norte	241,2	224,8	-6,8	218,3	223,8	2,5	271,1	251,6	-7,2	251,3	253,1	0,7	-2,7
Paraíba	235,7	221,2	-6,1	214,8	226,2	5,3	273,2	254,3	-6,9	249,4	251,6	0,9	-1,7
Pernambuco	234,8	225,7	-3,9	210,2	227,5	8,3	276,0	255,0	-7,6	253,1	253,0	0,0	-0,8
Alagoas	235,5	221,4	-6,0	211,4	219,2	3,7	270,1	257,5	-4,7	252,8	257,3	1,8	-1,3
Sergipe	241,1	227,4	-5,7	216,3	226,2	4,6	276,3	246,6	-10,7	253,9	252,5	-0,5	-3,1
Bahia	243,1	230,1	-5,4	223,5	232,8	4,1	278,4	256,4	-7,9	246,7	256,8	4,1	-1,3
<b>Nordeste</b>	<b>236,9</b>	<b>225,0</b>	<b>-5,0</b>	<b>216,1</b>	<b>227,3</b>	<b>5,2</b>	<b>277,3</b>	<b>257,3</b>	<b>-7,2</b>	<b>253,6</b>	<b>257,5</b>	<b>1,5</b>	<b>-1,4</b>
Minas Gerais	252,5	249,5	-1,2	224,6	240,1	6,9	297,5	287,1	-3,5	268,2	276,6	3,1	1,3
Espírito Santo	249,5	241,7	-3,1	222,8	239,1	7,3	290,1	276,8	-4,6	261,5	276,1	5,6	1,3
Rio de Janeiro	253,5	251,6	-0,8	233,8	245,7	5,1	290,1	276,9	-4,6	271,4	284,6	4,9	1,2
São Paulo	255,6	251,3	-1,7	225,8	247,2	9,5	287,7	275,1	-4,4	262,7	273,6	4,2	1,9
<b>Sudeste</b>	<b>254,2</b>	<b>250,4</b>	<b>-1,5</b>	<b>226,5</b>	<b>244,6</b>	<b>8,0</b>	<b>290,3</b>	<b>278,2</b>	<b>-4,2</b>	<b>265,2</b>	<b>276,4</b>	<b>4,2</b>	<b>1,6</b>
Paraná	261,8	254,6	-2,7	232,4	243,5	4,7	296,7	286,7	-3,4	260,8	276,3	5,9	1,1
Santa Catarina	262,7	252,4	-3,9	236,6	248,0	4,8	351,8	331,2	-5,9	303,1	314,9	3,9	-0,3
Rio Grande do Sul	265,0	254,2	-4,1	236,5	255,4	8,0	310,9	294,8	-5,2	277,3	291,9	5,3	1,0
<b>Sul</b>	<b>263,3</b>	<b>254,0</b>	<b>-3,5</b>	<b>235,0</b>	<b>249,1</b>	<b>6,0</b>	<b>305,7</b>	<b>292,8</b>	<b>-4,2</b>	<b>270,1</b>	<b>285,5</b>	<b>5,7</b>	<b>1,0</b>
Mato Grosso do Sul	261,7	245,2	-6,3	234,7	243,6	3,8	295,4	278,7	-5,6	268,3	278,5	3,8	-1,1
Mato Grosso	245,7	229,5	-6,6	218,8	230,2	5,2	278,1	268,5	-3,4	264,5	270,4	2,2	-0,6
Goiás	250,5	240,2	-4,1	228,0	243,5	6,8	283,6	264,7	-6,7	261,3	269,3	3,1	-0,2
Distrito Federal	265,3	250,2	-5,7	231,5	249,2	7,6	307,6	281,8	-8,4	278,9	277,4	-0,5	-1,7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>253,6</b>	<b>239,8</b>	<b>-5,4</b>	<b>227,5</b>	<b>241,3</b>	<b>6,1</b>	<b>290,1</b>	<b>271,0</b>	<b>-6,6</b>	<b>267,2</b>	<b>272,5</b>	<b>2,0</b>	<b>-1,0</b>
<b>Total</b>	<b>249,6</b>	<b>240,7</b>	<b>-3,6</b>	<b>224,5</b>	<b>238,9</b>	<b>6,4</b>	<b>286,9</b>	<b>271,9</b>	<b>-5,2</b>	<b>261,7</b>	<b>270,4</b>	<b>3,3</b>	<b>0,2</b>

Fonte: DAEB/INEP/MEC

**Tabela 3.5.3:** Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2003 por raça/cor segundo regiões e Uf

UF/ REGIÃO	8ª Matemática (EF)			8ª Português (EF)			3ª Matemática (EM)			3ª Português (EM)			Dif % total
	Branco	Negro	dif %	Branco	Negro	dif %	Branco	Negro	dif %	Branco	Negro	dif %	
Rondônia	235,7	232,7	-1,2	226,0	221,8	-1,9	278,6	266,4	-4,4	260,2	261,5	0,5	-1,8
Acre	232,3	227,5	-2,1	230,8	223,7	-3,1	283,4	268,6	-5,2	270,6	258,2	-4,6	-3,7
Amazonas	226,8	226,8	0,0	225,2	220,2	-2,2	255,2	253,8	-0,6	259,5	252,6	-2,7	-1,4
Roraima	254,0	238,3	-6,2	246,3	234,0	-5,0	260,9	263,3	0,9	264,2	254,3	-3,7	-3,5
Pará	233,3	228,8	-1,9	225,1	227,8	1,2	261,7	255,5	-2,4	248,0	248,0	0,0	-0,8
Amapá	236,3	231,9	-1,9	238,1	234,7	-1,5	265,9	269,6	1,4	257,5	262,9	2,1	0,0
Tocantins	236,1	224,3	-5,0	223,2	220,9	-1,1	257,8	242,0	-6,1	240,9	232,9	-3,3	-3,9
<b>Norte</b>	<b>232,2</b>	<b>228,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>226,5</b>	<b>224,4</b>	<b>-0,9</b>	<b>262,2</b>	<b>255,5</b>	<b>-2,6</b>	<b>254,2</b>	<b>249,6</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,7</b>
Maranhão	224,2	219,4	-2,2	222,5	217,1	-2,4	281,1	266,9	-5,0	271,9	261,8	-3,7	-3,3
Piauí	240,5	237,7	-1,2	223,8	224,4	0,3	273,6	267,4	-2,2	258,9	259,5	0,2	-0,7
Ceará	234,1	225,5	-3,7	226,9	218,1	-3,9	279,1	268,0	-4,0	270,4	259,2	-4,1	-3,9
Rio Grande do Norte	232,1	233,3	0,5	224,2	218,4	-2,6	264,3	258,2	-2,3	256,5	250,7	-2,3	-1,7
Paraíba	230,2	225,4	-2,1	223,3	221,0	-1,0	263,1	261,3	-0,7	254,1	248,7	-2,1	-1,5
Pernambuco	237,9	224,9	-5,5	229,6	215,8	-6,0	278,6	257,4	-7,6	265,1	246,4	-7,0	-6,5
Alagoas	229,7	226,7	-1,3	222,3	212,6	-4,4	268,1	260,8	-2,7	259,7	254,4	-2,0	-2,6
Sergipe	239,7	232,0	-3,2	230,2	218,9	-4,9	264,3	256,0	-3,1	261,6	247,5	-5,4	-4,2
Bahia	242,6	232,7	-4,1	231,2	228,6	-1,1	288,0	260,6	-9,5	267,4	248,8	-6,9	-5,4
<b>Nordeste</b>	<b>235,4</b>	<b>227,7</b>	<b>-3,3</b>	<b>227,0</b>	<b>220,4</b>	<b>-2,9</b>	<b>276,5</b>	<b>261,8</b>	<b>-5,3</b>	<b>264,3</b>	<b>252,2</b>	<b>-4,6</b>	<b>-4,0</b>
Minas Gerais	262,1	243,3	-7,2	244,4	223,7	-8,5	299,4	287,0	-4,2	282,0	266,8	-5,4	-6,3
Espírito Santo	255,6	239,3	-6,3	235,2	228,9	-2,7	295,2	272,6	-7,7	273,6	268,2	-2,0	-4,7
Rio de Janeiro	267,7	241,1	-9,9	252,4	230,2	-8,8	303,4	270,9	-10,7	291,8	270,5	-7,3	-9,2
São Paulo	263,2	241,1	-8,4	246,6	222,8	-9,7	288,2	266,9	-7,4	273,9	256,8	-6,2	-7,9
<b>Sudeste</b>	<b>263,3</b>	<b>241,7</b>	<b>-8,2</b>	<b>246,5</b>	<b>224,7</b>	<b>-8,9</b>	<b>292,6</b>	<b>272,9</b>	<b>-6,7</b>	<b>277,7</b>	<b>263,1</b>	<b>-5,2</b>	<b>-7,2</b>
Paraná	261,8	250,2	-4,5	242,2	230,4	-4,9	297,5	277,8	-6,6	273,8	256,6	-6,3	-5,6
Santa Catarina	259,2	251,5	-3,0	245,6	232,9	-5,2	344,8	320,9	-6,9	311,5	297,5	-4,5	-4,9
Rio Grande do Sul	264,0	248,3	-5,9	249,2	239,2	-4,0	306,1	285,7	-6,7	285,9	286,1	0,0	-4,1
<b>Sul</b>	<b>262,1</b>	<b>249,8</b>	<b>-4,7</b>	<b>246,0</b>	<b>233,8</b>	<b>-5,0</b>	<b>304,5</b>	<b>282,1</b>	<b>-7,4</b>	<b>282,0</b>	<b>266,9</b>	<b>-5,3</b>	<b>-5,6</b>
Mato Grosso do Sul	256,8	248,5	-3,2	242,5	236,5	-2,5	291,7	280,4	-3,9	277,5	267,8	-3,5	-3,3
Mato Grosso	243,5	232,0	-4,7	229,6	220,7	-3,9	277,8	267,7	-3,6	278,1	260,7	-6,3	-4,6
Goiás	251,9	241,3	-4,2	242,1	232,1	-4,1	281,8	269,3	-4,4	269,6	265,5	-1,5	-3,6
Distrito Federal	270,6	250,5	-7,4	243,1	238,8	-1,8	304,6	290,5	-4,6	293,5	268,0	-8,7	-5,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>253,2</b>	<b>241,7</b>	<b>-4,6</b>	<b>239,5</b>	<b>231,1</b>	<b>-3,5</b>	<b>286,6</b>	<b>275,6</b>	<b>-3,8</b>	<b>277,2</b>	<b>265,4</b>	<b>-4,2</b>	<b>-4,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>255,7</b>	<b>236,2</b>	<b>-7,6</b>	<b>241,3</b>	<b>224,5</b>	<b>-7,0</b>	<b>290,3</b>	<b>267,9</b>	<b>-7,7</b>	<b>275,3</b>	<b>258,2</b>	<b>-6,2</b>	<b>-7,1</b>

Fonte: DAEB/INEP/MEC

Focalizando no fator raça/cor dos respondentes (Tabela 3.5.3), observa-se a mesma constante já apontada no relatório anterior: as diferenças de aproveitamento de brancos e negros continua bem marcadas: em torno de 7% nas diversas disciplinas testadas pelo SAEB nacional. Se existem Estados onde as diferenças de raça/cor são muito baixas ou nulas, como Amapá (que chegou a apresentar diferenças positivas para os negros da 3ª série do Ensino Médio), Pará e Piauí, em outros, como Rio de Janeiro e São Paulo, as diferenças são bem marcadas, indicativas de fatores de discriminação em seus sistemas de ensino.

Essa persistência nas diferenças pela raça/cor pode ser visualizada melhor na tabela 3.5.4. Comparando as diferenças de aproveitamento de brancos e negros em 2001 e em 2003, pode-se verificar que a situação permanece praticamente inalterada. Em 3 das 4 disciplinas consideradas, as diferenças entre brancos e negros são idênticas. Só em português da 3ª série do Ensino Médio, cai levemente: de 6,9% em 2001 para 6,2% em 2003. Em outras palavras, os dados permitem verificar que as diferenças pelo fator raça/cor na qualidade do ensino continuam praticamente inalteradas.

**Tabela 3.5.4:** Diferenças pelo Fator Raça/Cor nos Resultados do SAEB 2001 e 2003

Série	Disciplina	2001			2003		
		Brancos	Negros	Dif.%	Brancos	Negros	Dif.%
8ª Série EF	Matemática	252,9	233,7	-7,6	255,7	236,2	-7,6
	Português	243,6	226,5	-7,0	241,3	224,5	-7,0
3ª Série EM	Matemática	286,8	264,8	-7,7	290,3	267,9	-7,7
	Português	270,5	251,9	-6,9	275,3	258,2	-6,2

Fonte: DAEB/INEP/MEC

### 3.6 Comunicação e Internet

As desigualdades e oportunidades de acesso ao mundo da comunicação e ao universo digital parecem acompanhar e reforçar as sólidas diferenças e polaridades sociais e educacionais pré-existent. Enquanto a maioria da população não tem acesso à internet, a minoria conectada bate recordes mundiais em horas navegadas na rede de computadores<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Segundo pesquisa apresentada em 24/11/2005 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). In: <http://www.nic.br/indicadores/> consultado em 20/12/2005

Em primeiro lugar, estão disponíveis, na PNAD de 2003, dados sobre a existência de telefone – fixo ou celular – e de TV (em p&b ou em cores) nos domicílios brasileiros, que dão uma primeira idéia sobre a distribuição social do acesso a instrumentos de comunicação por parte da juventude.

Nota-se, em primeiro lugar, que a TV é um meio amplamente difundido: 90,5% dos jovens têm algum tipo de TV em casa. Mas, apesar dessa cobertura, existe ainda algo em torno de 3,5 milhões de jovens, muitos em termos quantitativos, sem acesso ao que se pode considerar um meio básico de lazer, entretenimento, informação e visão de mundo, atualmente representado pela TV.

Também essa ampla cobertura não significa homogeneidade: 98,6 % dos jovens do Rio de Janeiro e 96,9 dos de São Paulo tem TV no domicílio. O mesmo não acontece com os jovens de Piauí, Maranhão e Tocantins, onde aproximadamente uma quarta parte dos jovens não tem acesso domiciliar a esse meio.

Aproximadamente a mesma proporção de jovens não tem acesso a telefone (fixo ou celular) no seu domicílio. Nesse caso, se Distrito Federal e Rio Grande do Sul apresentam as maiores coberturas de telefone, continuam Piauí, Maranhão e Tocantins como as UF de menor cobertura.

Tabela 3.6.1. % de jovens com celular, telefone e TV nos domicílios.  
por UF e região. Brasil. 2003.

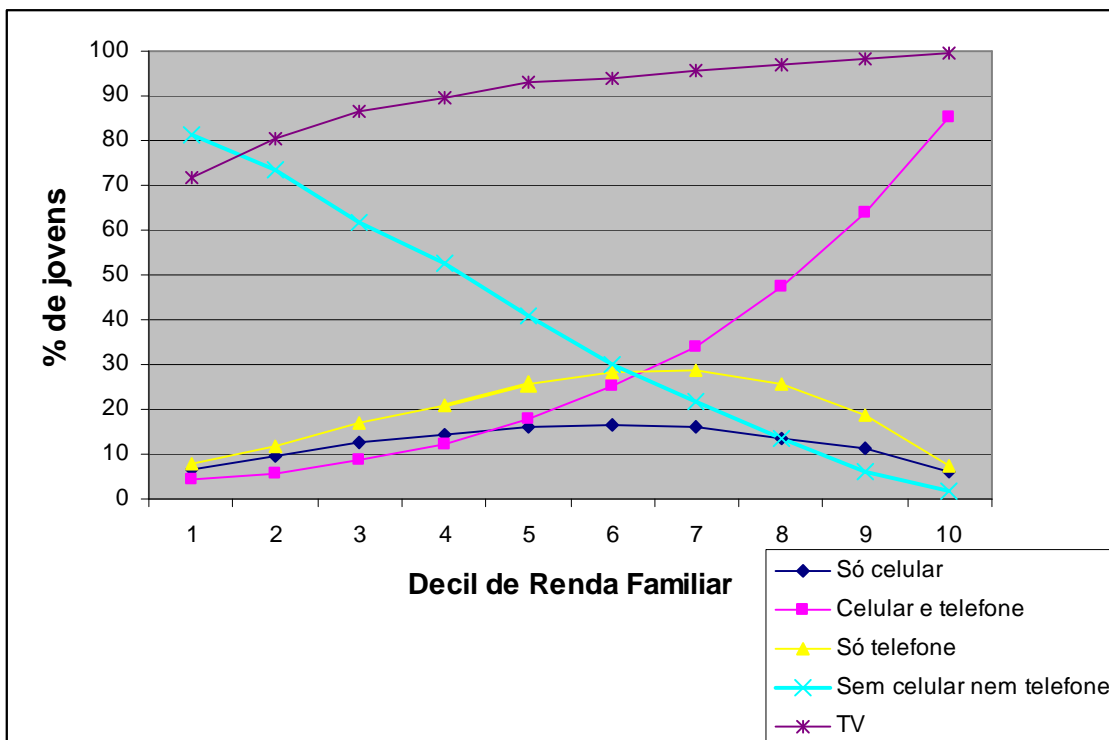
UF/REGIÃO	% celular	% celular e telefone	% telefone	% sem celular nem telefone	Total	% TV
Acre	10,8	29,9	28,4	30,9	100,0	91,2
Amazonas	16,5	24,6	19,8	39,0	100,0	93,0
Amapá	21,1	20,4	21,5	37,0	100,0	91,2
Pará	17,0	17,5	11,2	54,2	100,0	89,3
Rondônia	15,6	24,9	23,9	35,7	100,0	89,7
Roraima	19,7	25,6	21,2	33,6	100,0	90,5
Tocantins	7,2	13,3	18,3	61,2	100,0	75,5
<b>NORTE</b>	<b>15,7</b>	<b>20,1</b>	<b>16,5</b>	<b>47,6</b>	<b>100,0</b>	<b>88,9</b>
Alagoas	10,9	12,7	11,2	65,2	100,0	80,4
Bahia	6,1	14,0	14,6	65,3	100,0	79,5
Ceará	10,1	14,8	11,1	64,1	100,0	86,4
Maranhão	8,0	12,7	13,2	66,0	100,0	74,4
Paraíba	10,6	17,1	11,7	60,6	100,0	90,7
Pernambuco	15,4	19,0	11,1	54,5	100,0	85,8
Piauí	5,7	11,5	13,9	68,9	100,0	73,2
Rio Grande do Norte	13,9	17,8	10,5	57,9	100,0	87,6
Sergipe	12,1	21,1	13,7	53,1	100,0	91,0
<b>NORDESTE</b>	<b>9,7</b>	<b>15,3</b>	<b>12,6</b>	<b>62,4</b>	<b>100,0</b>	<b>82,4</b>
Espírito Santo	10,8	31,6	21,7	35,9	100,0	92,9
Minas Gerais	11,7	29,6	22,1	36,6	100,0	90,9
Rio de Janeiro	15,6	41,2	19,7	23,6	100,0	98,6
São Paulo	10,4	40,4	27,3	21,9	100,0	96,9
<b>SUDESTE</b>	<b>11,7</b>	<b>37,4</b>	<b>24,3</b>	<b>26,6</b>	<b>100,0</b>	<b>95,5</b>
Paraná	8,8	34,9	26,9	29,5	100,0	92,2
Rio Grande do Sul	26,4	41,1	13,5	19,0	100,0	94,6
Santa Catarina	11,7	35,7	27,2	25,4	100,0	95,3
<b>SUL</b>	<b>16,2</b>	<b>37,4</b>	<b>21,8</b>	<b>24,5</b>	<b>100,0</b>	<b>93,8</b>
Distrito Federal	15,1	58,1	13,2	13,6	100,0	96,0
Goiás	16,1	34,6	19,3	30,0	100,0	92,0
Mato Grosso do Sul	16,6	32,8	22,0	28,7	100,0	93,2
Mato Grosso	16,4	26,1	15,8	41,7	100,0	83,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>16,1</b>	<b>36,7</b>	<b>17,9</b>	<b>29,4</b>	<b>100,0</b>	<b>91,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>12,3</b>	<b>29,5</b>	<b>19,4</b>	<b>38,8</b>	<b>100,0</b>	<b>90,5</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Mas se as diferenças regionais relativas ao acesso dos jovens aos instrumentos de comunicação já são elevadas, só complementam e reforçam diferenças derivadas da situação econômica. Efetivamente, pelo gráfico a seguir pode-se verificar que, se no decil de renda de maior poder aquisitivo a totalidade dos jovens mora em domicílios que contam com TV, só 72% dos jovens do decil de renda inferior têm esse benefício.

Com referência ao telefone, as diferenças são bem mais drásticas: se 81% dos jovens mais pobres não tem acesso a telefone no domicílio (seja celular, seja fixo), só 1,5 dos jovens mais ricos tem essa situação.

Gráfico 3.6.1. % de jovens com celular, telefone e TV nos domicílios segundo decil de renda familiar. Brasil. 2003



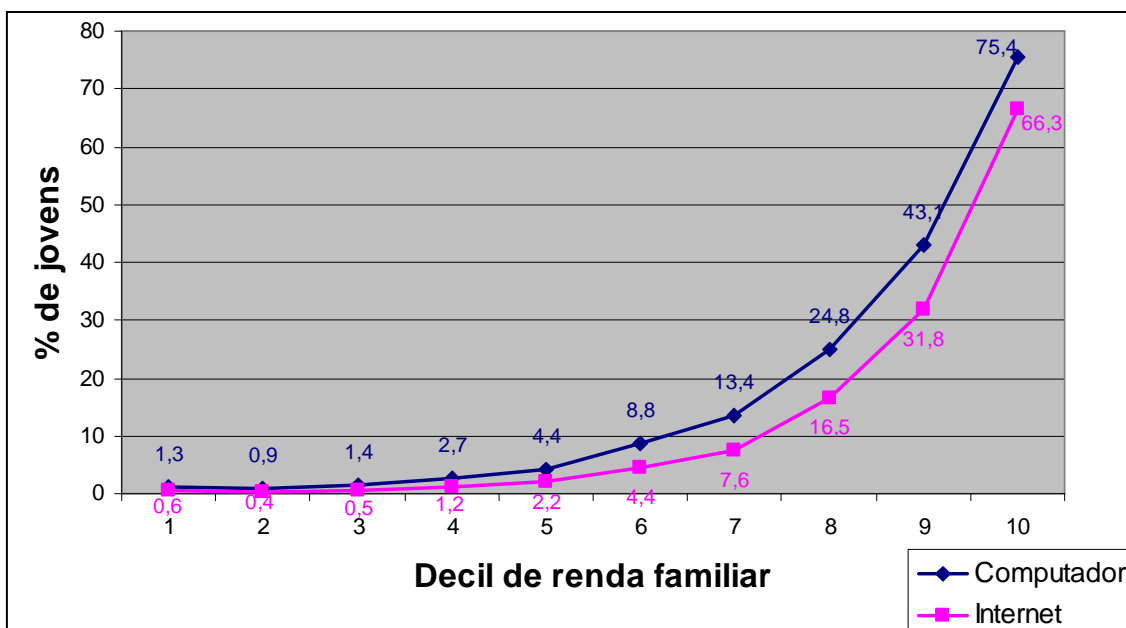
Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Computação e acesso domiciliar a internet parecem ser ainda uma situação fora do comum. Pelos dados da PNAD 2003, só 16,7% dos jovens tinha computador no seu domicílio e 12,4% com acesso a internet. No Piauí, no Maranhão e em Tocantins, os jovens

têm menores condições de acesso domiciliar. Em outro extremo, o Distrito Federal e São Paulo são os que apresentam os maiores índices de disponibilidade.

Pelo gráfico 3.6.2, pode-se observar que o computador e a internet no domicílio são ainda bens escassos e concentrados nos decis mais elevados de renda. Se 75% dos jovens do grupo mais elevado de renda têm computador em casa, só 4,4 dos jovens do decil 5 e 0,6% dos jovens do primeiro decil têm a mesma situação. Assim, pode-se inferir que computador domiciliar é ainda atributo dos grupos de maior renda da população, aos que se circunscrevem os benefícios de acesso ao mundo digital, ao mundo da internet.

Gráfico 3.6.2. % de jovens com computador e internet nos domicílios segundo decil de renda familiar. Brasil. 2003



Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Tabela 3.6.2. % de jovens com computador e acesso a internet no domicílio por UF e Região. Brasil. 2003

UF/REGIÃO	Tem Computador?	Com Acesso a Internet?
Acre	10,3	8,8
Amazonas	8,7	5,3
Amapá	8,2	4,2
Pará	7,2	4,6
Rondônia	11,3	8,2
Roraima	14,4	9,5
Tocantins	4,7	2,5
<b>NORTE</b>	<b>8,0</b>	<b>5,1</b>
Alagoas	6,4	4,9
Bahia	6,4	4,3
Ceará	6,8	4,8
Maranhão	4,7	3,4
Paraíba	8,5	5,8
Pernambuco	7,8	5,6
Piauí	4,0	3,3
Rio Grande do Norte	8,0	5,6
Sergipe	10,4	7,6
<b>NORDESTE</b>	<b>6,7</b>	<b>4,8</b>
Espírito Santo	16,4	12,8
Minas Gerais	15,3	10,0
Rio de Janeiro	24,6	18,5
São Paulo	28,3	21,9
<b>SUDESTE</b>	<b>23,8</b>	<b>17,9</b>
Paraná	21,3	15,9
Rio Grande do Sul	20,6	14,2
Santa Catarina	23,3	18,1
<b>SUL</b>	<b>21,5</b>	<b>15,7</b>
Distrito Federal	32,1	25,9
Goiás	13,4	10,1
Mato Grosso do Sul	13,5	10,3
Mato Grosso	10,8	8,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>16,3</b>	<b>12,7</b>
<b>BRASIL</b>	<b>16,7</b>	<b>12,4</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003

De acordo com números apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos Opinion entre agosto e setembro de 2005, em 8.540 domicílios, 68% da população do país nunca acessou a internet e 55% jamais utilizaram um computador<sup>38</sup>. O estudo também aponta que o acesso cresce à medida que aumenta o nível educacional e a média de renda da população. A desagregação geográfica utilizada por essa pesquisa difere da utilizada no presente estudo, mas pode ser ilustrativa para verificar as circunstâncias e situações da moderna exclusão digital.

Em primeiro lugar, os dados levantados permitem apontar, sem lugar a dúvidas, que são os jovens os que mais têm acesso ao computador. A desagregação geográfica que realiza essa pesquisa difere da que se utiliza no presente estudo, mas pode indicar algumas linhas de tendência de grande interesse.

Pelos dados da pesquisa da CGI, verifica-se que:

- Quase a metade da população (45,2%) já usou computador alguma vez na vida.
- A faixa etária dos 16 aos 24 anos é a que mais usou computador
- Além disso, é a faixa com maior proporção de computadores no domicílio.
- O uso da internet não depende exclusivamente da posse do computador. Como grande parte dos internautas é jovem, o acesso ocorre também em escolas e telecentros.
- À medida que aumenta a faixa etária, diminui a diferença entre uso de computador e posse de computador no domicílio. Na faixa de 10 a 15 anos de idade, a diferença é de 6 vezes, na de 16 a 24 anos, a diferença é 3 vezes. Essa diferença vai caindo progressivamente até a faixa dos 60 anos e mais, onde acontece o contrário: é maior a proporção de indivíduos que têm computador em casa do que fazem uso dele. Isso indica claramente que o uso da internet não depende exclusivamente da posse do computador. Como grande parte dos internautas é jovem, o acesso ocorre também em escolas e telecentros ou em lojas de internet.

---

<sup>38</sup> A mesma fonte mencionada na nota anterior. In.: <http://www.nic.br/indicadores/> consultado em 20/12/2005

**Tabela 3.6.3. % de indivíduos que usaram computador, em qualquer local por faixa etária e tempo transcorrido desde o uso. Brasil, 2005**

Faixa Etária	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses atrás	Entre 6 e 12 meses atrás	Mais de 12 meses atrás	Total que usou computador	Nunca usou computador	Total que tem computador em casa
De 10 a 15 anos	43,3	5,9	6,5	7,7	63,5	36,5	11,6
De 16 a 24 anos	52,9	5,6	6,1	12,3	76,8	23,2	24,2
De 25 a 34 anos	33,1	3,8	4,4	11,9	53,2	46,8	18,2
De 35 a 44 anos	25,1	2,5	3,0	7,5	38,0	62,0	17,6
De 45 a 59 anos	20,9	2,8	2,6	6,3	32,6	67,4	15,5
De 60 anos e mais	5,0	0,3	0,7	1,8	7,8	92,2	8,1
<b>Total</b>	<b>29,7</b>	<b>3,2</b>	<b>3,6</b>	<b>8,6</b>	<b>45,2</b>	<b>54,8</b>	<b>16,9</b>

Fonte: CGI.

Outro destaque na apresentação feita pelo CGI.br foi o recorde no tempo de navegação. Os brasileiros com acesso à internet são os maiores navegadores do mundo, tendo permanecido em média 18 horas e 42 minutos ligados à rede em outubro.

O recorde anterior também era brasileiro. Em junho, a média havia chegado a 18 horas e 28 minutos, superando os tempos apresentados por países como Estados Unidos e Japão. Os dados são de pesquisa feita pelo Ibope/NetRatings.

## 4. RENDA E ATIVIDADES

### 4.1 Renda

Um dos alicerces que fundamentou a construção do IDH é a noção de que níveis aceitáveis de desenvolvimento humano não se encontram atrelados, de forma necessária e direta, aos rendimentos monetários da população. O efetivo acesso a benefícios sociais, como educação, saúde e serviços de infra-estrutura, podem significar um incremento potencial da renda real que não aparece nos “rendimentos” dos indivíduos ou das famílias.<sup>39</sup> Mas se isso se mostra evidente em países com longa tradição de estruturas de seguridade social, pode-se afirmar que em países da América Latina com acentuadas desigualdades e Estado relativamente omissivo, o nível de rendimentos monetários ainda se encontra estreitamente atrelado às condições de acesso aos referidos serviços. Nesse sentido, os estratos jovens da população formam um segmento particularmente vulnerável às condições de acesso a benefícios sociais básicos, como será visto ao longo do presente capítulo.

Os dados mais recentes disponíveis relativos à renda da juventude são os derivados da PNAD 2003. Quando contrastados com os obtidos em 2001, em oportunidade do primeiro relatório, obtém-se o quadro traçado na tabela 4.1.1.

Nota-se que a Renda Familiar *per capita* da juventude brasileira, expressa em Salários Mínimos, caiu consideravelmente entre 2001 e 2003: de 1,46 para 1,31 SM, o que representa decréscimo de 10,2%. Isso ocorreu, em maior ou menor medida, em todas as UF e regiões, salvo Paraíba e Sergipe, que apresentam variação levemente positiva.

Percebem-se também grandes diferenças geográficas: as médias de renda familiar de jovens de Alagoas ou do Maranhão representam perto da terça parte da renda familiar dos jovens do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

---

<sup>39</sup> INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FPJ); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNPD). *Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida.* Disponível em: <http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias - IDH-M e ICV.pdf>. Acesso em: 09/05/2003.

Tabela 4.1.1. Renda Familiar *Per Capita*, em Salários Mínimos por UF e Região. Brasil - 2001/2003

UF/ REGIÃO	RFPC – SM		Dif. %
	2001	2003	
Acre	1,57	1,18	-25,1
Amazonas	1,05	0,99	-5,3
Amapá	1,26	1,14	-9,9
Pará	1,02	0,88	-13,8
Rondônia	1,32	1,26	-4,6
Roraima	1,33	1,18	-11,0
Tocantins	1,15	0,95	-17,4
<b>NORTE</b>	<b>1,11</b>	<b>0,98</b>	<b>-11,6</b>
Alagoas	0,73	0,67	-8,5
Bahia	0,83	0,74	-10,6
Ceará	0,85	0,75	-11,5
Maranhão	0,76	0,68	-10,0
Paraíba	0,75	0,78	3,3
Pernambuco	0,88	0,76	-13,7
Piauí	0,75	0,70	-7,0
Rio Grande do Norte	0,91	0,78	-13,8
Sergipe	0,91	0,92	1,3
<b>NORDESTE</b>	<b>0,82</b>	<b>0,74</b>	<b>-9,3</b>
Espírito Santo	1,31	1,36	3,5
Minas Gerais	1,30	1,19	-8,3
Rio de Janeiro	1,83	1,81	-1,0
São Paulo	2,17	1,81	-16,7
<b>SUDESTE</b>	<b>1,85</b>	<b>1,63</b>	<b>-10,6</b>
Paraná	1,65	1,50	-9,1
Rio Grande do Sul	1,83	1,70	-7,2
Santa Catarina	1,88	1,85	-1,8
<b>SUL</b>	<b>1,77</b>	<b>1,65</b>	<b>-7,9</b>
Distrito Federal	2,46	2,27	-7,6
Goiás	1,46	1,37	-6,1
Mato Grosso do Sul	1,49	1,43	-3,7
Mato Grosso	1,54	1,28	-17,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1,67</b>	<b>1,52</b>	<b>-8,7</b>
<b>BRASIL</b>	<b>1,46</b>	<b>1,31</b>	<b>-10,2</b>

Fonte: PNAD/IBGE

A renda familiar dos jovens permite formar dois grandes grupos de Estados, reproduzindo os contrastes daquilo que muitos já chamaram de “dois brasis”: de um lado,

as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; de outro, as regiões Norte<sup>40</sup> e Nordeste. Essa concentração regional acompanha e reforça a concentração no interior de cada Estado.

Torna-se extremamente difícil responder às estatísticas internacionais<sup>41</sup> que apontam a enorme concentração de renda existente no Brasil cujo coeficiente Gini<sup>42</sup> beira a barreira de 0,60, façanha que coloca o Brasil entre os países com pior distribuição de renda do mundo, só superada nesse campo por alguns países africanos (como Namíbia, Botsuana, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, República Centro-Africana e Serra Leoa).

Essa elevada concentração da renda origina também volumoso contingente de excluídos, cuja proporção permanece mais ou menos constante desde 1995: perto de 15% de indigentes e 34% de pobres.<sup>43</sup>

Se a população brasileira for dividida em 10 grandes grupos de acordo com a renda, verifica-se que 10% dos indivíduos de maior renda concentram 46,3% da renda total. Já a metade da população, a de menor renda, só percebe 12,9% do total.

---

<sup>40</sup> Dado que na PNAD a área rural da Região Norte não está representada (exceto em Tocantins), é provável que a média real dessa Região seja mais baixa.

<sup>41</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2004. Disponível em: <http://www.undp.org.br>.

<sup>42</sup> Coeficiente que mede o grau de concentração, neste caso, da renda, onde o valor 0,0 indica a ausência absoluta de concentração (todos os indivíduos têm a mesma renda) até o índice 1,0 no qual uma só unidade concentra toda a renda.

<sup>43</sup> PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 24.

**Tabela 4.1.2. Renda Familiar *per capita* segundo Decis de Renda. Brasil. 2003**

Decil	Renda Média R\$ <sup>1</sup>	%	% Cumulado
1º Decil	30,97	0,6	0,6
2º Decil	85,69	1,7	2,2
3º Decil	120,58	2,5	4,7
4º Decil	156,98	3,5	8,3
5º Decil	200,82	4,6	12,9
6º Decil	250,20	6,0	18,9
7º Decil	318,35	7,7	26,6
8º Decil	429,95	10,7	37,3
9º Decil	650,76	16,5	53,7
10º Decil	1816,66	46,3	100,0
<b>Total</b>	439,20	100,0	

<sup>1</sup> Em R\$ de setembro de 2003

Fonte: PNAD/IBGE

Continuando com a técnica de comparar o primeiro grupo (10% de maior renda) com os 50% de menor renda, verifica-se que, no primeiro grupo, cada membro da família percebe o equivalente a 5,56 salários mínimos. Já nos 50% de menor renda, cada membro percebe 0,45 salário-mínimo.

**TABELA 4.1.3 – Renda Familiar *per capita* dos jovens segundo decis de renda segundo UF e Região. Brasil. 2001 / 2003**

UF/ REGIÃO	2001			2003			Dif. % 2001/2003
	5 Deciles Inferiores	Decil Superior	Relação	5 Deciles Inferiores	Decil Superior	Relação	
Acre	0,38	7,96	21,2	0,44	5,28	12,0	-43,6
Amazonas	0,39	6,12	15,8	0,44	6,00	13,7	-13,5
Amapá	0,45	5,77	12,9	0,47	5,46	11,5	-10,8
Pará	0,41	5,98	14,6	0,44	5,01	11,3	-22,3
Rondônia	0,47	5,92	12,6	0,47	4,97	10,5	-17,0
Roraima	0,44	5,57	12,5	0,45	4,27	9,5	-24,1
Tocantins	0,41	9,15	22,3	0,44	5,68	13,0	-41,9
<b>NORTE</b>	<b>0,41</b>	<b>6,44</b>	<b>15,7</b>	<b>0,44</b>	<b>5,31</b>	<b>11,9</b>	<b>-24,0</b>
Alagoas	0,33	6,11	18,4	0,39	4,89	12,6	-31,3
Bahia	0,36	6,22	17,1	0,41	5,83	14,3	-16,2
Ceará	0,35	6,93	19,6	0,42	5,84	14,1	-28,2
Maranhão	0,36	5,90	16,4	0,41	5,79	14,1	-13,9
Paraíba	0,35	5,89	16,7	0,40	5,48	13,6	-18,3
Pernambuco	0,36	6,27	17,4	0,41	5,43	13,2	-24,2
Piauí	0,34	5,55	16,4	0,42	6,16	14,7	-10,1
Rio Grande do Norte	0,36	6,57	18,2	0,43	5,06	11,6	-36,0
Sergipe	0,37	5,35	14,6	0,43	5,74	13,4	-8,3
<b>NORDESTE</b>	<b>0,36</b>	<b>6,21</b>	<b>17,4</b>	<b>0,41</b>	<b>5,63</b>	<b>13,7</b>	<b>-21,2</b>
Espírito Santo	0,42	6,03	14,2	0,46	5,42	11,7	-17,4
Minas Gerais	0,43	6,04	13,9	0,47	5,24	11,3	-19,0
Rio de Janeiro	0,46	6,30	13,8	0,49	6,10	12,5	-9,5
São Paulo	0,46	6,47	14,0	0,50	5,58	11,2	-20,4
<b>SUDESTE</b>	<b>0,45</b>	<b>6,37</b>	<b>14,2</b>	<b>0,48</b>	<b>5,62</b>	<b>10,8</b>	<b>-23,7</b>
Paraná	0,44	6,68	15,1	0,48	5,19	10,7	-28,9
Rio Grande do Sul	0,45	6,39	14,2	0,48	5,60	11,6	-18,2
Santa Catarina	0,50	5,53	11,0	0,52	4,98	9,6	-13,1
<b>SUL</b>	<b>0,46</b>	<b>6,27</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>	<b>5,30</b>	<b>11,6</b>	<b>-15,8</b>
Distrito Federal	0,46	7,53	16,5	0,46	6,52	14,2	-13,7
Goiás	0,46	6,97	15,0	0,47	5,20	10,9	-27,0
Mato Grosso do Sul	0,47	6,28	13,4	0,47	5,69	12,0	-10,3
Mato Grosso	0,44	6,57	14,8	0,46	5,48	11,8	-20,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,46</b>	<b>6,98</b>	<b>15,2</b>	<b>0,47</b>	<b>5,76</b>	<b>12,3</b>	<b>-19,2</b>
<b>BRASIL</b>	<b>0,41</b>	<b>6,39</b>	<b>15,7</b>	<b>0,45</b>	<b>5,56</b>	<b>12,4</b>	<b>-21,1</b>

Fonte: PNAD/IBGE: 2001 e 2003

Em outras palavras, os membros do primeiro grupo ostentam 12,4 vezes mais renda que os da metade das famílias brasileiras: as de menor renda. Mas a desproporção já foi

maior. Em 2001, a relação era de 15,7 vezes. Isso implica que houve, segundo o método de medição deste trabalho, uma queda de 21,1% na concentração da renda nacional.

Só Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Ceará e Distrito Federal conseguem superar a marca de 14 vezes na relação entre a renda de 10% de maior renda e 50% de menor renda.

Se os níveis de concentração de renda do Nordeste encontram-se acima da média nacional, Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam níveis abaixo da média.

Pelos dados até aqui expostos, notam-se duas situações no comparativo entre 2001 e 2003. Por um lado, de acordo com os dados da tabela 4.1.1, houve queda da renda familiar, quando expressa em salários mínimos *per capita*, de 10,2%. Por outro lado, pelos dados da tabela 4.1.3, também houve uma queda dos níveis de concentração de renda. Isso só pode significar que as quedas de renda se registraram nos níveis elevados de renda. Efetivamente, vemos pela tabela a seguir, a de número 4.1.4 que no primeiro decil, houve um aumento da renda de 17,1%, a partir desse decil, houve quedas progressivas, até que, no decil 10 as perdas na renda foram de 22,5%.

Tabela 4.1.4. Renda Familiar *per capita* em SM segundo Decis de Renda. Brasil. 2001/2003

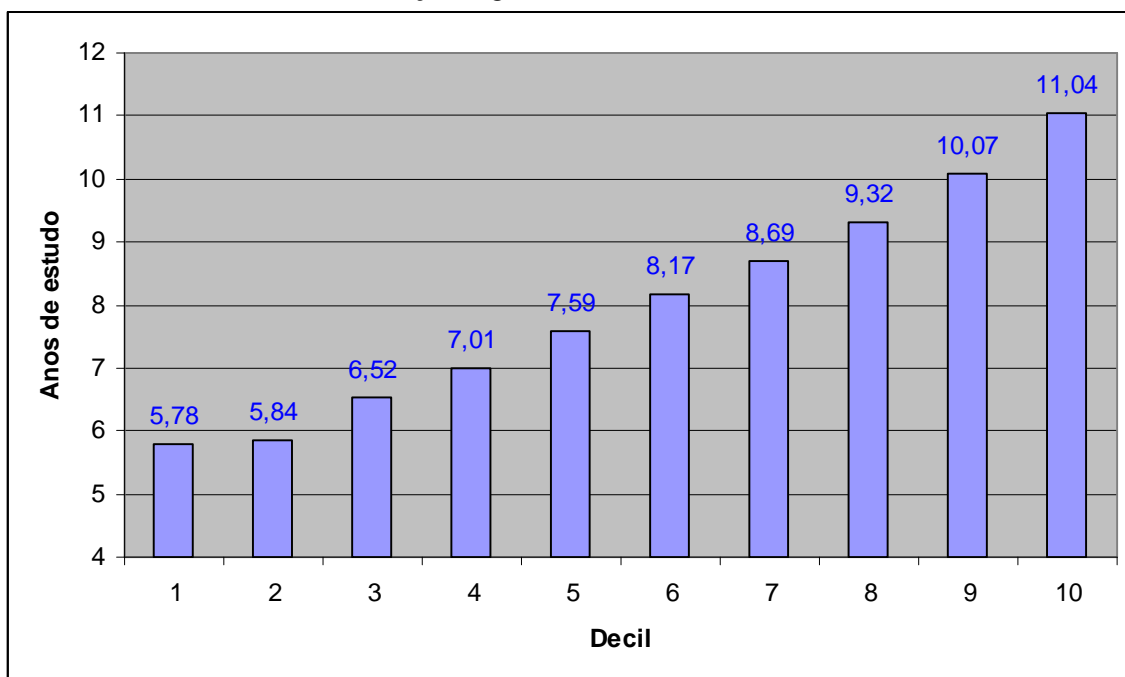
Decil	2001	2003	Dif %
1º Decil	0,07	0,08	17,1
2º Decil	0,25	0,25	-0,3
3º Decil	0,40	0,38	-4,8
4º Decil	0,56	0,52	-6,2
5º Decil	0,75	0,69	-7,9
6º Decil	0,97	0,90	-7,9
7º Decil	1,28	1,16	-9,4
8º Decil	1,82	1,60	-11,8
9º Decil	2,97	2,45	-17,4
10º Decil	7,90	6,12	-22,5
Total	1,46	1,31	-10,2

Fonte: PNAD/IBGE

Tais diferenças de renda originam formas bem diferenciadas de acesso a benefícios sociais, como educação, por exemplo. Apesar da garantia constitucional de educação fundamental obrigatória e gratuita para toda a população, os jovens de menor renda familiar

só conseguem completar 5,8 anos de estudo (quando o ensino fundamental tem 8 anos). Já os jovens de maior renda ostentam uma média de 11 anos de estudo, quase o dobro.

Gráfico 4.1.1. Anos de escolarização segundo decil de renda familiar. Brasil. 2003



Fonte: PNAD/IBGE

A análise dos dados disponíveis permite verificar que a cor dos jovens ainda constitui severo fator de discriminação. Em todas as regiões, a renda dos negros é sempre inferior à dos brancos. Isso é uma constante em todas as unidades federativas e regiões. No nível nacional, a renda familiar *per capita* dos jovens negros é 53,4% inferior (menos da metade) à dos brancos.

As quedas na renda entre 2001 e 2003 afetaram em maior grau (11,3%) os brancos que os negros (8%). Com isso, as diferenças na renda entre ambos os grupos teve leve queda: de 54,8% em 2001 para 53,4% em 2003.

Individualmente, Distrito Federal – 51% - e Espírito Santo – 50,8% - são os Estados com maior discriminação na renda dos negros.

Tabela 4.1.5 - Renda Familiar *Per Capita* em SM segundo raça/cor por UF e Região. Brasil. 2001/2003.

UF/REGIÃO	Branca	Negra	Dif%
Acre	1,62	1,04	-35,9
Amazonas	1,32	0,86	-34,9
Amapá	1,59	1,00	-37,0
Pará	1,21	0,78	-35,1
Rondônia	1,52	1,09	-27,8
Roraima	1,55	1,09	-29,7
Tocantins	1,48	0,78	-46,9
<b>NORTE</b>	<b>1,34</b>	<b>0,85</b>	<b>-36,4</b>
Alagoas	0,98	0,53	-46,4
Bahia	1,19	0,64	-46,7
Ceará	1,05	0,62	-40,6
Maranhão	1,05	0,55	-47,2
Paraíba	1,03	0,63	-38,6
Pernambuco	1,02	0,62	-39,3
Piauí	1,11	0,57	-48,6
Rio Grande do Norte	1,07	0,64	-40,5
Sergipe	1,22	0,81	-33,7
<b>NORDESTE</b>	<b>1,08</b>	<b>0,62</b>	<b>-42,6</b>
Espírito Santo	1,93	0,95	-50,8
Minas Gerais	1,54	0,86	-43,9
Rio de Janeiro	2,31	1,16	-49,8
São Paulo	2,10	1,09	-47,9
<b>SUDESTE</b>	<b>1,81</b>	<b>0,95</b>	<b>-47,2</b>
Paraná	1,69	0,92	-45,6
Rio Grande do Sul	1,83	0,92	-49,5
Santa Catarina	1,94	1,15	-40,7
<b>SUL</b>	<b>2,01</b>	<b>1,02</b>	<b>-49,5</b>
Distrito Federal	3,22	1,58	-51,0
Goiás	1,77	1,09	-38,3
Mato Grosso do Sul	1,86	1,03	-44,6
Mato Grosso	1,80	1,03	-42,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,06</b>	<b>1,15</b>	<b>-44,1</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>1,79</b>	<b>0,83</b>	<b>-53,4</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>1,99</b>	<b>0,90</b>	<b>-54,8</b>
<b>Dif %</b>	<b>-11,3</b>	<b>-8,0</b>	

Fonte: PNAD/IBGE

Também as questões de gênero determinam diferenças nos rendimentos dos jovens. Para fazer essa análise, deve-se mudar o foco anterior: da renda familiar para o da renda própria do jovem. Para isso, utiliza-se a questão 4720 da PNAD, que levanta o valor dos rendimentos mensais das pessoas de 10 ou mais anos de idade, provenientes de qualquer origem. Engloba todos os rendimentos, de qualquer fonte (mesada, pensão alimentícia, auxílio educacional, bolsa, renda mínima etc.).

A proporção de homens com renda própria supera em muito a existente entre as mulheres: 54,4% contra 39,3%. E isso acontece em todas as unidades federadas.

Em conformidade com o padrão de distribuição de renda visto anteriormente, a proporção de jovens com renda própria é menor nos Estados do Norte e do Nordeste (44,6% e 41,9%) do que nas demais regiões, que giram em torno de 50%.

Os menores índices de mulheres com rendimentos próprios podem ser encontrados na região Norte: Amazonas e Amapá, onde menos de 30% das mulheres tem rendimentos. O Sul e o Centro-Oeste evidenciam os maiores contingentes de jovens com renda própria, mas também com disparidades significativas entre homens e mulheres.

As maiores proporções de jovens com rendimentos próprios encontram-se na região Sul, mais especificamente em Santa Catarina, onde 56,5% dos jovens estão nessa situação.

A coluna *Paridade* da tabela constitui uma medida de discriminação. Quando a paridade é absoluta, o índice é 1. Índices maiores que 1 indicam desigualdade favorável para os homens; menores que 1, para as mulheres. Em primeiro lugar percebe-se que não existem Estados nem regiões com índices favoráveis às mulheres. A menor discriminação pode ser encontrada na região Sul, novamente no Estado de Santa Catarina. Os Estados com mais altos índices de discriminação são: Amazônia, Rondônia, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

TABELA 4.1.6 - % jovens com renda própria segundo sexo por UF e Região. Brasil. 2003

UF/REGIÃO	Masc	Fem	Total	Paridade
Acre	53,6	41,7	47,4	1,28
Amazonas	47,5	27,9	37,9	1,70
Amapá	39,6	29,2	34,4	1,36
Pará	55,2	36,5	45,7	1,51
Rondônia	60,2	38,8	49,2	1,55
Roraima	62,8	51,4	56,9	1,22
Tocantins	58,1	42,2	50,4	1,38
<b>NORTE</b>	<b>53,5</b>	<b>35,7</b>	<b>44,6</b>	<b>1,50</b>
Alagoas	41,6	30,5	36,1	1,36
Bahia	49,9	33,0	41,7	1,51
Ceará	51,7	40,5	46,2	1,28
Maranhão	47,3	31,6	39,6	1,50
Paraíba	41,8	33,8	37,7	1,24
Pernambuco	49,8	32,4	41,1	1,54
Piauí	49,8	43,6	46,7	1,14
Rio Grande do Norte	46,6	36,9	41,8	1,26
Sergipe	51,6	38,8	44,9	1,33
<b>NORDESTE</b>	<b>48,7</b>	<b>34,9</b>	<b>41,9</b>	<b>1,39</b>
Espírito Santo	53,1	39,8	46,7	1,33
Minas Gerais	58,9	41,4	50,3	1,42
Rio de Janeiro	50,0	33,3	41,6	1,50
São Paulo	56,7	42,9	49,8	1,32
<b>SUDESTE</b>	<b>55,9</b>	<b>40,6</b>	<b>48,3</b>	<b>1,38</b>
Paraná	60,4	45,6	53,0	1,33
Rio Grande do Sul	59,4	44,3	51,9	1,34
Santa Catarina	61,9	51,0	56,5	1,21
<b>SUL</b>	<b>60,3</b>	<b>46,3</b>	<b>53,3</b>	<b>1,30</b>
Distrito Federal	52,6	39,1	45,5	1,34
Goiás	62,4	43,8	53,2	1,43
Mato Grosso do Sul	62,4	40,5	51,5	1,54
Mato Grosso	58,5	35,3	46,5	1,66
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>59,9</b>	<b>40,4</b>	<b>50,0</b>	<b>1,48</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>54,4</b>	<b>39,3</b>	<b>46,9</b>	<b>1,38</b>
<b>BRASIL 2001</b>	<b>54,0</b>	<b>37,8</b>	<b>45,9</b>	<b>1,43</b>

Fonte: PNAD/IBGE

Esses dados referentes à capacidade dos jovens de gerar rendimentos são particularmente importantes, uma vez que representam, de uma forma ou de outra, a perspectiva de independência e de autonomização financeira. Vale salientar ainda que possuir renda própria, em contextos em que a desigualdade de gênero ainda impera, constitui importante fator de liberdade e poder decisório para as mulheres no interior dos grupos familiares. Além disso, a situação de “sem renda própria” potencializa entre os jovens, particularmente entre os mais pobres, situações de vulnerabilidade.

## **4.2 Atividades**

Como já foi indicado nos capítulos iniciais, sob o título de atividade consideram-se as *ocupações* do jovem, definidas pela sociedade como legítimas e necessárias para a juventude desempenhar. Esse entendimento é consequência do conceito de juventude aqui adotado, como fase de transição, em que cada sociedade define um tempo socialmente necessário para a transformação dos jovens “dependentes” em “adultos” autônomos e produtivos. As formas de ocupação de seu tempo, portanto, não estão restritas ao “trabalho”, mas fundamentalmente à preparação e ao aprendizado para o cumprimento dos papéis de “adulto” na sociedade.

Como fora mencionado nas Notas Técnicas, serão trabalhadas quatro grandes categorias de atividades: jovens que só estudam, que conciliam estudo e trabalho, que só trabalham e que não trabalham nem estudam. Como evidenciarão os dados, o volumoso contingente de jovens que não trabalham nem estudam não pode deixar de ser visto com enorme preocupação, perante os riscos que essa situação representa.

## JUVENTUDE E TRABALHO: UM CAMPO POLÊMICO<sup>44</sup>

*Várias fontes alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresenta algumas das mais altas taxas de desemprego e de subemprego no país, já que enfrenta problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, considerando o requisito da experiência prévia. É também uma população que vem exigindo novos enfoques da educação profissionalizante, novos olhares sobre qualificação profissional, especialmente nas famílias mais pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades, nem sempre disponíveis aos jovens de setores populares – como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras – isso em um contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população.*

*Por outro lado, trabalho e juventude são campos de polêmica, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos (...).*

**Mary Castro – Demógrafa e pesquisadora.**

No Brasil de 2003, os índices de jovens que ainda freqüentam escola (49,0%) e os que trabalham (49,5%) são quase idênticos. Além disso, a estrutura de 2003 é muito semelhante à observada em 2001: só aumentou 1% os jovens que estudam e 0,1% a proporção dos que trabalham (ver tabela 4.2.1).

Analisando os dados em termos regionais, descobre-se uma primeira situação paradoxal: os Estados das regiões mais pobres do país, com maiores problemas educacionais segundo o capítulo anterior, são os que apresentam os maiores índices de jovens estudando. Na região Norte, 51,6%<sup>45</sup>, e na Nordeste, 51,3% dos jovens continuam estudando, contra 46 ou 47% nas demais regiões.

Com referência a trabalho, destaca-se a região Sul, com 57,2% dos jovens com ocupação remunerada, especialmente Santa Catarina, onde 60,8% dos jovens encontram-se inseridos no mercado de trabalho. Mas, em geral, a situação permaneceu estacionária desde o levantamento anterior, sendo que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste houve uma

---

<sup>44</sup> CASTRO, Mary *et alii*. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001, p. 43.

<sup>45</sup> Não devemos esquecer que a PNAD, fonte desses dados, não coleta dados das zonas rurais dos estados da região norte, salvo Tocantins.

queda da inserção juvenil no mundo do trabalho, enquanto nas regiões Norte e Nordeste houve um crescimento relativamente elevado.

Desagregando situações diferenciadas pode-se perceber, pela mesma tabela 4.2.1, que é muito semelhante a proporção de jovens que conseguem só estudar (30,7%) ou só trabalhar (31,2%). Uma proporção bem menor - 18,3% - consegue conciliar estudo e trabalho e 19,8% nem trabalha nem estuda. Se essa última proporção parece baixa, quantitativamente é muito preocupante: são aproximadamente 7 milhões de jovens que têm o futuro em risco, vulnerabilizados pelas circunstâncias, como será visto mais adiante.

**Tabela 4.2.1: Estrutura de atividades entre os jovens por regiões e UF (%) – 2001/2003**

UF/REGIÃO	Estuda			Trabalha			Só Estuda			Trabalha e Estuda			Só Trabalha			Não Trabalha nem Estuda		
	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %
Acre	56,1	51,6	-8,1	41,4	43,0	3,8	38,3	34,5	-9,8	17,8	17,0	-4,4	23,6	25,9	9,9	20,3	22,5	10,9
Amazonas	53,0	52,5	-0,9	37,6	38,2	1,7	39,4	37,8	-4,1	13,6	14,8	8,6	24,0	23,5	-2,2	23,1	24,0	3,8
Amapá	58,4	57,0	-2,5	26,0	34,4	32,3	48,5	42,9	-11,6	9,9	14,1	42,4	16,1	20,3	26,1	25,5	22,7	-10,8
Pará	51,1	51,4	0,5	42,0	46,5	10,6	34,9	32,6	-6,7	16,2	18,8	16,1	25,8	27,7	7,2	23,2	21,0	-9,6
Rondônia	43,6	47,5	8,9	45,8	47,8	4,4	29,6	29,6	0,1	14,0	17,9	27,6	31,8	30,0	-5,8	24,7	22,5	-8,7
Roraima	52,8	51,1	-3,2	44,1	47,0	6,5	36,5	34,6	-5,3	16,3	16,5	1,5	27,8	30,4	9,4	19,4	18,5	-4,7
Tocantins	52,5	51,2	-2,4	57,0	52,2	-8,4	25,9	28,3	9,4	26,6	22,9	-13,9	30,4	29,3	-3,7	17,1	19,5	14,0
<b>NORTE</b>	<b>51,6</b>	<b>51,6</b>	<b>-0,1</b>	<b>42,4</b>	<b>44,6</b>	<b>5,3</b>	<b>35,2</b>	<b>33,6</b>	<b>-4,4</b>	<b>16,4</b>	<b>17,9</b>	<b>9,2</b>	<b>26,0</b>	<b>26,7</b>	<b>2,8</b>	<b>22,5</b>	<b>21,7</b>	<b>-3,5</b>
Alagoas	49,0	51,4	4,8	45,7	45,6	-0,2	31,1	31,1	0,1	17,9	20,2	13,0	27,8	25,4	-8,6	23,2	23,2	0,2
Bahia	54,1	52,6	-2,8	47,0	49,0	4,3	34,0	32,4	-4,7	20,1	20,2	0,5	26,9	28,8	7,1	19,0	18,6	-2,1
Ceará	50,9	48,6	-4,6	49,1	50,0	1,9	29,6	28,6	-3,5	21,3	20,0	-6,2	27,8	30,0	8,1	21,3	21,4	0,5
Maranhão	51,4	50,0	-2,7	48,6	48,8	0,5	31,2	30,8	-1,3	20,2	19,2	-4,8	28,4	29,6	4,3	20,3	20,3	0,2
Paraíba	49,7	51,5	3,5	40,3	43,2	7,3	34,1	33,5	-1,7	15,6	17,9	15,0	24,7	25,3	2,4	25,6	23,2	-9,2
Pernambuco	47,4	48,1	1,4	45,9	46,8	1,9	30,5	30,2	-1,1	16,9	17,9	6,0	29,0	28,9	-0,5	23,5	23,1	-1,9
Piauí	54,9	58,7	6,9	46,3	54,4	17,5	34,2	31,5	-8,0	20,7	27,2	31,5	25,6	27,2	6,3	19,5	14,1	-27,7
Rio Grande do Norte	49,8	50,6	1,6	41,0	43,1	5,2	34,6	32,2	-6,9	15,2	18,4	21,0	25,8	24,7	-4,1	24,5	24,7	0,7
Sergipe	51,4	54,0	5,1	42,9	46,5	8,5	35,2	34,4	-2,3	16,2	19,7	21,3	26,7	26,9	0,7	21,9	19,1	-12,9
<b>NORDESTE</b>	<b>51,3</b>	<b>51,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>46,2</b>	<b>48,1</b>	<b>4,0</b>	<b>32,4</b>	<b>31,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>18,9</b>	<b>19,8</b>	<b>4,8</b>	<b>27,3</b>	<b>28,3</b>	<b>3,5</b>	<b>21,4</b>	<b>20,7</b>	<b>-3,4</b>
Espírito Santo	42,6	45,0	5,6	52,1	52,1	0,0	26,2	28,3	7,9	16,4	16,7	2,0	35,7	35,4	-0,9	21,7	19,6	-9,5
Minas Gerais	43,9	45,4	3,3	51,1	51,7	1,2	27,9	28,1	0,8	16,0	17,2	7,7	35,1	34,5	-1,8	21,1	20,2	-4,4
Rio de Janeiro	50,8	53,2	4,8	41,4	40,4	-2,5	37,1	39,7	6,9	13,7	13,6	-1,0	27,7	26,8	-3,2	21,5	20,0	-7,2
São Paulo	48,0	46,8	-2,5	51,7	49,5	-4,3	29,7	30,3	2,1	18,3	16,5	-9,9	33,4	33,0	-1,2	18,6	20,2	8,5
<b>SUDESTE</b>	<b>47,3</b>	<b>47,5</b>	<b>0,4</b>	<b>49,7</b>	<b>48,5</b>	<b>-2,3</b>	<b>30,5</b>	<b>31,4</b>	<b>2,8</b>	<b>16,8</b>	<b>16,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>32,9</b>	<b>32,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>19,9</b>	<b>20,1</b>	<b>1,0</b>
Paraná	44,1	46,8	6,2	56,4	57,0	1,0	23,6	25,7	8,8	20,5	21,2	3,3	35,9	35,8	-0,3	20,1	17,4	-13,6
Rio Grande do Sul	46,4	48,0	3,5	57,0	55,5	-2,7	25,8	27,9	8,2	20,6	20,1	-2,4	36,4	35,4	-2,8	17,2	16,6	-3,5
Santa Catarina	48,4	50,0	3,2	61,0	60,8	-0,3	25,2	25,8	2,3	23,2	24,2	4,3	37,8	36,6	-3,2	13,7	13,4	-2,0
<b>SUL</b>	<b>45,9</b>	<b>48,0</b>	<b>4,6</b>	<b>57,6</b>	<b>57,2</b>	<b>-0,6</b>	<b>24,8</b>	<b>26,6</b>	<b>7,1</b>	<b>21,1</b>	<b>21,4</b>	<b>1,6</b>	<b>36,5</b>	<b>35,8</b>	<b>-1,9</b>	<b>17,5</b>	<b>16,2</b>	<b>-7,5</b>
Distrito Federal	55,0	53,1	-3,4	43,5	41,7	-4,2	36,3	38,2	5,2	18,7	14,9	-20,1	24,8	26,7	7,8	20,3	20,1	-0,8
Goiás	49,0	50,1	2,2	53,9	52,1	-3,3	27,0	29,1	7,6	22,0	21,0	-4,4	31,9	31,1	-2,5	19,1	18,8	-1,4
Mato Grosso do Sul	39,7	45,0	13,2	52,3	50,9	-2,6	24,0	27,9	16,2	15,7	17,1	8,6	36,6	33,9	-7,4	23,6	21,2	-10,4
Mato Grosso	43,8	42,2	-3,6	55,1	53,4	-3,1	22,4	24,6	10,0	21,4	17,6	-17,8	33,7	35,8	6,3	22,4	22,0	-2,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>47,4</b>	<b>48,0</b>	<b>1,3</b>	<b>52,0</b>	<b>50,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>27,2</b>	<b>29,5</b>	<b>8,6</b>	<b>20,2</b>	<b>18,5</b>	<b>-8,6</b>	<b>31,8</b>	<b>31,8</b>	<b>0,1</b>	<b>20,8</b>	<b>20,2</b>	<b>-3,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>48,5</b>	<b>49,0</b>	<b>1,0</b>	<b>49,4</b>	<b>49,5</b>	<b>0,1</b>	<b>30,3</b>	<b>30,7</b>	<b>1,3</b>	<b>18,2</b>	<b>18,3</b>	<b>0,4</b>	<b>31,2</b>	<b>31,2</b>	<b>-0,1</b>	<b>20,3</b>	<b>19,8</b>	<b>-2,2</b>

Fonte: PNAD/IBGE: 2001 e 2003

**Tabela 4.2.2:** Jovens que só estudam por Região. 2001 e 2003

REGIÃO	% no Total			Média Anos de Estudo			% no Ensino Fund.		
	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %	2001	2003	Dif. %
Norte	35,2	33,6	-4,4	7,4	7,5	2,5	49,2	47,4	-3,7
Nordeste	32,4	31,3	-3,5	6,9	7,3	5,1	56,6	50,4	-11,0
Sudeste	30,5	31,4	2,8	8,4	8,6	2,7	32,8	26,1	-20,4
Sul	24,8	26,6	7,1	8,5	8,8	2,5	29,6	26,6	-10,1
Centro-Oeste	27,2	29,5	8,6	8,0	8,3	3,9	40,9	34,4	-15,9
Brasil	30,3	30,7	1,3	7,8	8,1	3,6	41,6	35,8	-13,9

Fonte: PNAD/IBGE: 2001 e 2003

Analisando os dados dos jovens que só estudam, observa-se que se repete a situação paradoxal acima apontada. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que as regiões Norte e Nordeste apresentam igual ou maior proporção de jovens que conseguem só estudar do que os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Isso entra em aparente conflito com os diversos dados sociais, educacionais, disponíveis para o país, onde as regiões Nordeste e Norte aparecem com os maiores déficits sociais. Como conciliar isso com o fato de serem as regiões que em 2001 e com menor intensidade ainda em 2003, apresentam as taxas mais elevadas de jovens que conseguem dedicar-se, de forma exclusiva, aos estudos? Um início de explicação pode ser encontrado nos dados da tabela 4.2.2.

Nota-se, aprofundando a análise, que são as regiões que aparecem com maiores proporções de jovens dedicados exclusivamente ao estudo as mesmas que apresentam os indicadores de nível educacional mais baixos do país: 7,5 e 7,3 anos de estudo respectivamente, contra 8,3 anos de estudo ou mais nas restantes regiões. Nas colunas finais dessa tabela, verifica-se que são as regiões onde aproximadamente a metade dos jovens que estudam se encontra cursando ainda o ensino fundamental, em situação de evidente defasagem escolar. No Sul e Sudeste, só a quarta parte dos jovens que só estudam encontram-se nessa situação. Observa-se também um dado mais preocupante ainda: as quedas, entre 2001 e 2003, dessa distorção idade/série foram menores do que no Sul e no Centro-Oeste, pelo que as diferenças continuam se avolumando. Mas em geral pode-se verificar que, se não aumentou significativamente o número dos que só estudam, melhorou sensivelmente sua composição em todas as regiões, indicativo de significativa melhoria no

fluxo escolar. Em outras palavras, cai drasticamente o número de jovens que, tendo 15 anos ou mais, ainda se encontrava cursando o ensino fundamental. Para o país como um todo, a proporção de jovens que só estuda e estava cursando o ensino fundamental cai de 41,6% em 2001 para 35,8% em 2003, isto é, diminui 13,9% em 2 anos. A região Sudeste é a que evidencia a melhoria mais significativa: passa de 32,8% em 2001 para 26,1% em 2003. Em outras palavras, a queda das proporções de jovens que ainda cursa o ensino fundamental acontece num ambiente de rápida regularização da defasagem idade-série, como já observado no capítulo sobre educação.

Perto da metade dos jovens: exatos 49,5% encontravam-se trabalhando no momento da entrevista do IBGE, considerando nessa proporção os que só trabalham e os que trabalham, mas também estavam estudando (ver tabela 4.2.1). A região com maior proporção de jovens trabalhando é a Sul, com 57,2% de sua juventude inserida no mercado de trabalho, destacando-se nesse terreno Santa Catarina, onde 60,8% de seus jovens encontram-se nessa situação. Amazonas e Amapá são os que apresentam as menores proporções, onde menos de 40% consegue trabalhar.

Observa-se que as proporções dos que só trabalham e dos que trabalham e estudam permaneceram praticamente inalteradas entre 2001 e 2003, tanto no nível nacional quanto no regional e nas unidades.

Considerando a idade dos jovens, nota-se que existem profundas mudanças com o passar dos anos. Se, com 15 anos de idade, mais de 71,7% só estuda, e 18% estudam e também trabalham, verifica-se que, com essa idade, perto de 90% dos jovens ainda se encontrava freqüentando a escola. Essa proporção vai caindo progressivamente com o passar dos anos. Com 24 anos de idade, os que só estudam se convertem em uma ínfima minoria: 6,3%. Somando os que também trabalham (12,3%), observa-se que, nessa idade, só 18,6% dos jovens encontra-se estudando.

Inverte-se o panorama quando se observa a situação sob o prisma do trabalho. Aos 15 anos, 21,8% dos jovens encontrava-se trabalhando, uns poucos (3,8%) de forma exclusiva, a maioria (18%) também estudando. A proporção dos que só trabalham sobe de forma drástica com a idade dos jovens de forma tal que, aos 19 anos, já é mais da metade

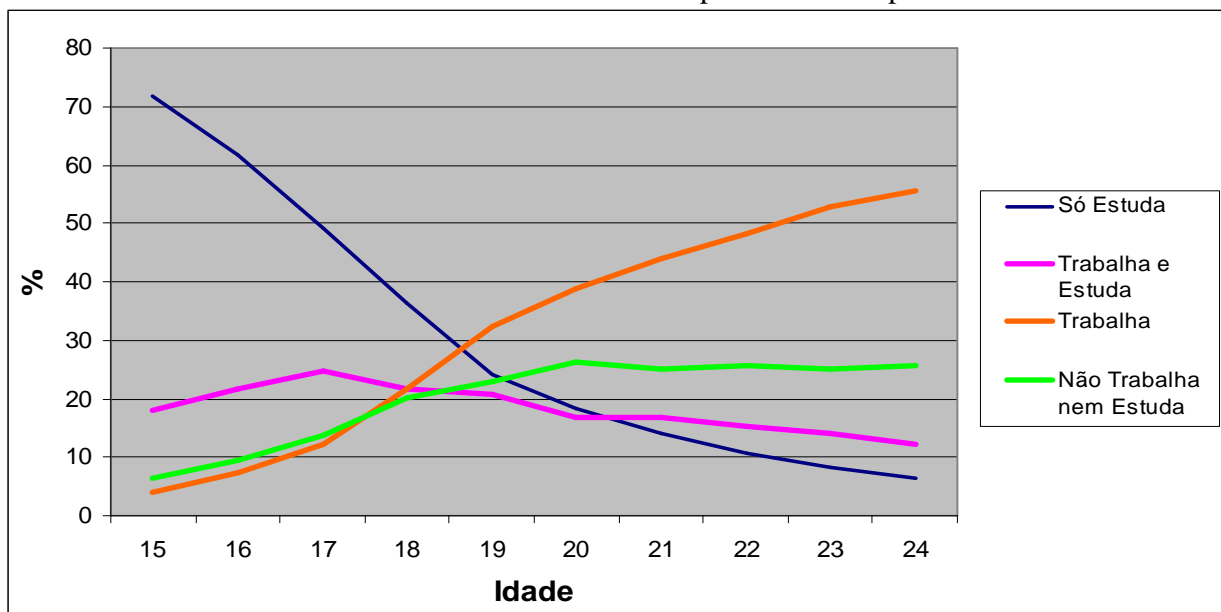
que se encontra inserida no mercado de trabalho. Aos 24 anos de idade, essa proporção eleva-se para 68%.

**Tabela 4.2.3 - Estrutura de atividade dos jovens por idade simples e faixa etária. Brasil. 2003**

Idade/Faixa	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
15	71,7	18,0	3,8	6,5	100,0
16	61,7	21,6	7,2	9,5	100,0
17	49,1	24,8	12,3	13,7	100,0
18	36,2	21,8	21,8	20,1	100,0
19	24,2	20,7	32,4	22,8	100,0
20	18,3	16,7	38,8	26,1	100,0
21	14,2	16,8	44,0	24,9	100,0
22	10,7	15,2	48,4	25,7	100,0
23	8,2	13,9	52,9	25,0	100,0
24	6,3	12,3	55,6	25,8	100,0
15 a 17	61,0	21,4	7,7	9,9	100,0
18 e 19	30,4	21,3	26,9	21,4	100,0
20 a 24	11,7	15,1	47,7	25,5	100,0
Total	30,7	18,3	31,2	19,8	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

**GRÁFICO 4.2.1. Estrutura de Atividades dos Jovens por Idades Simples – Brasil - 2003**



Fonte: PNAD/IBGE

Confirma-se, por esse gráfico, o esquema de cortes etários proposto no capítulo conceitual. Em uma primeira fase, que vai dos 15 aos 17 anos, prepondera o estudo como atividade central. Entre os 18 e os 19 anos de idade, ocorre a transição do universo educacional para o mundo ocupacional, que predomina decididamente a partir dos 20 anos de idade.

Sob o ponto de vista das modernas demandas e requisitos de inserção no mercado de trabalho, o fato de continuar estudos, para a faixa de 15 a 17 anos, deveria ser, a princípio, a situação mais favorável e socialmente desejável. Isso porque daria condições à juventude de cursar o ensino médio, requisito hoje considerado mínimo para a maior parte dos postos de trabalho disponíveis no mercado. Teoricamente, por volta dos 17 anos, o jovem deveria estar concluindo ou perto de concluir o ensino médio. Nesse período etário, conciliar escola e trabalho tende a prejudicar a qualidade dos estudos, comprometendo a formação e o futuro do jovem.

A questão das possibilidades de vida e das formas de ocupação dos jovens aparece diretamente ligada às desigualdades sociais, permitindo inferir, a partir delas, a estrutura de oportunidades oferecida pelo país, a região ou a unidade federativa. Isso pode ser confirmado se forem verificadas as formas de ocupação dos jovens nos diversos níveis de Renda Familiar, e também os determinantes de gênero nessa relação. Pelos dados da tabela 4.2.4, nota-se que a relação renda e estrutura ocupacional dos jovens não é tão simples ou imediata quanto alguns discursos ou estudos afirmam.

Em primeiro lugar, verifica-se que não são os mais pobres os que trabalham e estudam ao mesmo tempo. Os dados da PNAD 2003 permitem estabelecer a seguinte composição da renda familiar *per capita* (em salários mínimos) e a média de anos de estudo para cada categoria de atividades dos jovens:

- |                           |   |
|---------------------------|---|
| ➤ Só Estuda               | 1,56 salários mínimos – 8,1 anos de estudo. |
| ➤ Trabalha e Estuda       | 1,62 salários mínimos – 8,6 anos de estudo. |
| ➤ Só Trabalha             | 1,25 salários mínimos – 7,9 anos de estudo. |
| ➤ Nem Trabalha nem Estuda | 0,77 salários mínimos – 7,2 anos de estudo. |

Jovens que trabalham e estudam têm, inclusive, melhor nível de renda familiar. Já os que não trabalham nem estudam têm menos da metade de renda que os que se encontram estudando.

Em segundo lugar, chama a atenção o fato de que os que conseguem se dedicar só a estudar formam uma espécie de curva em “U” com maiores possibilidades nos extremos da distribuição de renda. Em geral, boa parte da bibliografia sobre o tema propõe uma relação quase linear entre o nível de renda e as condições de estudo ou a necessidade de ingressar de forma precoce no mercado de trabalho. De forma simplificada, pode-se dizer que a visão predominante é a de que, quanto maior a renda, maior é a chance de se dedicar exclusivamente aos estudos e menor a necessidade de ter de trabalhar, de forma exclusiva ou paralelamente aos estudos.

Dividindo a população de 15 a 25 anos segundo os decis de renda familiar *per capita*, pelos dados da PNAD de 2003 verifica-se que, no primeiro decil, o dos mais pobres, 29,4% dos jovens só estuda. Essa proporção vai caindo progressivamente até o 8º decil, no qual só 23% dos jovens conseguem freqüentar a escola de forma exclusiva. A partir desse ponto, eleva-se a participação até que, no 10º decil, já são 41,9% os jovens que só estudam. Entre as mulheres também, mas com menor força, ainda é possível observar idêntico fenômeno. Isso pode ser mais bem apreciado no gráfico 4.2.2.

A explanação desse aparente paradoxo já foi abordada no capítulo dedicado à educação e tem mais reforço nos dados da tabela 4.2.5, que verifica o curso freqüentado pelos jovens que só estudam, de acordo com os decis de renda familiar. Percebe-se que, no primeiro decil de renda, quase 2/3 dos jovens (64,0%) ainda se encontra cursando o ensino fundamental, quando já deveria estar pelo menos no ensino médio. Essa proporção vai caindo progressivamente à medida que aumenta a renda até que, no 10º decil, só 4,7% dos jovens são encontrados no ensino fundamental. Com os estudos superiores acontece exatamente o oposto. No primeiro decil, 2,4% dos jovens freqüenta universidade, no décimo decil, essa proporção vai para mais da metade dos jovens (52,9%).

Mas com os estudos superiores surpreende que nesse primeiro decil 2,4% dos jovens seja encontrado no ensino superior, quando essa proporção no decil seguinte é de 0,7

e ainda no terceiro decil de 1,4% e no seguinte de 2,2%. Isso provavelmente seja resultado de programas de apoio a jovens de baixa renda para cursar estudos superiores.

Dessa forma, nota-se que se repete, na hierarquia social, o que já se observava em escala geográfica: nas regiões - e nos grupos sociais - mais pobres registra-se um *inchaço* na escolarização, resultante de uma escolarização tardia de amplas camadas de jovens. Essa escolarização tardia tem múltiplas causas: início também tardio da escolarização, freqüente nas zonas rurais, atraso escolar derivado de abandonos e/ou repetência.

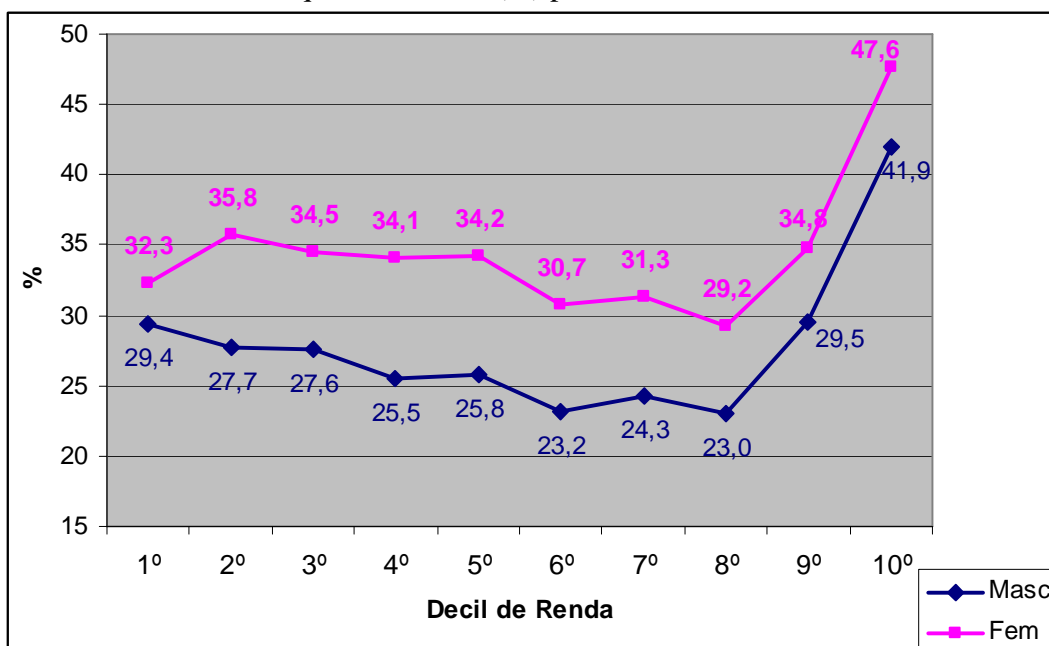
Se até duas décadas atrás a discriminação socioeconômica atuava no sentido de determinar quem teria ou não acesso aos bancos escolares, a atual discriminação atua mais no sentido de decretar o destino escolar: até que série ou nível de ensino poderá chegar e o tempo que vai demorar em chegar.

**Tabela 4.2.4:** Atividades dos jovens (em %) por decil de Renda Familiar e Sexo – Brasil, 2003.

Decil de Renda Familiar per capita	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
<b>Masculino</b>					
Decil 1	29,4	18,4	27,1	25,2	100,0
Decil 2	27,7	21,2	34,5	16,5	100,0
Decil 3	27,6	19,3	38,3	14,8	100,0
Decil 4	25,5	20,0	39,8	14,7	100,0
Decil 5	25,8	19,7	42,0	12,4	100,0
Decil 6	23,2	20,7	44,6	11,5	100,0
Decil 7	24,3	21,0	45,5	9,2	100,0
Decil 8	23,0	22,0	46,8	8,2	100,0
Decil 9	29,5	23,0	40,6	6,9	100,0
Decil 10	41,9	29,4	24,0	4,7	100,0
Total	27,4	21,3	39,0	12,2	100,0
<b>Feminino</b>					
Decil 1	32,3	7,1	11,0	49,5	100,0
Decil 2	35,8	10,5	15,8	37,9	100,0
Decil 3	34,5	10,6	15,8	39,1	100,0
Decil 4	34,1	12,1	21,4	32,4	100,0
Decil 5	34,2	13,0	25,2	27,6	100,0
Decil 6	30,7	14,3	29,0	26,0	100,0
Decil 7	31,3	17,1	30,9	20,6	100,0
Decil 8	29,2	19,7	34,0	17,1	100,0
Decil 9	34,8	22,3	29,4	13,5	100,0
Decil 10	47,6	24,8	19,9	7,7	100,0
Total	34,2	14,7	22,9	28,1	100,0
<b>Total</b>					
Decil 1	31,1	11,7	17,5	39,7	100,0
Decil 2	31,8	15,7	25,0	27,4	100,0
Decil 3	31,0	15,0	27,3	26,7	100,0
Decil 4	29,7	16,1	30,8	23,4	100,0
Decil 5	29,9	16,4	33,9	19,8	100,0
Decil 6	26,7	17,7	37,3	18,3	100,0
Decil 7	27,6	19,2	38,7	14,5	100,0
Decil 8	26,0	20,9	40,7	12,4	100,0
Decil 9	32,1	22,6	35,2	10,1	100,0
Decil 10	44,7	27,1	21,9	6,2	100,0
Total	30,8	18,1	31,1	20,1	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

**Gráfico 4.2.2 - Jovens que só estudam (%) por sexo e decil de renda. Brasil, 2003**



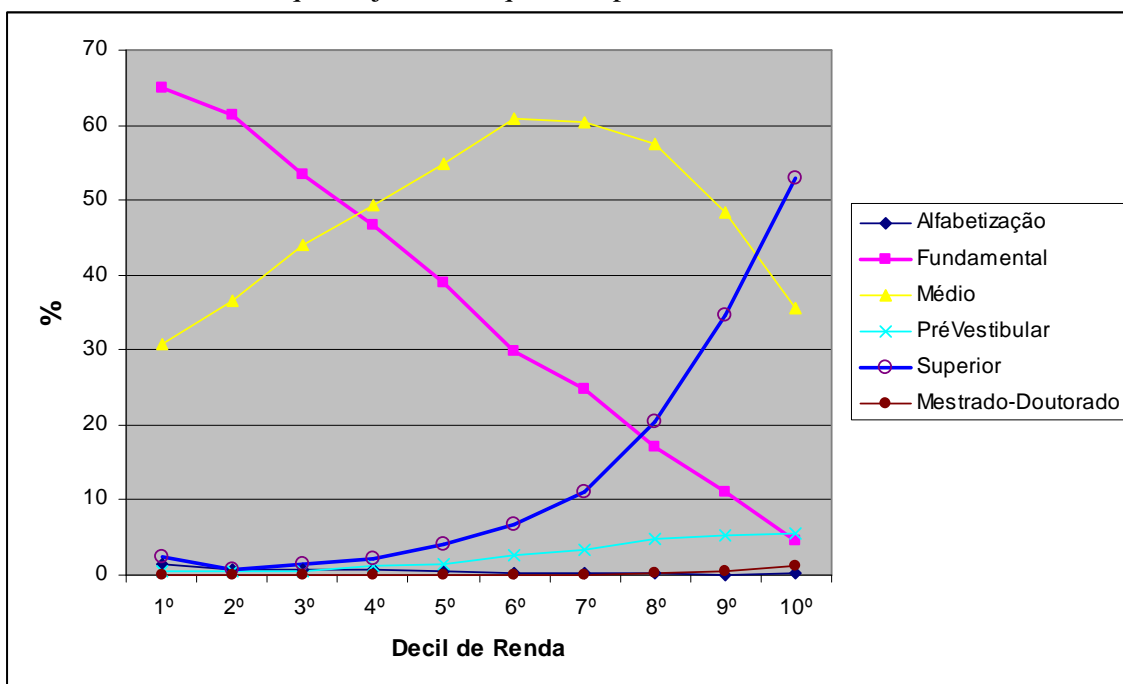
Fonte: PNAD/IBGE

**Tabela 4.2.5. Curso freqüentado pelos jovens que só estudam, por decil de renda Brasil, 2003**

Decil de Renda	Alfabetização	Fundamental	Médio	Pré-Vestibular	Superior	Mestrado-Doutorado	Total
1º	1,5	64,9	30,7	0,5	2,4	0,0	100,0
2º	0,8	61,3	36,6	0,6	0,7	0,0	100,0
3º	0,7	53,3	44,0	0,5	1,4	0,0	100,0
4º	0,7	46,7	49,2	1,1	2,2	0,0	100,0
5º	0,5	39,0	54,9	1,4	4,2	0,0	100,0
6º	0,1	29,7	60,7	2,6	6,8	0,0	100,0
7º	0,3	24,8	60,3	3,4	11,0	0,1	100,0
8º	0,2	17,0	57,4	4,8	20,5	0,1	100,0
9º	0,1	11,0	48,5	5,3	34,7	0,4	100,0
10º	0,1	4,7	35,6	5,5	52,9	1,2	100,0
Total	0,5	34,1	47,7	2,7	14,9	0,2	100,0

Fonte: PNAD/IBGE

**Gráfico 4.2.3 - Curso que os jovens freqüentam por decil de renda. Brasil, 2003**

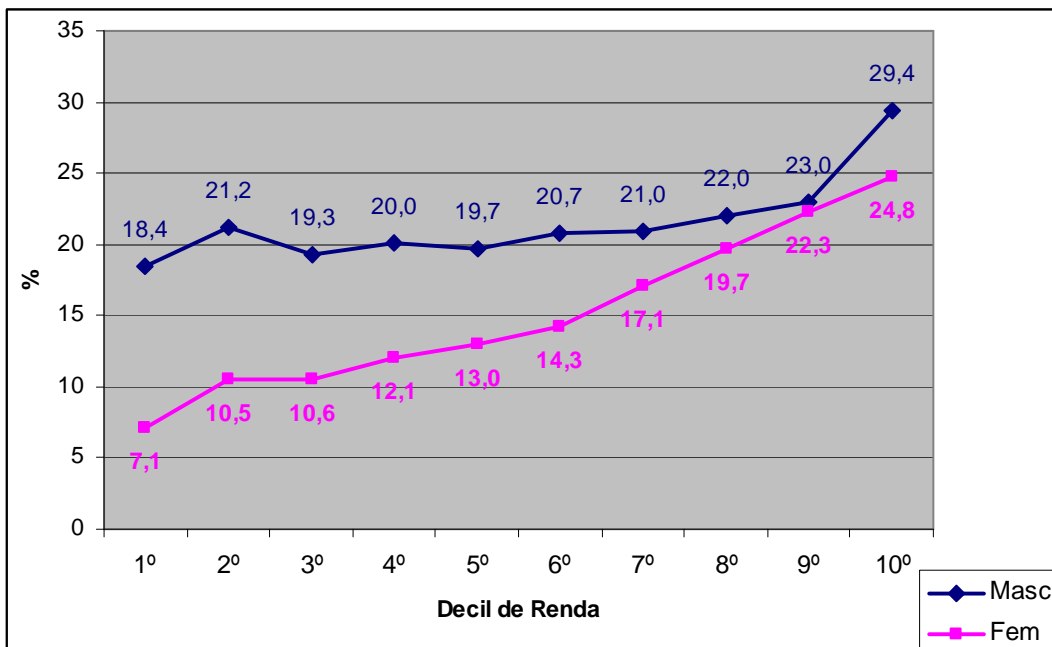


Mudando o foco da análise da educação para o mundo do trabalho, observa-se que quase a metade dos jovens, exatos 49,5% se encontra trabalhando: 18,3% conciliando trabalho e estudo, e 31,2% tendo abandonado os estudos.

Considerando os dois grupos – os que só trabalham e os que conciliam estudo e trabalho, contrariamente do que acontece no campo educacional, são os homens jovens os que preponderam: 60,3% trabalham. Entre as mulheres, essa proporção é de 37,6%. (tabela e gráfico 4.2.4).

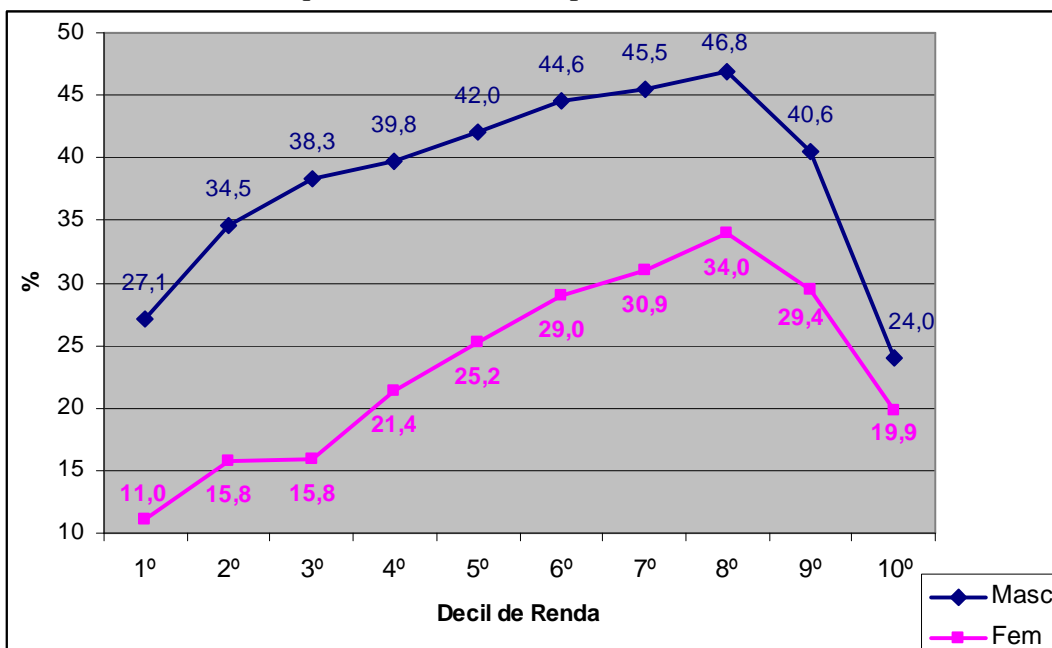
Novamente, verifica-se aqui uma espécie de curva em U, mas, dessa vez, invertida, complementando a curva educacional, como não poderia deixar de ser. Dessa forma, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, a partir de um patamar baixo no primeiro decil (45,5% nos homens e 18,2% nas mulheres), a proporção vai crescendo até o oitavo decil (68,8% dos homens e 53,7% das mulheres). No nono e no décimo decil, essa progressão se inverte, cai a proporção dos que trabalham e, como já se viu, aumenta a proporção dos que conseguem só estudar.

**Gráfico 4.2.4** - Jovens que estudam e trabalham (%) por sexo e decil de renda. Brasil, 2003



Fonte: PNAD/IBGE

**Gráfico 4.2.5** - Jovens que só trabalham (%) por sexo e decil de renda. Brasil, 2003



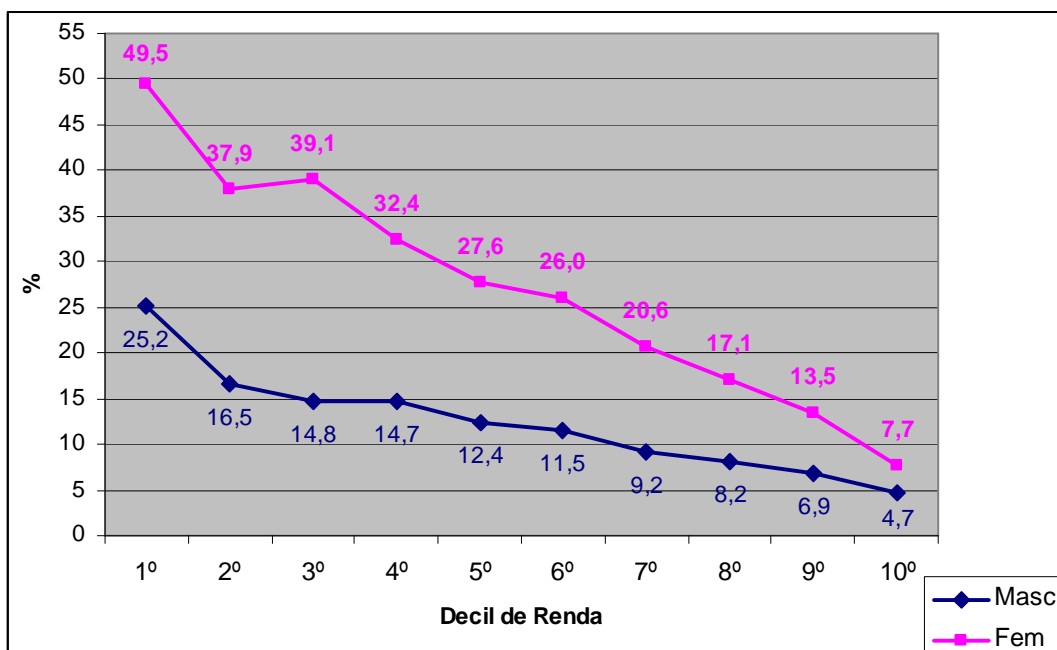
Fonte: PNAD/IBGE

Desagregando novamente ambos os grupos – os jovens que só trabalham e os que estudam e trabalham – podemos observar, pelos gráficos 4.2.4 e 4.2.5, um comportamento semelhante de crescimento em ambos os grupos até o oitavo decil. A partir desse ponto, os que conciliam trabalho e estudo aumentam no nono e no décimo decil enquanto, para os que só trabalham, acontece o contrário: a proporção cai drasticamente.

O último grupo, o dos jovens que não trabalham nem estudam, tem duas características bem marcadas:

- Possui bem maior incidência entre as jovens
- Comporta-se de forma inversamente proporcional à renda. No primeiro decil de renda, 49,5% das mulheres e 25,2% dos homens não trabalham nem estudam. Essas proporções vão caindo com o aumento da renda, até que, no décimo decil, só 7,7% das jovens e 4,7% dos jovens não realizam nenhuma das duas atividades.

**Gráfico 4.2.6** - Jovens que não estudam nem trabalham (%) por sexo e decil de renda. Brasil, 2003



## 5. SAÚDE

As condições de saúde dos jovens, principalmente as modernas mudanças no perfil de morbidade e mortalidade, vem se constituindo, nos últimos anos, em forte indicador diferencial e privilegiado da vulnerabilidade da juventude, não só a do Brasil, mas também de diversos países da América Latina e do mundo. E isso se deve a uma profunda mudança nos padrões de mortalidade em função da crescente incidência das mortes de jovens por causas violentas. Nesse cenário, o Brasil vem assumindo indesejado destaque.

Este capítulo abordará três dimensões referentes às condições de saúde de nossos jovens, embora somente as duas primeiras sejam utilizadas para o posterior cálculo do IDJ: a mortalidade por causas violentas, a mortalidade por causas internas e a gravidez juvenil.

A definição das causas de mortalidade aqui utilizada baseia-se na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da OMS/OPAS, que passou a ser utilizada a partir de 1996 na codificação das declarações de óbito do DATASUS.

As mortes por causas externas diferem das chamadas causas endógenas por serem provocadas diretamente por uma intervenção humana. Acompanha-se o modelo utilizado nos Mapas da Violência, anteriormente lançados pela UNESCO<sup>46</sup>, tomando a violência como fenômeno ao qual os jovens têm se mostrado particularmente vulneráveis. Foram desagregadas para o estudo três modalidades de óbitos violentos: homicídios (nomeados na CID-10 como “agressões”); acidentes de transporte (que englobam, além dos acidentes de trânsito, acontecidos nas vias públicas, também os acidentes em locais não públicos, os de transporte aéreo e por água); e suicídios (definidos pelo CID-10 como “lesões autoprovocadas intencionalmente”).

As mortes por causas endógenas são provocadas pela deterioração da saúde causada por algum tipo de enfermidade ou doença. Nelas estão incluídas todas as categorias da CID-10, excetuando-se, evidentemente, as causas externas de morbidade e mortalidade.

---

<sup>46</sup> São quatro os Mapas da Violência divulgados pela UNESCO nos anos de 1998, 2000, 2002 e 2004. O mais recente, Mapa da Violência 2006, foi lançado pela OEI. Maiores referências desses trabalhos constam na bibliografia do presente estudo.

Os dados sobre mortalidade foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerido pelo Centro Nacional de Epidemiologia – CENEPI, da Fundação Nacional de Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Foram tomados como base os resultados preliminares de 2003, último disponibilizado pelo DATASUS no momento de elaboração do estudo.

A fonte utilizada permite discriminar os óbitos pelo local de residência ou pelo local de ocorrência da morte. No presente estudo, optou-se pela segunda alternativa por melhor representar “focos” da violência, isto é, determinar as áreas ou locais onde as mortes foram ocasionadas.

Para o cálculo das taxas de mortalidade, foram utilizados, além dos registros de óbitos do próprio SIM, os dados dos censos demográficos e da contagem populacional divulgados pelo MS/SE/DATASUS<sup>47</sup> a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE para os anos intercensitários.

## **5.1 O marco da Mortalidade Juvenil**

Se a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100.000 habitantes em 1980, para 573,5 em 2003, a taxa de mortalidade juvenil, pelo contrário, cresceu, passando de 128 para 133,9 no mesmo período. Esse dado, *per se*, já se mostra altamente preocupante porque segue na contramão das tendências nacionais e internacionais que apontam para uma melhoria gradual e sustentada das condições de saúde e da esperança de vida da população. Entre os jovens brasileiros, essa esperança de vida, longe de aumentar, está diminuindo nas últimas décadas.

Mas a mortalidade juvenil não só aumentou como também mudou sua configuração a partir do que se pode denominar de "novos padrões de mortalidade juvenil". Estudos

---

<sup>47</sup> Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Serviço de Informações do Sistema Único de Saúde.

históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro<sup>48</sup> (...) mostram que as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas progressivamente pelas denominadas "causas externas" de mortalidade, fundamentalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

As evidências desses novos e específicos padrões de mortalidade juvenil podem ser encontradas nos dados da tabela 5.1.

Efetivamente, se forem divididos o universo de óbitos registrados pelo SIM em dois grandes grupos – os óbitos jovens (aqueles que se encontram na faixa dos 15 aos 24 anos) e os não-jovens (de 0 a 14 anos e de 25 anos ou mais) – pode-se notar que as estruturas da mortalidade de ambos os grupos são marcadamente diferenciadas.

Enquanto que as causas internas (doenças) são responsáveis por 27,8% das mortes de jovens, no grupo não jovem representa acima de 90% da mortalidade.

Já as causas externas (acidentes, homicídios, suicídios etc.), que na população não-jovem respondem por 9,6% dos óbitos, entre os jovens originam 72,2% da mortalidade, principalmente as consideradas causas violentas (acidentes de transporte, homicídios e suicídios) que, de forma isolada, são responsáveis por mais de 60% das mortes de jovens.

---

<sup>48</sup> VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). Revista de Saúde Pública. 30 (4). 1996. Apud: MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

Tabela 5.1- Estrutura da mortalidade juvenil (causas em %) por UF e região. Brasil. 2003

UF/Região	Causas de Óbito					Total
	Internas	Acidente Transporte	Homicídio	Suicídio	Outras Externas	
Acre	42,7	17,8	30,3	3,8	5,4	100,0
Amazonas	41,2	9,5	35,6	4,7	8,9	100,0
Amapá	21,8	12,3	49,3	8,1	8,5	100,0
Pará	45,3	13,3	30,2	2,9	8,4	100,0
Rondônia	25,0	19,5	36,2	3,8	15,5	100,0
Roraima	26,9	26,1	27,7	4,2	15,1	100,0
Tocantins	34,6	30,4	19,6	5,4	9,9	100,0
<b>NORTE</b>	<b>39,2</b>	<b>15,3</b>	<b>32,0</b>	<b>3,9</b>	<b>9,5</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	29,6	13,5	47,5	1,7	7,7	100,0
Bahia	34,9	9,3	28,7	1,8	25,4	100,0
Ceará	35,7	18,7	27,5	6,2	11,8	100,0
Maranhão	51,3	13,8	22,4	2,4	10,0	100,0
Paraíba	39,8	18,2	31,3	2,9	7,8	100,0
Pernambuco	22,2	9,8	59,2	2,7	6,1	100,0
Piauí	50,6	18,5	15,7	5,6	9,7	100,0
Rio Grande do Norte	33,7	18,7	25,3	4,0	18,3	100,0
Sergipe	31,2	17,9	36,8	4,3	9,9	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>34,1</b>	<b>13,3</b>	<b>36,3</b>	<b>3,2</b>	<b>13,1</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	22,8	14,6	53,6	2,3	6,7	100,0
Minas Gerais	32,6	16,0	37,4	4,3	9,7	100,0
Rio de Janeiro	21,5	10,7	53,1	1,1	13,6	100,0
São Paulo	20,9	14,3	50,5	2,9	11,3	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>23,3</b>	<b>13,7</b>	<b>48,9</b>	<b>2,7</b>	<b>11,4</b>	<b>100,0</b>
Paraná	23,3	24,7	37,2	5,0	9,7	100,0
Rio Grande do Sul	28,9	21,4	30,3	7,2	12,3	100,0
Santa Catarina	23,4	36,7	18,7	4,9	16,4	100,0
<b>SUL</b>	<b>25,3</b>	<b>26,0</b>	<b>31,0</b>	<b>5,7</b>	<b>12,0</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	24,4	18,4	50,6	2,4	4,2	100,0
Goiás	27,4	23,2	35,3	5,8	8,3	100,0
Mato Grosso do Sul	23,4	19,8	39,7	9,6	7,5	100,0
Mato Grosso	25,2	20,7	33,7	6,0	14,4	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>25,5</b>	<b>20,9</b>	<b>39,2</b>	<b>5,7</b>	<b>8,7</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL JOVEM</b>	<b>27,8</b>	<b>15,7</b>	<b>41,4</b>	<b>3,5</b>	<b>11,6</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL NÃO JOVEM</b>	<b>90,3</b>	<b>2,7</b>	<b>3,3</b>	<b>0,6</b>	<b>3,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

Note-se também o papel de destaque que adquirem, dentro das mortes violentas, a categoria homicídios, causa de 41,4% das mortes juvenis. Já entre os não jovens, essa proporção é de 3,3%. Ainda nesse campo, pode ser consignado que há UF onde mais da

metade das mortes de jovens resulta de homicídios, como é o caso de Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal..

## 5.2 Mortalidade por causas violentas

Diversos levantamentos vêm mostrando que, no Brasil, a principal causa de mortalidade entre os jovens são as chamadas causas externas e, mais especificamente, as causas violentas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios).<sup>49</sup>

Não só isso. Os jovens constituem segmento particularmente vulnerável a esse tipo de mortalidade, sendo mais atingidos do que a população em geral. Dentre as três causas violentas, os homicídios são a principal: *as vítimas de homicídios são, preponderantemente, jovens na faixa dos 15 aos 24 anos. Considerando uma esperança de vida de 65 anos, são aproximadamente 45 anos de vida produtiva de um contingente de 15 mil jovens mortos que todos os anos o Brasil contabiliza em suas “perdas materiais”*.<sup>50</sup>

Em 2003, o Subsistema de Informações de Mortalidade registrou um total de 47.577 óbitos de jovens por diversas causas, que vão de enfermidades até acidentes, afogamentos ou homicídios. Desse total, bem mais da metade: 28.873, isto é, 60,8% foram mortes violentas, causadas por acidentes de transporte, homicídios ou suicídios.

Se essa magnitude de mortes juvenis por causas violentas já foi considerada extremamente elevada em oportunidade do primeiro Relatório do Desenvolvimento Juvenil, neste segundo a fria realidade dos números indica que, longe de baixar, as taxas cresceram ainda mais, como pode ser verificado na tabela 5.2.1. No ano 2000, a taxa juvenil de mortalidade violenta foi de 74,4 óbitos por 100000 jovens. Para 2003, essa taxa subiu para 81,3 em 100.000. Cresceu 9,2% só em três anos.

Apenas seis das 27 UF conseguiram diminuir suas taxas de mortes juvenis violentas entre 2000 e 2003: Amazonas, Roraima, Pernambuco, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Nas demais UF, registraram-se incrementos, em alguns casos bem significativos e preocupantes, como os casos de Maranhão e Minas Gerais, onde as mortes violentas de

---

<sup>49</sup> WAISELFISZ, 2004, *op. cit.*

<sup>50</sup> WAISELFISZ, J. Jacobo; MACIEL, Maria. *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília: UNESCO, 2003, p. 27.

jovens cresceram acima de 60% entre 2000 e 2003, ou também os casos de Pará e Bahia, onde esse crescimento superou 50%.

O maior responsável por esses incrementos são os homicídios, que representam mais 41% do total de mortes de jovens no país, e 2/3 (68,2%) do total de mortes violentas.

Percebe-se, porém, uma enorme heterogeneidade entre as unidades federativas em relação à mortalidade por causas violentas.

A região Sudeste tem três estados com os maiores índices de mortes por causas violentas do país em 2003, o que lhe dá a mais alta taxa entre as regiões: 99,7 em cem mil jovens. Minas Gerais é a exceção da região, apresentando a menor taxa regional de mortes violentas entre os jovens no ano de referência: 64,7. Mas o Rio de Janeiro apresenta a maior taxa do país: 134,7 jovens em cem mil. Os outros dois Estados da região, São Paulo e Espírito Santo, também assumem destaque no contexto nacional por integrar, junto com Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amapá e Pernambuco o grupo de seis Estados que superaram a marca das 100 mortes violentas em cada 100000 jovens.

O Nordeste é a região com menor índice de mortalidade por causas violentas, com taxa de 62,1. Mas a região apresenta forte heterogeneidade, contendo ao mesmo tempo o Estado com a menor taxa de mortes por causas violentas entre jovens (Maranhão, com 34,2) e a 2ª maior taxa do país (Pernambuco, com 127,7).

A Região Norte apresenta, em dados agregados, taxa semelhante à do Nordeste (62,5), mas na maioria dos Estados os números são mais elevados. Só o Estado do Amapá, nessa região, consegue superar a casa das 100 mortes violentas em cada 100000 jovens.

Tabela 5.2.1 Taxas de Mortalidade (em 100.000) por causas violentas entre jovens por regiões e UF. Brasil. 2000 e 2003

UF/ REGIÃO	Acidentes Transp.			Homicídios			Suicídios			Total Violentas		
	2000	2003	Δ%	2000	2003	Δ%	2000	2003	Δ%	2000	2003	Δ%
Acre	9,7	24,8	155,3	40,5	42,1	4,0	9,7	5,3	-45,9	59,9	72,2	20,4
Amazonas	14,4	10,1	-29,9	39,8	37,9	-5,0	4,5	5,0	12,7	58,7	53,0	-9,7
Amapá	21,5	21,7	0,8	75,8	86,8	14,5	9,4	14,2	51,6	106,7	122,7	15,0
Pará	12,2	15,9	30,7	21,3	36,0	68,8	3,0	3,4	12,6	36,5	55,3	51,4
Rondônia	24,1	26,4	9,4	47,2	48,9	3,6	7,1	5,2	-27,8	78,5	80,5	2,5
Roraima	38,6	40,2	4,2	75,7	42,8	-43,5	11,4	6,5	-43,3	125,8	89,5	-28,8
Tocantins	29,7	35,7	20,3	24,9	22,9	-7,8	6,0	6,4	6,2	60,6	65,0	7,3
<b>NORTE</b>	<b>16,4</b>	<b>18,7</b>	<b>14,2</b>	<b>32,7</b>	<b>39,0</b>	<b>19,5</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	<b>0,5</b>	<b>53,8</b>	<b>62,5</b>	<b>16,2</b>
Alagoas	19,6	19,6	0,0	46,0	68,9	49,8	2,3	2,4	3,7	68,0	91,0	33,9
Bahia	9,6	9,5	-1,4	16,0	29,3	83,0	1,3	1,8	34,6	27,0	40,6	50,5
Ceará	18,2	21,6	18,4	28,7	31,7	10,3	4,6	7,1	55,4	51,5	60,4	17,2
Maranhão	9,1	12,3	34,9	10,6	19,8	87,2	1,7	2,1	28,2	21,3	34,2	60,4
Paraíba	14,9	17,3	16,3	29,8	29,8	0,1	1,1	2,7	144,6	45,8	49,9	8,9
Pernambuco	19,1	17,4	-8,9	105,4	105,4	0,1	3,5	4,9	38,8	128,0	127,7	-0,2
Piauí	15,5	20,8	34,7	14,3	17,7	23,4	2,6	6,3	143,0	32,4	44,7	38,3
Rio Grande do Norte	17,4	17,2	-1,0	13,4	23,3	74,5	2,6	3,7	41,0	33,4	44,3	32,5
Sergipe	21,7	21,7	-0,2	39,8	44,6	12,1	4,5	5,2	17,6	66,0	71,6	8,4
<b>NORDESTE</b>	<b>14,6</b>	<b>15,6</b>	<b>7,4</b>	<b>35,1</b>	<b>42,7</b>	<b>21,8</b>	<b>2,5</b>	<b>3,7</b>	<b>48,6</b>	<b>52,1</b>	<b>62,1</b>	<b>19,1</b>
Espírito Santo	28,0	26,1	-6,9	83,9	95,9	14,2	1,7	4,1	133,8	113,7	126,0	10,8
Minas Gerais	15,0	17,9	19,6	21,8	41,9	92,0	3,2	4,8	49,2	40,0	64,7	61,5
Rio de Janeiro	18,9	22,3	18,0	107,7	110,2	2,4	2,0	2,2	9,4	128,6	134,7	4,8
São Paulo	18,5	21,5	16,4	89,6	76,0	-15,1	3,6	4,4	23,1	111,7	102,0	-8,7
<b>SUDESTE</b>	<b>18,1</b>	<b>21,0</b>	<b>15,7</b>	<b>75,5</b>	<b>74,7</b>	<b>-1,1</b>	<b>3,1</b>	<b>4,1</b>	<b>31,2</b>	<b>96,7</b>	<b>99,7</b>	<b>3,1</b>
Paraná	28,7	33,3	16,2	33,8	50,2	48,6	7,5	6,7	-10,0	69,9	90,2	29,1
Rio Grande do Sul	20,8	23,4	12,7	29,2	33,2	13,6	8,5	7,9	-7,5	58,5	64,5	10,2
Santa Catarina	37,1	40,3	8,8	10,4	20,5	98,1	6,4	5,4	-16,3	53,8	66,2	23,0
<b>SUL</b>	<b>27,4</b>	<b>31,0</b>	<b>13,1</b>	<b>26,9</b>	<b>37,0</b>	<b>37,7</b>	<b>7,6</b>	<b>6,9</b>	<b>-10,1</b>	<b>62,0</b>	<b>74,9</b>	<b>20,9</b>
Distrito Federal	29,0	30,2	4,2	74,3	83,0	11,8	5,2	3,9	-25,8	108,4	117,1	8,0
Goiás	32,5	26,5	-18,6	34,5	40,2	16,5	7,3	6,6	-9,6	74,3	73,3	-1,4
Mato Grosso do Sul	19,4	28,3	46,0	51,6	56,6	9,7	13,8	13,7	-0,9	84,8	98,6	16,2
Mato Grosso	35,4	30,5	-13,8	53,2	49,8	-6,3	8,0	8,8	10,1	96,6	89,1	-7,7
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>30,2</b>	<b>28,4</b>	<b>-6,1</b>	<b>49,0</b>	<b>53,2</b>	<b>8,6</b>	<b>8,2</b>	<b>7,8</b>	<b>-5,1</b>	<b>87,4</b>	<b>89,4</b>	<b>2,2</b>
<b>BRASIL</b>	<b>19,0</b>	<b>21,1</b>	<b>10,8</b>	<b>51,3</b>	<b>55,5</b>	<b>8,1</b>	<b>4,1</b>	<b>4,7</b>	<b>15,7</b>	<b>74,4</b>	<b>81,3</b>	<b>9,2</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

No Centro-Oeste, a média regional também é elevada (a segunda do país, logo depois do Sudeste) puxada, principalmente, pela taxas do Distrito Federal (117,1) e do Mato Grosso do Sul (98,6).

O Sul é a região que apresenta as menores discrepâncias entre as unidades federativas. Contudo, também aí se observam taxas significativas, tomando como referência a menor taxa identificada no país, já citada. O Paraná tem, no Sul, o maior índice de mortalidade por causas violentas entre os jovens (90,2). A menor taxa da região é registrada no Rio Grande do Sul: 64,5. Também cabe observar que é a região onde as taxas de mortes violentas experimentaram o maior crescimento entre 2000 e 2003 (cresceram 20,9%).

Percebe-se que a mortalidade por causas violentas entre os jovens não está necessariamente vinculada a condições de pobreza generalizada. Algumas das unidades federativas em que foram registradas baixas médias de renda apresentaram taxas relativamente baixas de mortalidade por causas violentas. É o caso do Maranhão (34,2), da Bahia (40,6), do Piauí (44,7) e do Rio Grande do Norte (44,3). Diferentemente de outras situações de vulnerabilidade, portanto, a violência parece constituir um fenômeno bem complexo quanto aos seus fatores determinantes.

O Atlas de Exclusão Social no Brasil<sup>51</sup> reitera essa tese. No referido estudo, o indicador de violência revela o que os autores consideram uma lógica social e territorial diferente daquela encontrada nas formas de exclusão então estudadas. As “manchas” mais acentuadas de exclusão social e econômica apresentadas nos mapas não coincidem necessariamente com as “manchas” dos maiores graus de violência. Mas é sabido, também, que (...) *o fenômeno tem relação com a forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.*<sup>52</sup>

No Brasil, o grande diferencial nos problemas de saúde entre os jovens e o resto da população centra-se nas consequências da situação de violência epidêmica, sendo o gênero um dos fatores determinantes dessa síndrome: as mortes por causas violentas são predominantes entre homens jovens.

Praticamente 90% do total de óbitos juvenis por causas violentas é de homens. A maior proporção do fator masculinidade se observa nos homicídios (93,6%) e a menor nos

---

<sup>51</sup> PORCHMAN, Marcio; AMORIN, Ricardo (orgs.), 2003, *op.cit.*

<sup>52</sup> ABRAMOVAY, 2002, *op. cit.*, p. 14.

suicídios (75,4%). Mas nas 3 causas violentas preponderam decididamente os óbitos masculinos. Essa preponderância pode ser observada em todas as causas violentas, em todas as regiões e em todas as UF. A única exceção é o Maranhão, onde nos suicídios são levemente maiores entre as mulheres.

Outro elemento digno de menção é a homogeneidade existente entre as regiões e as UF. Não são observáveis grandes variações no que parece ser uma regra. Por exemplo, nos homicídios, a menor taxa de masculinidade pode ser observada no Piauí, com 85%. Já a maior, na Paraíba, com 96,3%, não está muito distante da anterior.

Tabela 5.2.2 % de óbitos masculinos na mortalidade por causas violentas por Região e UF. Brasil. 2003

UF/ REGIÃO	% Óbitos Masculinos			
	Ac.Transport	Homicídios	Suicídios	Violentas
Acre	78,8	91,1	71,4	85,4
Amazonas	76,5	94,1	79,4	89,4
Amapá	76,9	93,3	82,4	89,1
Pará	81,2	94,0	63,3	88,4
Rondônia	85,4	88,2	75,0	86,4
Roraima	77,4	93,9	100,0	87,0
Tocantins	72,6	90,2	76,5	79,2
<b>NORTE</b>	<b>79,3</b>	<b>92,9</b>	<b>73,8</b>	<b>87,3</b>
Alagoas	83,7	94,7	60,0	91,4
Bahia	81,6	94,7	61,1	90,2
Ceará	84,7	94,0	73,2	88,2
Maranhão	76,9	93,4	42,9	84,3
Paraíba	86,5	96,3	95,0	92,8
Pernambuco	84,5	94,7	66,3	92,2
Piauí	82,7	85,0	60,0	80,4
Rio Grande do Norte	79,4	91,3	72,7	85,1
Sergipe	73,6	94,4	61,9	85,7
<b>NORDESTE</b>	<b>82,4</b>	<b>94,3</b>	<b>66,6</b>	<b>89,6</b>
Espírito Santo	81,0	94,1	81,5	91,0
Minas Gerais	83,2	92,2	75,8	88,5
Rio de Janeiro	82,4	95,2	78,3	92,8
São Paulo	84,0	93,3	77,9	90,7
<b>SUDESTE</b>	<b>83,3</b>	<b>93,7</b>	<b>77,5</b>	<b>90,9</b>
Paraná	81,2	92,7	83,5	87,8
Rio Grande do Sul	81,4	93,1	80,4	87,3
Santa Catarina	84,4	91,3	84,2	86,5
<b>SUL</b>	<b>82,2</b>	<b>92,7</b>	<b>82,2</b>	<b>87,4</b>
Distrito Federal	77,7	93,1	73,7	88,5
Goiás	83,0	92,7	77,8	87,8
Mato Grosso do Sul	80,3	92,6	67,8	85,6
Mato Grosso	82,8	91,3	85,7	87,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>81,4</b>	<b>92,5</b>	<b>76,4</b>	<b>87,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>82,4</b>	<b>93,6</b>	<b>75,4</b>	<b>89,7</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

Outro fator digno de consideração é a incidência do fator cor/raça nas situações de violência. As taxas de mortalidade diferenciadas entre brancos e negros podem ser encontradas na tabela 5.2.3.

Tabela 5.2.3 Taxas de Mortalidade Juvenil (em 100000) por causas violentas por Região e UF segundo raça/cor. Brasil. 2003

UF/ REGIÃO	Acidentes de Transporte			Homicídios			Suicídios			Total Violentas		
	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %	Branca	Negra	Dif. %
Acre	46,9	16,4	-185,9	39,0	38,2	-2,1	7,8	4,4	-78,7	93,7	59,0	-58,8
Amazonas	8,7	10,7	18,5	11,2	48,0	76,7	0,0	5,9	100,0	19,9	64,6	69,2
Amapá	9,7	25,6	62,3	19,3	111,6	82,7	3,2	18,6	82,7	32,2	155,8	79,3
Pará	6,6	19,4	66,2	10,7	45,3	76,5	1,6	4,0	59,1	18,9	68,7	72,5
Rondônia	28,8	25,2	-14,2	24,8	63,9	61,2	5,6	4,5	-24,9	59,2	93,6	36,7
Roraima	32,5	43,7	25,5	10,8	53,2	79,6	10,8	3,8	-185,8	54,2	100,6	46,1
Tocantins	42,9	36,0	-19,3	23,1	24,5	5,7	11,6	4,2	-177,0	77,6	64,7	-20,0
<b>NORTE</b>	<b>15,9</b>	<b>20,1</b>	<b>21,2</b>	<b>15,6</b>	<b>48,2</b>	<b>67,6</b>	<b>3,2</b>	<b>5,1</b>	<b>36,1</b>	<b>34,7</b>	<b>73,4</b>	<b>52,7</b>
Alagoas	9,6	17,7	46,0	15,2	61,3	75,2	0,6	1,5	63,0	25,3	80,6	68,6
Bahia	9,8	8,0	-21,9	7,8	30,8	74,7	0,9	1,9	51,7	18,5	40,7	54,5
Ceará	13,2	14,0	5,9	10,4	23,3	55,1	4,3	4,5	5,9	27,9	41,9	33,3
Maranhão	8,6	13,3	35,5	8,6	23,8	64,0	0,6	2,8	78,6	17,7	39,9	55,5
Paraíba	7,4	19,2	61,3	3,5	37,8	90,7	2,0	2,8	29,5	12,9	59,7	78,4
Pernambuco	12,2	18,3	33,0	33,1	130,9	74,7	3,6	5,3	31,3	48,9	154,4	68,3
Piauí	15,1	19,4	22,1	11,5	18,3	37,2	5,8	6,6	12,8	32,4	44,3	26,9
Rio Grande do Norte	17,3	15,0	-15,0	11,9	26,1	54,5	4,0	3,0	-31,5	33,1	44,1	24,9
Sergipe	14,2	16,8	15,4	18,9	33,6	43,6	0,9	5,9	84,1	34,1	56,3	39,5
<b>NORDESTE</b>	<b>11,5</b>	<b>13,7</b>	<b>16,6</b>	<b>14,5</b>	<b>44,7</b>	<b>67,5</b>	<b>2,5</b>	<b>3,4</b>	<b>26,7</b>	<b>28,5</b>	<b>61,9</b>	<b>54,0</b>
Espírito Santo	26,5	15,9	-66,5	37,8	96,7	60,8	4,4	2,3	-88,0	68,7	114,9	40,2
Minas Gerais	19,8	14,4	-37,5	23,3	59,0	60,5	4,9	4,3	-15,6	48,0	77,7	38,2
Rio de Janeiro	22,8	23,6	3,5	56,8	193,4	70,6	2,1	2,6	17,9	81,7	219,5	62,8
São Paulo	24,6	15,2	-62,3	60,0	116,3	48,4	4,5	4,2	-7,7	89,1	135,6	34,3
<b>SUDESTE</b>	<b>23,4</b>	<b>16,6</b>	<b>-41,0</b>	<b>51,4</b>	<b>110,6</b>	<b>53,5</b>	<b>4,2</b>	<b>3,8</b>	<b>-10,7</b>	<b>79,0</b>	<b>131,0</b>	<b>39,7</b>
Paraná	40,8	13,9	-192,3	55,7	37,0	-50,6	7,5	5,1	-46,5	103,9	56,0	-85,5
Rio Grande do Sul	26,4	10,9	-141,9	30,4	57,0	46,7	8,1	7,8	-3,8	64,9	75,7	14,3
Santa Catarina	40,2	20,1	-100,5	16,5	40,9	59,7	4,8	7,5	36,4	61,5	68,5	10,2
<b>SUL</b>	<b>34,8</b>	<b>13,9</b>	<b>-150,5</b>	<b>36,0</b>	<b>43,7</b>	<b>17,7</b>	<b>7,1</b>	<b>6,3</b>	<b>-12,6</b>	<b>77,9</b>	<b>63,9</b>	<b>-21,8</b>
Distrito Federal	17,2	45,8	62,4	28,5	138,4	79,4	1,6	6,3	74,4	47,3	190,5	75,2
Goiás	27,9	19,3	-44,3	23,2	42,8	45,8	6,1	5,8	-4,5	57,2	68,0	15,9
Mato Grosso do Sul	35,8	19,0	-88,1	46,0	65,4	29,6	5,9	8,3	29,6	87,7	92,7	5,5
Mato Grosso	44,2	25,8	-71,3	35,1	59,8	41,4	11,9	7,7	-53,8	91,1	93,3	2,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>30,4</b>	<b>25,6</b>	<b>-18,8</b>	<b>31,0</b>	<b>67,5</b>	<b>54,1</b>	<b>6,2</b>	<b>6,8</b>	<b>7,8</b>	<b>67,6</b>	<b>99,9</b>	<b>32,3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>24,1</b>	<b>16,4</b>	<b>-46,5</b>	<b>38,9</b>	<b>68,0</b>	<b>42,7</b>	<b>4,6</b>	<b>4,2</b>	<b>-11,5</b>	<b>67,6</b>	<b>88,6</b>	<b>23,7</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

Os dados desta tabela permitem verificar as dinâmicas diferenciadas que cada uma das causas de mortalidade violenta apresenta quando se trata de analisar a situação considerando o fator cor/raça.

A taxa de óbitos de negros (16,4 em 100000), por acidentes de transporte é 46,5% inferior à dos brancos (24,1 em 100000). Isso se explica, provavelmente, pelo diferencial de renda entre os dois grupos, que facilita ou dificulta a posse e/ou transporte em automóvel. Se a maior incidência entre os brancos acontece na maior parte das unidades federadas, nota-se que existem grandes diferenças entre elas. Em 13 UF, a mortalidade branca é maior, em outras 14, é menor. Mas, ainda assim, em diversos casos as diferenças são relevantes, como nos Estados da região Sul e no Acre, onde as taxas de óbitos brancos por acidentes de transporte mais que duplicam as taxas de óbitos dos negros.

Já no caso dos suicídios, as taxas dos negros são bem semelhantes às dos brancos: 4,6 e 4,2 respectivamente com situações bem diferenciadas entre os diversos Estados e regiões, preponderando nas regiões Sul e Sudeste os suicídios de brancos e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o suicídio de negros.

Já no caso dos homicídios, a situação é relativamente uniforme no país, preponderando as vítimas negras. Em todas as regiões e em todos os Estados (salvo Acre e Paraná), a vitimização de negros parece ser uma constante. Em alguns casos, como os de Amapá e Paraíba, as taxas de vítimas negras estão acima de 80% superiores às de brancos.

### **5.3 Mortalidade por causas internas**

No Brasil, as taxas de mortalidade por causas endógenas (38,7 em 100000 jovens) são bastante inferiores às taxas por causas violentas, vistas anteriormente. Contudo, essa taxa varia consideravelmente entre as regiões e unidades federativas, revelando níveis bem diferenciados de vulnerabilidade dos jovens a doenças e outros males que terminam sendo letais e, conseqüentemente, níveis extremamente diferenciados de oferta e cobertura dos serviços de saúde para a população.

Os níveis de mortalidade, nesse contexto, são indicadores de uma longa série de fatores que incidem na erosão da saúde: má qualidade de vida (condições de moradia,

saneamento, esgoto), precariedade dos mecanismos de assistência à saúde, desigualdade no acesso aos serviços, fragilidade ou ausência de trabalhos preventivos e educativos relacionados à saúde etc.

### **UM TEMA CRUCIAL: A DESIGUALDADE NA SAÚDE<sup>53</sup>**

*O estado de saúde é um catalisador de círculos virtuosos ou perversos em relação com a pobreza. Um círculo perverso freqüente é o de que os pobres têm mais possibilidades de adoecer e, ao perder a saúde, têm maiores dificuldades para buscar alternativas para enfrentar a pobreza. Na situação inversa, a melhoria no acesso à saúde dota-os de melhores possibilidades para encará-la.*

*A saúde é ainda, por suas características, um campo privilegiado para melhorar a desigualdade em geral. É possível em saúde conquistar avanços importantes em cobertura, acesso, informação e outros aspectos, com menor custo e em menos tempo que o necessário para introduzir mudanças na redistribuição de renda ou criar empregos estáveis.*

*Por outro lado, as sociedades tendem a ter uma atitude de apoio quase consensual à melhoria das condições de saúde e uma intolerância muito maior à desigualdade em saúde que em outros campos. Ambos os aspectos criam bases favoráveis para políticas ativas nesse campo.*

*Por estas e outras razões, a equidade na saúde é uma meta essencial para as sociedades democráticas de nosso tempo.*

**Bernardo Kliksberg - Assessor da Organização das Nações Unidas, OIT, UNESCO, UNICEF e outros organismos internacionais.**

As maiores taxas de mortalidade por causas internas são registradas nos Estados das regiões mais pobres do país – Norte e Nordeste. Contudo, mesmo algumas unidades que apresentam nível de renda mais elevado, como o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, também apresentam altas taxas de mortalidade por causas internas.

Essa observação remete a duas possibilidades. De um lado, a provável centralização do atendimento nas unidades federativas mais desenvolvidas às quais recorrem os pacientes das unidades federativas mais pobres em busca de assistência. Como foi dito, o registro de óbitos por ocorrência não diferencia esses casos. Mesmo assim, isso não deixa de ser um dado relevante do ponto de vista regional, uma vez que se relaciona à dificuldade de acesso à assistência à saúde. Em segundo lugar, as altas taxas de mortalidade por causas internas, aparentemente inconsistentes com a média de renda mais alta dos jovens nessas unidades

---

<sup>53</sup> KLISKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000, p. 64.

federativas, remetem também a desigualdades, à existência de nichos de pobreza e a entraves ao acesso aos benefícios do sistema de saúde..

O Norte é a região com maior taxa de mortalidade por causas internas: 51,1 em 100000 jovens. É também a única região do país onde a taxa de óbitos por causas internas cresceu entre os anos 2000 e 2003. Efetivamente, no relatório anterior, a taxa da região era mais baixa: 48,9. Isso representa um crescimento da mortalidade por causas internas de 4,4%. Essa taxa, no ano 2003, chegou a 64 em 100000 jovens no Acre, a mais alta do país. Nessa região, destaca-se também Pará, com taxa de mortalidade por causas internas de 57,3.

O Nordeste é a segunda região em mortalidade de jovens por causas internas, com taxa de 41,4 em 100000 jovens. Mas, comparando com o ano 2000, nota-se que houve leve queda de 3,3%. Entre suas unidades federadas, destacam-se Piauí (taxa de 58,6) e Maranhão (47,3).

O Sudeste e o Centro-Oeste assumem patamares aproximados: 37,1 e 36,6, respectivamente. Mas, no Sudeste, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo ultrapassam a média da região, chegando a 46,3 e 42,8 respectivamente a taxa de jovens que morrem por causas internas. São Paulo é o Estado com taxa mais baixa no Sudeste: 32,9. No Centro-Oeste, O Distrito Federal obtém a maior proporção na região (42,7), ao passo que Goiás tem a menor (taxa de 33,2).

A Região Sul apresenta as menores taxa de mortalidade por causas endógenas entre jovens: 31,4 em cem mil. A menor taxa da região e do país é registrada em Santa Catarina: 26,9 óbitos em 100000 jovens.

Tabela 5.3.1: Taxas de mortalidade juvenil por causas internas por regiões e UF. Brasil. 2000-2003.

UF/ REGIÃO	Taxas (em 100000)		
	2000	2003	Δ%
Acre	72,9	64,0	-12,2
Amazonas	46,9	47,2	0,7
Amapá	50,5	43,1	-14,8
Pará	49,3	57,3	16,3
Rondônia	38,8	35,7	-7,9
Roraima	57,2	45,7	-20,0
Tocantins	49,0	43,3	-11,5
<b>NORTE</b>	<b>48,9</b>	<b>51,1</b>	<b>4,4</b>
Alagoas	51,8	44,4	-14,3
Bahia	40,7	36,7	-9,7
Ceará	41,6	43,0	3,5
Maranhão	38,3	47,3	23,5
Paraíba	48,0	38,8	-19,3
Pernambuco	46,2	40,7	-11,8
Piauí	47,0	58,6	24,7
Rio Grande do Norte	32,0	32,3	1,1
Sergipe	49,2	39,8	-19,2
<b>NORDESTE</b>	<b>42,8</b>	<b>41,4</b>	<b>-3,3</b>
Espírito Santo	40,6	42,8	5,4
Minas Gerais	41,8	37,9	-9,4
Rio de Janeiro	45,4	46,3	1,9
São Paulo	36,5	32,9	-9,7
<b>SUDESTE</b>	<b>39,7</b>	<b>37,1</b>	<b>-6,4</b>
Paraná	34,1	32,6	-4,4
Rio Grande do Sul	36,1	32,7	-9,4
Santa Catarina	26,0	26,9	3,4
<b>SUL</b>	<b>33,1</b>	<b>31,4</b>	<b>-5,2</b>
Distrito Federal	47,3	42,7	-9,7
Goiás	35,0	33,2	-5,3
Mato Grosso do Sul	41,0	34,9	-14,8
Mato Grosso	39,0	39,4	1,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>39,2</b>	<b>36,6</b>	<b>-6,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>40,5</b>	<b>38,7</b>	<b>-4,2</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

As proporções na mortalidade por causas internas entre homens e mulheres mostram outras diferenças importantes nos padrões de mortalidade por gênero.

Tabela 5.3.2 - Óbitos juvenis por causas internas segundo sexo por regiões e UF. Brasil. 2000-2003.

UF/ REGIÃO	Masculino	Feminino	Total
Acre	60,8	39,2	100,0
Amazonas	57,3	42,7	100,0
Amapá	50,0	50,0	100,0
Pará	58,4	41,6	100,0
Rondônia	60,0	40,0	100,0
Roraima	65,6	34,4	100,0
Tocantins	53,7	46,3	100,0
<b>NORTE</b>	<b>58,0</b>	<b>42,0</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	59,5	40,5	100,0
Bahia	53,2	46,8	100,0
Ceará	55,3	44,7	100,0
Maranhão	57,9	42,1	100,0
Paraíba	54,3	45,7	100,0
Pernambuco	58,5	41,5	100,0
Piauí	55,2	44,8	100,0
Rio Grande do Norte	56,5	43,5	100,0
Sergipe	55,9	44,1	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>55,9</b>	<b>44,1</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	58,5	41,5	100,0
Minas Gerais	57,8	42,2	100,0
Rio de Janeiro	55,5	44,5	100,0
São Paulo	57,1	42,9	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>57,0</b>	<b>43,0</b>	<b>100,0</b>
Paraná	54,7	45,3	100,0
Rio Grande do Sul	56,5	43,5	100,0
Santa Catarina	57,5	42,5	100,0
<b>SUL</b>	<b>56,0</b>	<b>44,0</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	51,5	48,5	100,0
Goiás	55,6	44,4	100,0
Mato Grosso do Sul	48,6	51,4	100,0
Mato Grosso	61,2	38,8	100,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>54,9</b>	<b>45,1</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2003</b>	<b>56,5</b>	<b>43,5</b>	<b>100,0</b>
<b>BRASIL 2000</b>	<b>53,1</b>	<b>46,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIM/SVS/MS

Assim como na mortalidade por causas violentas, também as causas internas atingem mais os homens, embora a discrepância não seja tão grande quanto no primeiro caso. Observa-se, pela tabela 5.3.2, que, no ano de 2003, 56,5% dos óbitos devidos a causas internas eram de homens e 43,5% de mulheres. Se forem observados os dados do relatório anterior, verifica-se que houve ainda um aumento da masculinização dos óbitos por causas internas entre 2000 e 2003, indicando que essa propensão à masculinização está crescendo.

Salvo no Amapá, onde a proporção de óbitos é igual para ambos os sexos, nos demais Estados e em todas as regiões observa-se essa tendência masculina nas mortes por causas internas.

Tomando por base a classificação do próprio Ministério da Saúde, a maioria dessas mortes (92,2%) seria “evitável”. O Ministério da Saúde subdivide as doenças da CID-10 em cinco categorias, de acordo com o que se pode chamar de princípio de “evitabilidade”: redutíveis por imunoprevenção; redutíveis por adequado controle na gravidez; redutíveis por adequada atenção ao parto; redutíveis por meio de ações preventivas ou diagnósticos precoces; redutíveis por meio de parcerias com outros setores.

Segundo as notas técnicas do DATASUS, *[e]sta classificação foi elaborada, prioritariamente, para óbitos de menores de um ano e construídas a partir da Portaria nº 723/GM, de 10 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2001, instituindo o Pacto dos Indicadores de Atenção Básica. Esta Portaria baseou-se, para estas definições, em informações da Fundação SEADE.*<sup>54</sup>

Posteriormente, essa classificação foi ampliada para os demais estratos etários da população, o que possibilita aplicá-la aos jovens. Na Tabela que segue, os dados permitem ver que as mortes por causas internas entre os jovens ocorrem em proporção similar ao seu grau de evitabilidade.

Entre as causas de mortes internas que mais atingem os jovens, as neoplasias estão em primeiro lugar (18,0%). Entre esses casos, todos os 18,0% estão entre as mortes por causas evitáveis. Proporções semelhantes são observadas em relação às doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório, que também estão entre os males mais comuns entre os jovens brasileiros.

---

<sup>54</sup> SIM/DATASUS, 2003, *op. cit.*

**Tabela 5.3.3 - Óbitos evitáveis entre jovens**

	TOTAL DE ÓBITOS		ÓBITOS EVITÁVEIS					Total de óbitos evitáveis	
			Redutíveis por imunoprevenção	Redutíveis por adequada prevenção ao parto	Redutíveis por ações preventivas/diagnósticos precoces	Redutíveis através de parcerias com outros setores			
	N	%	N	N	N	N	N	%	
Neoplasias (tumores)	1.956	18,0	-	-	-	1.956	1.956	18,0	
Doenças infecciosas e parasitárias	1.810	16,6	261	-	500	1.000	1.761	16,2	
Doenças do aparelho circulatório	1.771	16,3	-	-	1.771	-	1.771	16,3	
Doenças do aparelho respiratório	1.453	13,4	-	-	1.450	-	1.450	13,3	
Doenças do sistema nervoso	925	8,5	-	-	899	-	899	8,3	
Doenças do aparelho digestivo	678	6,2	-	-	678	-	678	6,2	
Gravidez, parto e puerpério	596	5,5	-	-	-	-	-	-	
Outras doenças e transtornos	1694	15,6	-	1	1.283	233	1.517	13,9	
<b>Total</b>	<b>10.883</b>	<b>100,0</b>	<b>261</b>	<b>1</b>	<b>6.581</b>	<b>3.189</b>	<b>10.032</b>	<b>92,2</b>	

Fonte: SIM/SVS/MS

#### 5.4 Maternidade Precoce

Nos estudos sobre a saúde dos jovens, especialmente na faixa que vai até os 18 ou 19 anos de idade, assumem especial relevância as questões relativas à saúde sexual e reprodutiva, dada a transição para a vida adulta e a vivência inicial dos papéis sexuais que deverão desempenhar. Muitos desses estudos revelam que na América Latina boa parte dos jovens mostra-se pouco informada ou preparada para evitar riscos como a gravidez indesejada e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.<sup>55</sup>

Complementarmente, vários autores têm assinalado as conseqüências biológicas e sociais da gravidez em mulheres muito jovens: as mães muito jovens (especialmente as

<sup>55</sup> ABRAMOVAY *et alii*, 2002, *op. cit.*, p. 51.

menores de 15 anos) têm mortalidade materna 2,5 vezes maior que as de 20 a 24 anos; além disso, são mais vulneráveis ao medo e à desinformação, mais propensas a recorrerem à interrupção da gravidez e com maiores riscos de enfermidade e morte provocados pelo aborto clandestino. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) assinala que a gravidez na adolescência encontra-se estreitamente vinculada à pobreza e à falta de informação.<sup>56</sup>

Apesar dessas indicações, a gravidez na adolescência continua elevada na maioria dos países latino-americanos. Na média nacional dos países, (...) *20% a 25% das mulheres tiveram seu primeiro filho antes dos 20 anos de idade. Na zona rural, esse percentual sobe para 30%.*<sup>57</sup>

Os dados aqui utilizados para abordar o tema da maternidade precoce têm duas origens: por um lado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, já abordado nos capítulos iniciais. Uma segunda fonte é o SINASC – Sistema de Nascimentos, do Ministério da Saúde. A PNAD pergunta as mulheres moradoras nos domicílios que integram a amostra se tiveram filho nascido vivo, quantos filhos e inclusive se tiveram filho nascido morto até a data de referência da pesquisa, geralmente 25 de setembro do ano da pesquisa. Essa pergunta era dirigida a mulheres de 15 anos ou mais, mas a partir de 2002 foi ampliado o escopo e a pergunta começou a ser dirigida a mulheres com 10 anos e mais de idade. Por esse motivo, a análise histórica da maternidade com os dados da PNAD deverá ser realizada utilizando a faixa de 15 a 19 anos de idade e, na análise da situação atual, será utilizada a faixa de 12 a 19 anos de idade, com dados da PNAD 2003.

Cabe esclarecer ainda que as magnitudes da SINASC são evidentemente menores que as inferidas da PNAD, dado que o SINASC, ao sistematizar as certidões de nascimento, só considera os nascidos vivos no ano-base, enquanto a PNAD pergunta se tem filho, coisa que pode ter acontecido em qualquer período anterior ao levantamento. Por isso,

---

<sup>56</sup> LANGER, Ana. El embarazo no deseado: impacto sobre la salud y la sociedad en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 11, n. 3, mar. 2002.

<sup>57</sup> ABRAMOVAY, 2002, *op. cit.*, p. 51. Este dado já foi citado no presente estudo, na análise sobre o analfabetismo entre as mulheres por faixa etária. Os dados apresentados neste capítulo, como veremos, reiteram a correlação feita anteriormente entre baixos níveis de escolaridade e gravidez juvenil.

provavelmente, as magnitudes na SINASC devem estar contidas na PNAD. Para diferenciar as duas fontes, denominar-se-ão *maternidade* os dados da PNAD e *nascidos vivos* os da SINASC.

Como pode ser visualizado na tabela 5.4.1 e 5.4.2, se o país como um todo registra 8,1% das mulheres de 12 a 19 anos de idade que já foram mães, as maiores taxas de maternidade são registradas nas regiões mais pobres do país: Norte<sup>58</sup> (12,3%) e Nordeste (9,4%). Roraima está no topo da escala, com 14,1% das mulheres na faixa de 12 a 19 anos que já tiveram, pelo menos, 1 filho. Mas nenhum Estado da região Norte tem menos de 10% de maternidade nessa faixa. Na mesma situação, fora da região Norte, só Maranhão e Mato Grosso. O menores índices: Espírito Santo (4,6%) e Distrito Federal (4,9%).

Tabela 5.4.1- Mães (%) de 12 a 19 anos segundo idade e número de filhos. Brasil. 2003

Idade	Maternidade				
	1 Filho	2 Filhos	3 Filhos	4 Filhos	Total
12	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01
13	0,11	0,00	0,00	0,00	0,11
14	0,87	0,01	0,00	0,00	0,88
15	2,53	0,23	0,00	0,00	2,76
16	5,30	0,49	0,10	0,03	5,92
17	9,90	1,21	0,08	0,00	11,20
18	14,56	3,40	0,45	0,01	18,43
19	18,85	5,76	1,10	0,16	25,86
<b>Total</b>	<b>6,55</b>	<b>1,38</b>	<b>0,21</b>	<b>0,02</b>	<b>8,14</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

<sup>58</sup> Não deve ser esquecido que a PNAD trabalha só com a zona urbana da Região Norte do país, salvo no Tocantins, onde a zona rural é incluída.

Tabela 5.4.2- Maternidade em mulheres de 12 a 19 anos de idade, por faixa etária, UF e região. Brasil, 2003

UF/ REGIÃO	Mães			População			% Mães		
	12 a 14	15 a 19	12 a 19	12 a 14	15 a 19	12 a 19	12 a 14	15 a 19	12 a 19
Acre	151	4.822	4.973	15.974	23.220	39.194	0,9	20,8	12,7
Amazonas	0	26.529	26.529	76.282	136.274	212.556	0,0	19,5	12,5
Amapá	432	4.317	4.749	17.040	26.531	43.571	2,5	16,3	10,9
Pará	165	53.252	53.417	156.093	272.879	428.972	0,1	19,5	12,5
Rondônia	218	10.022	10.240	33.319	55.979	89.298	0,7	17,9	11,5
Roraima	0	3.682	3.682	9.289	16.813	26.102	0,0	21,9	14,1
Tocantins	0	12.187	12.187	34.786	67.133	101.919	0,0	18,2	12,0
<b>NORTE</b>	<b>966</b>	<b>114.811</b>	<b>115.777</b>	<b>342.783</b>	<b>598.829</b>	<b>941.612</b>	<b>0,3</b>	<b>19,2</b>	<b>12,3</b>
Alagoas	0	24.037	24.037	99.865	141.920	241.785	0,0	16,9	9,9
Bahia	2.642	103.876	106.518	408.691	740.472	1.149.163	0,6	14,0	9,3
Ceará	1.656	55.012	56.668	252.347	404.341	656.688	0,7	13,6	8,6
Maranhão	1.616	68.688	70.304	212.563	355.587	568.150	0,8	19,3	12,4
Paraíba	0	25.167	25.167	105.974	184.854	290.828	0,0	13,6	8,7
Pernambuco	210	62.867	63.077	232.411	418.959	651.370	0,1	15,0	9,7
Piauí	513	16.424	16.937	97.014	165.796	262.810	0,5	9,9	6,4
Rio Grande do Norte	950	19.472	20.422	82.637	158.624	241.261	1,1	12,3	8,5
Sergipe	327	14.370	14.697	58.120	106.472	164.592	0,6	13,5	8,9
<b>NORDESTE</b>	<b>7.914</b>	<b>389.913</b>	<b>397.827</b>	<b>1.549.622</b>	<b>2.677.025</b>	<b>4.226.647</b>	<b>0,5</b>	<b>14,6</b>	<b>9,4</b>
Espírito Santo	0	11.418	11.418	87.525	161.743	249.268	0,0	7,1	4,6
Minas Gerais	964	83.724	84.688	487.666	905.768	1.393.434	0,2	9,2	6,1
Rio de Janeiro	1.135	56.641	57.776	330.400	605.306	935.706	0,3	9,4	6,2
São Paulo	2.581	184.590	187.171	1.010.108	1.814.788	2.824.896	0,3	10,2	6,6
<b>SUDESTE</b>	<b>4.680</b>	<b>336.373</b>	<b>341.053</b>	<b>1.915.699</b>	<b>3.487.605</b>	<b>5.403.304</b>	<b>0,2</b>	<b>9,6</b>	<b>6,3</b>
Paraná	1.208	57.339	58.547	290.937	461.207	752.144	0,4	12,4	7,8
Rio Grande do Sul	791	58.229	59.020	266.336	453.126	719.462	0,3	12,9	8,2
Santa Catarina	0	30.316	30.316	144.144	280.849	424.993	0,0	10,8	7,1
<b>SUL</b>	<b>1.999</b>	<b>145.884</b>	<b>147.883</b>	<b>701.417</b>	<b>1.195.182</b>	<b>1.896.599</b>	<b>0,3</b>	<b>12,2</b>	<b>7,8</b>
Distrito Federal	0	8.712	8.712	64.846	112.235	177.081	0,0	7,8	4,9
Goiás	676	36.560	37.236	137.057	259.918	396.975	0,5	14,1	9,4
Mato Grosso do Sul	0	14.922	14.922	65.213	109.337	174.550	0,0	13,6	8,5
Mato Grosso	0	26.964	26.964	78.340	142.425	220.765	0,0	18,9	12,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>676</b>	<b>87.158</b>	<b>87.834</b>	<b>345.456</b>	<b>623.915</b>	<b>969.371</b>	<b>0,2</b>	<b>14,0</b>	<b>9,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>16.235</b>	<b>1.074.139</b>	<b>1.090.374</b>	<b>4.854.977</b>	<b>8.582.556</b>	<b>13.437.533</b>	<b>0,3</b>	<b>12,5</b>	<b>8,1</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Essa estreita associação entre maternidade precoce e pobreza pode ser evidenciada tanto nos índices de maternidade diferenciados entre Estados mais *pobres* e mais *ricos*

quanto no interior de cada Estado, ao considerar as diferenças de maternidade precoce nas diferentes faixas de renda da população.

Para elaborar o quadro seguinte, as UF foram agrupadas em 3 grandes grupos – elevada, média e baixa – segundo a renda. Nota-se que, no grupo de Estados de renda elevada, 7,2% das mulheres de 12 a 19 anos são mães. Isso ocorre com 8,6% das mulheres do grupo de Estados de renda média e com 9,1% nos Estados de renda mais baixa.

**Quadro 5.4.1 – Maternidade de 12 a 19 anos segundo a renda das UF. Brasil; 2003.**

<b><u>UF SEGUNDO RENDA</u></b>	<b><u>MÃES DE 12 A 19 ANOS</u></b>
<b>RENDA ELEVADA:</b> Distrito Federal; Santa Catarina; Rio de Janeiro; São Paulo; Rio Grande do Sul; Paraná; Mato Grosso do Sul; Goiás; Espírito Santo e Mato Grosso.	7,2%
<b>RENDA MÉDIA:</b> Rondônia; Minas Gerais; Roraima; Acre; Amapá; Amazonas; Tocantins; Sergipe e Pará.	8,6%
<b>RENDA BAIXA:</b> Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Ceará; Bahia; Piauí; Maranhão e Alagoas	9,1%

Se for dividida a renda familiar *per capita* em 10 grandes grupos (decis) separando 10% de pessoas de menor renda no decil 1, os 10% seguintes no decil 2 e, assim por diante, até 10% da população de maior renda – decil 10 – pode-se verificar como se comportam as mulheres de cada grupo de renda diante da maternidade.

Tabela 5.4.3. - Maternidade 12 a 19 anos  
Segundo Decil de Renda - Brasil – 2003

Decis	Mães	População	%
Decil 1	372.170	1.631.081	22,8
Decil 2	163.950	1.650.460	9,9
Decil 3	176.017	1.605.125	11,0
Decil 4	122.426	1.523.866	8,0
Decil 5	83.340	1.434.385	5,8
Decil 6	67.573	1.192.882	5,7
Decil 7	43.632	1.186.446	3,7
Decil 8	29.830	1.093.185	2,7
Decil 9	16.678	960.119	1,7
Decil 10	4.768	842.142	0,6
<b>Total</b>	<b>1.080.384</b>	<b>13.119.691</b>	<b>8,2</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Observam-se, pela tabelas 5.4.3, as fortes diferenças de maternidade das jovens de 12 a 19 anos em função da renda familiar. Só 0,6% das jovens do decil mais elevado de renda declaram ter tido filho. Mas isso acontece com 22,8% das meninas do decil de renda mais baixo. Isto é, entre os dois extremos da pirâmide de renda, a maternidade aumenta 38 vezes!

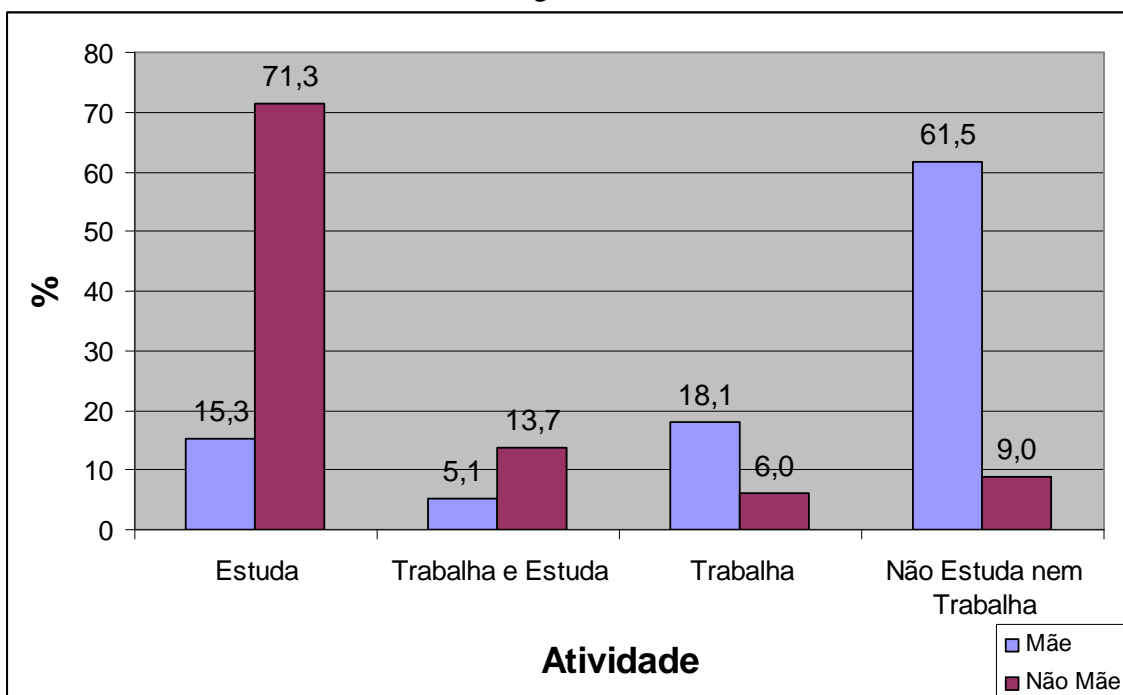
Também muda radicalmente a atividade das jovens em função da maternidade. Pelo Gráfico 5.4.1 e a Tabela 5.4.4, pode-se verificar que só 20,4% das meninas que foram prematuramente mães continuaram estudando (15,3% só estudam e 5,1% estudam e trabalham). Entre as jovens que não tiveram filhos, essa proporção eleva-se para 85% (71,3% que só estudam e 13,7% que estudam e trabalham). Em outro extremo, também se inverte a relação das jovens que não trabalham nem estudam. Se isso acontece em 9% dos casos das jovens que não tiveram filho, 61,5% das mães precoces se encontram nessa situação.

Tabela 5.4.4. - Maternidade 12 a 19 anos segundo atividade - Brasil – 2003

Atividade	Mãe	Não Mãe	Total
Estuda	15,3	71,3	66,7
Trabalha e Estuda	5,1	13,7	13,0
Trabalha	18,1	6,0	6,9
Não Estuda nem Trabalha	61,5	9,0	13,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Gráfico 5.4.1. Maternidade 12 a 19 anos segundo atividade. Brasil. 2003.



Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Como é evidente, isso vai repercutir fortemente na escolarização das jovens mães. Pela tabela 5.4.5, pode-se verificar que, com 19 anos de idade, a escolarização das jovens mães é quase 40% inferior à das jovens que não foram mães.

Tabela 5.4.5. - Maternidade e anos de estudo por idades - Brasil - 2003

Idade	Mãe	Não Mãe	Dif
15 anos	5,1	6,6	28,9%
16 anos	5,7	7,4	28,4%
17 anos	6,3	8,1	28,2%
18 anos	6,5	8,7	33,7%
19 anos	6,8	9,4	39,2%

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Existe a visão bem generalizada de que o problema da gravidez adolescente e seu correlato imediato, a maternidade precoce, vem crescendo significativamente nos últimos tempos. Assim, o próprio IBGE, em estudo divulgado bem recentemente, afirma que “um

fato vem chamando a atenção dos pesquisadores nas últimas décadas. Trata-se do continuado rejuvenescimento da fecundidade, resultado do aumento do número de mães em idades muito jovens e da regulação dos nascimentos por parte das mulheres com idades a partir dos 30 ou 35 anos.”<sup>59</sup>

As evidências arroladas não permitem validar nem generalizar essa visão, correta até fins da década passada. A partir de 1999, parece ter havido uma estagnação e até uma reversão do contínuo crescimento dessa maternidade precoce.

Tomando os dados de algumas PNAD, essa tendência fica evidente. Entre 1993 e 1999, as mulheres de 15 a 19 anos com filho(s), passam de 12,7% para 14,1%, o que representou crescimento de 1,7% ao ano. Já entre 1999 e 2003, observa-se fenômeno inverso: a proporção de mulheres com filho(s) tende a cair passando para 13,6% em 2001, para 13,1% em 2002 e para 12,7% em 2003, o que no período representa queda de 2,47% ao ano, que pode ser considerada expressiva.

Tabela 5.4.6 - Maternidade 12 a 19 anos (%) segundo Decil de Renda - Brasil - 1993/2003

Decil	Ano do Levantamento					Crescimento ao ano		
	1993	1999	2001	2002	2003	93-99	99-03	93-03
Decil 1	34,5	33,7	35,8	37,8	35,8	-0,40	1,50	0,36
Decil 2	15,1	21,1	16,8	15,3	17,0	5,78	-5,29	1,21
Decil 3	16,9	17,7	20,8	18,2	18,2	0,73	0,69	0,71
Decil 4	14,1	15,3	16,2	11,5	12,8	1,38	-4,31	-0,93
Decil 5	11,9	13,6	12,1	11,7	8,9	2,19	-10,14	-2,94
Decil 6	9,4	10,5	7,4	7,0	8,5	1,87	-5,15	-1,00
Decil 7	7,1	8,6	8,0	5,9	5,3	3,45	-11,47	-2,80
Decil 8	6,5	5,0	4,1	4,6	4,0	-4,05	-5,80	-4,75
Decil 9	4,8	3,2	1,6	1,7	2,5	-6,60	-5,85	-6,30
Decil 10	2,5	1,1	1,5	1,2	0,8	-13,26	-6,54	-10,63
Total	12,7	14,1	13,6	13,1	12,7	1,70	-2,47	0,01

Fonte: PNAD/IBGE

Se, nas faixas de menor renda, ao menos até o 4º decil, o comportamento foi oscilante, evidenciando certa estagnação ou leve aumento quando considerada a década, o

<sup>59</sup> IBGE. Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo (Primeira Versão). Rio de Janeiro, Maio de 2005.

mesmo não acontece com as faixas de maior renda. Efetivamente, as faixas desde o quinto decil, quando considerada a década, mostra quedas, em alguns casos, bem marcadas, como no décimo decil, com uma queda de 10,6% ao ano. Essas quedas são bem mais evidentes no período de 1999 a 2002.

Uma segunda fonte de dados, o SINASC do Ministério da Saúde, que centraliza os registros de nascimento, também permite confirmar essas quedas a partir de 1999.

Tabela 5.4.7- Proporção (%) de jovens de 15 a 19 anos que tiveram filho. Brasil. 1994/2002.

UF/ REGIÃO	Ano do Nascimento									Crescimento ao ano		
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	94/99	99/02	94/02
Acre	6,4	6,9	6,6	6,8	6,4	6,9	6,8	6,3	6,5	1,42	-2,06	0,11
Amazonas	4,8	5,1	4,9	5,5	5,4	5,7	5,6	5,5	5,5	3,46	-1,45	1,59
Amapá	7,7	9,0	8,7	8,2	7,7	6,1	6,6	6,4	5,8	-4,71	-1,43	-3,49
Pará	4,3	4,7	4,3	4,8	5,1	5,4	5,1	5,4	5,2	4,89	-1,73	2,35
Rondônia	1,5	5,3	6,7	6,1	6,1	6,1	5,8	5,0	4,8	32,38	-7,73	15,62
Roraima	4,5	7,3	7,3	7,7	7,9	8,8	7,1	6,7	6,1	14,58	-11,87	3,84
Tocantins	4,7	5,4	5,6	5,9	5,9	6,0	5,9	5,9	5,5	4,83	-2,79	1,91
<b>NORTE</b>	<b>4,3</b>	<b>5,2</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5,8</b>	<b>5,5</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>6,07</b>	<b>-2,68</b>	<b>2,70</b>
Alagoas	3,9	5,1	5,2	5,4	5,2	5,2	5,0	5,0	4,7	5,81	-3,38	2,27
Bahia	2,0	2,4	3,0	3,6	3,7	3,8	3,8	3,7	3,6	14,11	-1,64	7,93
Ceará	2,0	3,0	3,2	3,8	4,0	4,1	3,9	4,0	3,7	14,70	-2,78	7,81
Maranhão	2,2	2,5	2,5	3,3	3,5	4,3	4,3	4,6	4,8	14,38	3,93	10,34
Paraíba	1,8	1,4	2,8	2,4	2,9	3,3	3,6	3,8	3,7	12,95	3,63	9,36
Pernambuco	3,7	4,3	4,3	4,3	4,5	4,7	4,5	4,4	4,0	4,67	-4,89	0,98
Piauí	2,4	3,0	3,2	2,6	3,7	3,9	4,6	4,5	4,3	10,00	3,55	7,54
Rio Grande do Norte	2,2	4,6	4,6	4,8	4,6	4,7	4,4	4,2	4,0	16,44	-5,91	7,50
Sergipe	1,8	4,3	4,5	4,6	4,5	4,5	4,5	4,1	3,8	20,15	-5,67	9,73
<b>NORDESTE</b>	<b>2,4</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>3,8</b>	<b>4,0</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>4,1</b>	<b>4,0</b>	<b>11,30</b>	<b>-1,45</b>	<b>6,33</b>
Espírito Santo	3,8	4,4	3,9	4,3	4,2	4,3	3,9	3,8	3,4	2,46	-7,56	-1,42
Minas Gerais	1,0	1,2	1,7	2,0	3,2	3,3	3,2	3,1	2,8	27,18	-5,60	13,73
Rio de Janeiro	4,0	4,1	4,3	4,3	4,1	4,2	4,0	3,6	3,3	0,75	-7,33	-2,36
São Paulo	3,9	4,1	3,9	3,9	3,8	3,8	3,6	3,2	2,9	-0,44	-8,47	-3,53
<b>SUDESTE</b>	<b>3,1</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>3,0</b>	<b>4,11</b>	<b>-7,52</b>	<b>-0,41</b>
Paraná	4,3	4,5	4,6	4,5	4,3	4,3	4,1	3,7	3,5	-0,23	-6,28	-2,54
Rio Grande do Sul	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8	3,9	3,6	3,2	3,0	-0,09	-8,56	-3,35
Santa Catarina	3,1	3,8	4,0	3,9	3,9	3,9	3,6	3,2	3,0	4,28	-8,34	-0,64
<b>SUL</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>	<b>4,2</b>	<b>4,1</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>3,4</b>	<b>3,2</b>	<b>0,64</b>	<b>-7,61</b>	<b>-2,54</b>
Distrito Federal	4,3	4,9	4,3	4,3	4,4	4,2	4,1	3,7	3,3	-0,46	-7,34	-3,10
Goiás	3,4	5,4	5,2	5,2	5,0	4,5	4,6	4,3	4,0	6,02	-3,67	2,28
Mato Grosso do Sul	5,4	5,7	5,5	5,5	5,3	5,2	4,9	4,7	4,5	-0,80	-4,82	-2,33
Mato Grosso	3,5	5,0	5,6	5,7	5,6	5,3	5,1	4,8	4,5	8,66	-5,61	3,07
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>3,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,2</b>	<b>5,2</b>	<b>5,1</b>	<b>4,8</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>	<b>4,1</b>	<b>3,88</b>	<b>-4,89</b>	<b>0,50</b>
<b>BRASIL</b>	<b>3,1</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>	<b>4,2</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>3,6</b>	<b>5,91</b>	<b>-4,74</b>	<b>1,78</b>

Fonte: SINASC/MS

## 5.5 Condições de vida: saneamento básico

Desde as graves epidemias que se registraram no século XVIII, nos grandes centros urbanos da Europa, reconhece-se a importância do saneamento como fator decisivo para o perfil de saúde da população e também como uma necessidade universal e fundamental para a vida. Historicamente, as instituições da saúde no Brasil pautaram sua atuação em modelo de intervenção sanitário predominantemente “hospitalocêntrico”, de combate às conseqüências das doenças, o que propiciou a configuração de um quadro sanitário de extrema complexidade e carência. As modernas políticas de saúde e saneamento constituem uma resposta a esse quadro, objetivando dotar de níveis adequados de saúde ambiental e humana o conjunto da população.

Além disso, a influência das ações de saneamento ambiental na redução da incidência e da prevalência de enfermidades tem sido comprovada por inúmeros estudos conduzidos no Brasil e no exterior. A OPAS/OMS cita, como exemplo do que é possível obter com a melhoria no abastecimento de água e um destino adequado para os esgotos, a redução da morbidade em 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide, em 60 a 70% dos casos de tracoma e de esquistossomose e de 40 a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras. Perto de 75% das internações hospitalares no Brasil estão relacionadas à falta de saneamento básico. A ampliação desses serviços, especialmente no que diz respeito ao incremento do abastecimento de água potável de qualidade, é fundamental para a saúde e, em particular, para redução da mortalidade infantil<sup>60</sup>.

As doenças resultantes da falta ou inadequação das condições de saneamento, especialmente em áreas economicamente deprimidas, agravam o quadro epidemiológico. A manutenção de endemias como cólera, dengue, esquistossomose e leptospirose, bem como altas taxas de mortalidade na infância por doenças diarréicas, são exemplos claros da carência histórica de investimentos em políticas que contemplassem o saneamento como ação preventiva de doenças e promotora de melhor qualidade de vida.

---

<sup>60</sup> Projeto Sanear. UNESCO/Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

A tabela a seguir refere-se à proporção de jovens que têm acesso, em seus domicílios, aos itens de saneamento considerados básicos.

Pode ser verificado que o item de maior universalização é o banheiro, que 93,2% dos jovens possuem em seu domicílio. Mas o 6,8% restantes, que não têm acesso a banheiro no domicílio, representam nada menos que 2,4 milhões de jovens.

Piauí, Alagoas e Maranhão são os Estados que apresentam os menores índices de saneamento básico<sup>61</sup>. Em outro extremo, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro são os que apresentam os índices mais elevados.

O gráfico 5.6.1 permite evidenciar a incidência do fator econômico nas condições de acesso aos benefícios básicos de saneamento. No decil mais baixo de renda familiar:

- 65,9% dos domicílios dos jovens não dispõem de rede de esgoto
- 47,2% não têm no domicílio rede de água tratada.
- 39,15% dos jovens não têm coleta de lixo e
- 25,4% não têm banheiro no domicílio.

Já no grupo de maior renda, praticamente 100% dos jovens tem banheiro e coleta de lixo domiciliar, e bem mais de 90%, esgoto e rede de água.

---

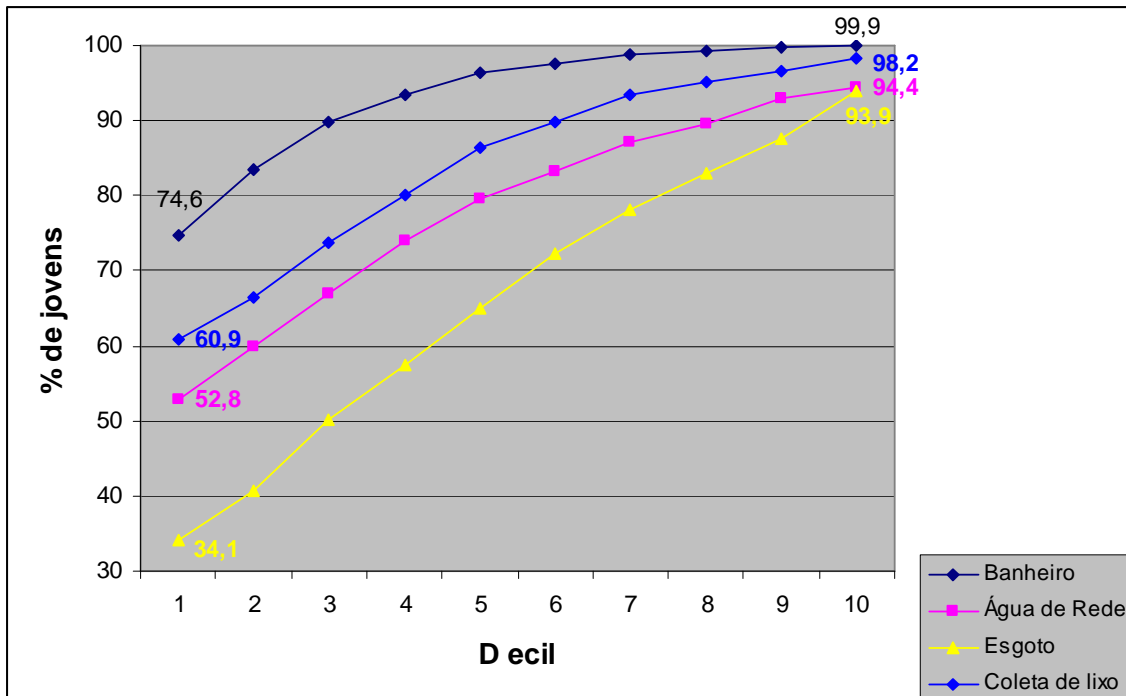
<sup>61</sup> Cabe lembrar que os dados da PNAD referentes aos Estados da Região Norte – salvo Tocantins - não incluem a zona rural. De contar com essas informações, provavelmente os índices seriam bem menores.

Tabela 5.5.1 % de jovens com acesso a itens de saneamento e Índice de Saneamento, por UF e região. Brasil. 2003.

UF/REGIÃO	Banheiro	Água de Rede	Esgoto	Coleta de lixo	Índice de Saneamento
Acre	89,9	40,5	58,4	84,7	<b>68,4</b>
Amazonas	95,8	72,7	71,3	87,5	<b>81,8</b>
Amapá	98,9	61,5	21,6	94,1	<b>69,0</b>
Pará	95,2	48,4	59,4	86,2	<b>72,3</b>
Rondônia	95,7	43,7	34,9	88,6	<b>65,7</b>
Roraima	95,9	83,0	86,1	94,6	<b>89,9</b>
Tocantins	84,1	68,7	16,2	69,7	<b>59,7</b>
<b>NORTE</b>	<b>94,1</b>	<b>57,1</b>	<b>53,5</b>	<b>85,4</b>	<b>72,5</b>
Alagoas	83,3	51,0	19,7	68,6	<b>55,7</b>
Bahia	82,9	65,0	46,3	68,3	<b>65,6</b>
Ceará	83,9	66,3	42,7	69,8	<b>65,7</b>
Maranhão	65,8	48,6	44,2	58,9	<b>54,4</b>
Paraíba	91,3	71,0	40,1	72,0	<b>68,6</b>
Pernambuco	87,1	66,4	37,6	72,5	<b>65,9</b>
Piauí	59,8	50,3	45,7	48,2	<b>51,0</b>
Rio Grande do Norte	94,2	78,2	51,5	80,9	<b>76,2</b>
Sergipe	93,8	83,9	59,0	79,0	<b>78,9</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>81,9</b>	<b>63,7</b>	<b>42,9</b>	<b>68,3</b>	<b>64,2</b>
Espírito Santo	98,5	79,5	69,6	81,1	<b>82,2</b>
Minas Gerais	96,2	82,6	73,3	83,7	<b>83,9</b>
Rio de Janeiro	99,7	85,2	86,5	97,2	<b>92,1</b>
São Paulo	99,7	95,7	91,1	97,7	<b>96,0</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>98,7</b>	<b>89,8</b>	<b>84,8</b>	<b>93,3</b>	<b>91,6</b>
Paraná	98,6	84,9	65,5	86,5	<b>83,9</b>
Rio Grande do Sul	97,8	84,6	79,0	87,5	<b>87,2</b>
Santa Catarina	99,0	77,1	80,6	87,4	<b>86,0</b>
<b>SUL</b>	<b>98,4</b>	<b>83,0</b>	<b>74,1</b>	<b>87,1</b>	<b>85,7</b>
Distrito Federal	99,7	90,7	96,9	98,1	<b>96,3</b>
Goiás	97,3	74,0	38,0	89,0	<b>74,6</b>
Mato Grosso do Sul	99,5	80,8	15,4	87,6	<b>70,8</b>
Mato Grosso	95,0	64,1	48,2	74,4	<b>70,4</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>97,6</b>	<b>76,1</b>	<b>47,1</b>	<b>87,2</b>	<b>77,0</b>
<b>BRASIL</b>	<b>93,2</b>	<b>77,7</b>	<b>65,8</b>	<b>83,9</b>	<b>80,1</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 2003

Gráfico 5.5.1. % de jovens com acesso a itens de saneamento segundo decil de renda familiar. Brasil, 2003



Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

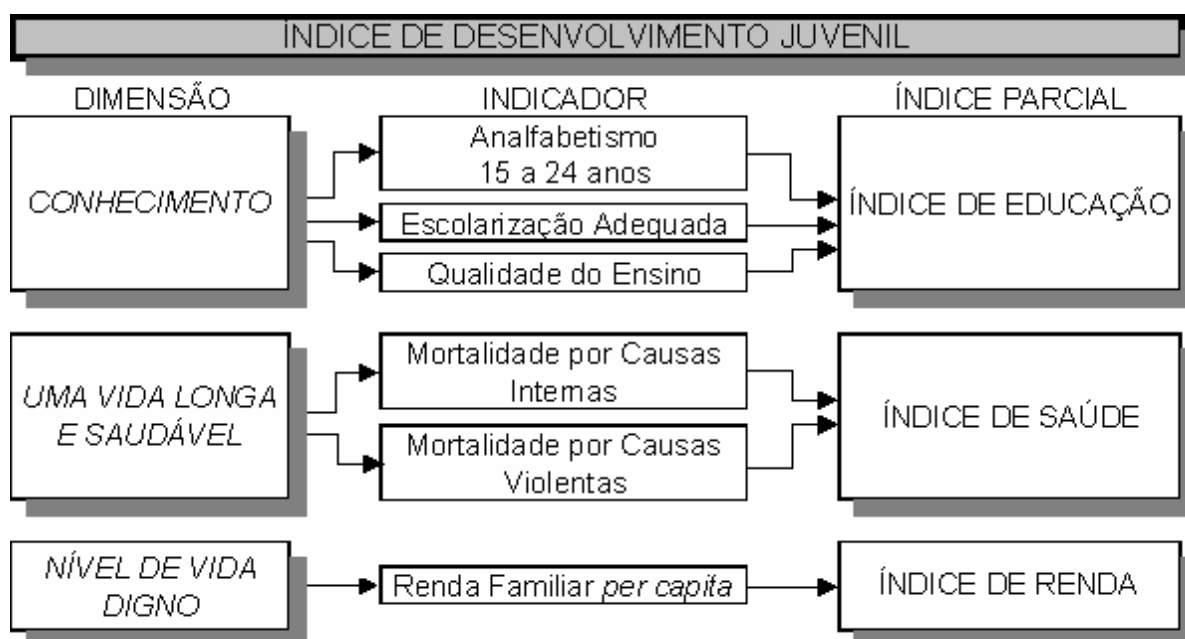
## 6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL

### 6.1 O IDJ

A partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, que envolveram aspectos como educação, renda e saúde dos jovens, já é possível apresentar o indicador sintético da situação da juventude no Brasil.

O intento fundamental na elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil foi precisar locais, aspectos e graus de desigualdade que afetam os jovens do país.

A partir dos referenciais fornecidos pelo IDH do PNUD, foram consideradas as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores:



Os indicadores de base foram assim construídos:

- 1 **Analfabetismo:** Porcentagem de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2003.
- 2 **Escolarização Adequada:** Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam

escola de Ensino Médio ou Superior em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2003.

- 3 Qualidade do Ensino:** Média padronizada das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Fonte: SAEB 2003.
- 4 Mortalidade por Causas Internas:** Taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, atribuídos a causas internas, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM 2003.
- 5 Mortalidade por Causas Violentas:** Taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, ocorridos por causas violentas (suicídios, acidentes de transporte e homicídios, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10). Fonte: SIM 2003.
- 6 Renda Familiar *per capita*:** Valor do rendimento mensal familiar dividido pelo número de membros da família dos jovens na faixa de 15 a 24 anos. Fonte: PNAD 2003.

Esses seis indicadores foram combinados para estruturar os três índices parciais: de educação, de saúde e de renda, constituindo o Índice de Desenvolvimento Juvenil.

Algumas limitações surgidas durante o processo de construção do IDJ devem ainda ser apontadas. Em primeiro lugar, o fato de se trabalhar exclusivamente com fontes secundárias impõe as naturais limitações e restrições que as fontes possuem. Entre essas limitações, vale citar o fato de a PNAD não trabalhar as áreas rurais da maior parte dos Estados da Região Norte, além de adotar a compreensão da alfabetização como uma mera capacidade de ler e interpretar um bilhete simples.

Em segundo lugar, a ausência de levantamentos sistemáticos e fidedignos limita o espectro de indicadores potencialmente relevantes para o tema da juventude que poderiam ser incorporados na composição do Índice, como condições de acesso à cultura, a esportes, ao lazer, à participação política etc.

Entrando de forma direta nos resultados, as tabelas a seguir permitem verificar que Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Paraná aparecem encabeçando o Índice de Desenvolvimento Juvenil. Não é surpreendente, pois são UF que:

- a) também lideram o último Índice de Desenvolvimento Humano divulgado para o país e,
- b) em segundo lugar, numa ordem levemente diferente, também encabeçaram o IDJ no anterior Relatório de Desenvolvimento Juvenil, o de 2003.

No outro extremo da escala, estão Pará, Acre, Piauí, Pernambuco e Alagoas. Santa Catarina, com uma taxa inferior a 1% de jovens analfabetos, isto é, tendo praticamente erradicado o analfabetismo na faixa de 15 a 24 anos, lidera, nesse aspecto, com um índice de 0,955. Por outro lado, Alagoas, com uma taxa de 15,4% de analfabetos na faixa jovem, maior que a média nacional de analfabetismo de 15 anos e mais, ocupa o último lugar no espectro, com um índice de 0,230.

Nos primeiros lugares de escolarização adequada, encontram-se Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo, com índices de 0,768; 0,741 e 0,709 respectivamente. Os desempenhos mais baixos, nesse aspecto, ficaram com Alagoas (0,224) e Maranhão (0,285).

No que tange à qualidade de ensino, os maiores índices foram obtidos por Santa Catarina (0,802), Rio Grande do Sul (0,678) e Distrito Federal (0,620). Os menores, com Tocantins (0,269), Amazonas (0,329) e Alagoas (0,339).

No cômputo parcial de educação, as dez primeiras colocações ficaram todas com UF pertencentes às regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As dez últimas, com Estados do Norte e do Nordeste.

Tal como foi observado na área educacional, também no que concerne à renda, os cinco primeiros lugares são ocupados por UF (Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro) das regiões consideradas mais favorecidas. Novamente, é no Norte e no Nordeste, mais precisamente em Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba que se apresentam as últimas colocações nesse índice parcial.

Diferentemente do que foi visto em educação e nos indicadores de renda, não são observadas estreitas relações entre esses índices e os de saúde, sobretudo quando o indicador é mortalidade por causas violentas. É assim que se depara, por exemplo, com o Estado do Rio de Janeiro ocupando o 5º lugar em educação, o 8º em renda/ocupação e o último (27º) em mortalidade por causas violentas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Distrito Federal, que ocupa o 1º lugar em educação, o 3º em renda/ocupação e o 22º no tipo de mortalidade mencionado.

Situação oposta às assinaladas no parágrafo anterior pode ser encontrada no Maranhão, que ocupa o 24º lugar em educação, o 17º em renda/ocupação e o menor índice do país em mortalidade por causas violentas entre os jovens focalizados.

Ainda no que diz respeito à saúde, mais especificamente a mortes por causas internas, embora haja concentração dos maiores índices em Estados mais pobres do Norte e do Nordeste (Acre, Roraima e Alagoas), também é possível verificar em que UF em que se destacaram positivamente em educação e renda/ocupação – como o Distrito federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais – são encontrados resultados desfavoráveis no que diz respeito ao indicador em foco.

As Tabelas que se seguem não só sistematizam as informações até agora detalhadas como também apresentam outras de igual relevância.

**Tabela 6.1.1:** Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2006 - Unidades Federadas e Regiões

UF/ REGIÃO	Analfa- betismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDU- CAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violent.			
Acre	0,490	0,518	0,416	<b>0,474</b>	0,360	0,639	<b>0,500</b>	<b>0,268</b>	<b>0,414</b>
Amapá	0,917	0,555	0,432	<b>0,634</b>	0,528	0,735	<b>0,632</b>	<b>0,269</b>	<b>0,511</b>
Amazonas	0,698	0,525	0,329	<b>0,517</b>	0,569	0,386	<b>0,478</b>	<b>0,278</b>	<b>0,424</b>
Pará	0,630	0,390	0,354	<b>0,458</b>	0,427	0,723	<b>0,575</b>	<b>0,211</b>	<b>0,415</b>
Rondônia	0,861	0,388	0,408	<b>0,552</b>	0,643	0,598	<b>0,620</b>	<b>0,275</b>	<b>0,483</b>
Roraima	0,829	0,575	0,450	<b>0,618</b>	0,543	0,552	<b>0,548</b>	<b>0,294</b>	<b>0,486</b>
Tocantins	0,810	0,464	0,269	<b>0,514</b>	0,567	0,675	<b>0,621</b>	<b>0,272</b>	<b>0,469</b>
<b>NORTE</b>	<b>0,860</b>	<b>0,472</b>	<b>0,349</b>	<b>0,560</b>	<b>0,489</b>	<b>0,687</b>	<b>0,588</b>	<b>0,280</b>	<b>0,476</b>
Alagoas	0,230	0,224	0,339	<b>0,264</b>	0,556	0,545	<b>0,551</b>	<b>0,191</b>	<b>0,335</b>
Bahia	0,700	0,380	0,402	<b>0,494</b>	0,633	0,797	<b>0,715</b>	<b>0,212</b>	<b>0,474</b>
Ceará	0,650	0,403	0,391	<b>0,481</b>	0,570	0,698	<b>0,634</b>	<b>0,215</b>	<b>0,443</b>
Maranhão	0,600	0,285	0,372	<b>0,419</b>	0,527	0,829	<b>0,678</b>	<b>0,195</b>	<b>0,431</b>
Paraíba	0,625	0,333	0,340	<b>0,432</b>	0,612	0,751	<b>0,681</b>	<b>0,221</b>	<b>0,445</b>
Pernambuco	0,580	0,350	0,356	<b>0,429</b>	0,593	0,361	<b>0,477</b>	<b>0,217</b>	<b>0,374</b>
Piauí	0,475	0,412	0,414	<b>0,433</b>	0,414	0,776	<b>0,595</b>	<b>0,199</b>	<b>0,409</b>
Rio Grande do Norte	0,625	0,448	0,356	<b>0,476</b>	0,677	0,779	<b>0,728</b>	<b>0,224</b>	<b>0,476</b>
Sergipe	0,640	0,496	0,360	<b>0,499</b>	0,602	0,642	<b>0,622</b>	<b>0,263</b>	<b>0,461</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>0,605</b>	<b>0,365</b>	<b>0,374</b>	<b>0,448</b>	<b>0,586</b>	<b>0,690</b>	<b>0,638</b>	<b>0,213</b>	<b>0,433</b>
Espírito Santo	0,905	0,554	0,514	<b>0,658</b>	0,572	0,370	<b>0,471</b>	<b>0,387</b>	<b>0,505</b>
Minas Gerais	0,910	0,559	0,558	<b>0,676</b>	0,621	0,677	<b>0,649</b>	<b>0,341</b>	<b>0,555</b>
Rio de Janeiro	0,945	0,677	0,584	<b>0,735</b>	0,537	0,326	<b>0,432</b>	<b>0,518</b>	<b>0,562</b>
São Paulo	0,955	0,709	0,545	<b>0,736</b>	0,671	0,490	<b>0,580</b>	<b>0,517</b>	<b>0,611</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>0,940</b>	<b>0,658</b>	<b>0,552</b>	<b>0,717</b>	<b>0,629</b>	<b>0,501</b>	<b>0,565</b>	<b>0,466</b>	<b>0,583</b>
Paraná	0,935	0,669	0,588	<b>0,731</b>	0,674	0,549	<b>0,611</b>	<b>0,429</b>	<b>0,590</b>
Rio Grande do Sul	0,935	0,670	0,678	<b>0,761</b>	0,673	0,678	<b>0,675</b>	<b>0,485</b>	<b>0,641</b>
Santa Catarina	0,955	0,741	0,802	<b>0,832</b>	0,731	0,669	<b>0,700</b>	<b>0,527</b>	<b>0,687</b>
<b>SUL</b>	<b>0,940</b>	<b>0,685</b>	<b>0,640</b>	<b>0,755</b>	<b>0,686</b>	<b>0,625</b>	<b>0,656</b>	<b>0,472</b>	<b>0,628</b>
Distrito Federal	0,950	0,768	0,620	<b>0,779</b>	0,573	0,415	<b>0,494</b>	<b>0,649</b>	<b>0,641</b>
Goiás	0,935	0,581	0,498	<b>0,672</b>	0,668	0,633	<b>0,651</b>	<b>0,392</b>	<b>0,571</b>
Mato Grosso do Sul	0,900	0,529	0,443	<b>0,624</b>	0,651	0,507	<b>0,579</b>	<b>0,410</b>	<b>0,538</b>
Mato Grosso	0,910	0,417	0,577	<b>0,635</b>	0,606	0,554	<b>0,580</b>	<b>0,365</b>	<b>0,527</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,925</b>	<b>0,570</b>	<b>0,521</b>	<b>0,672</b>	<b>0,634</b>	<b>0,553</b>	<b>0,594</b>	<b>0,436</b>	<b>0,567</b>
<b>IDJ BRASIL 2005</b>	<b>0,830</b>	<b>0,554</b>	<b>0,498</b>	<b>0,627</b>	<b>0,613</b>	<b>0,594</b>	<b>0,603</b>	<b>0,375</b>	<b>0,535</b>
<b>IDJ BRASIL 2003</b>	<b>0,785</b>	<b>0,476</b>	<b>0,486</b>	<b>0,582</b>	<b>0,597</b>	<b>0,622</b>	<b>0,610</b>	<b>0,419</b>	<b>0,537</b>

**Tabela 6.1.2:** Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2006 - Ordenamento das UF. por IDJ

UF	Analfa- Betismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDU- CAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violent.			
Santa Catarina	0,955	0,741	0,802	<b>0,832</b>	0,731	0,669	<b>0,700</b>	<b>0,527</b>	<b>0,687</b>
Rio Grande do Sul	0,935	0,670	0,678	<b>0,761</b>	0,673	0,678	<b>0,675</b>	<b>0,485</b>	<b>0,641</b>
Distrito Federal	0,950	0,768	0,620	<b>0,779</b>	0,573	0,415	<b>0,494</b>	<b>0,649</b>	<b>0,641</b>
São Paulo	0,955	0,709	0,545	<b>0,736</b>	0,671	0,490	<b>0,580</b>	<b>0,517</b>	<b>0,611</b>
Paraná	0,935	0,669	0,588	<b>0,731</b>	0,674	0,549	<b>0,611</b>	<b>0,429</b>	<b>0,590</b>
Goiás	0,935	0,581	0,498	<b>0,672</b>	0,668	0,633	<b>0,651</b>	<b>0,392</b>	<b>0,571</b>
Rio de Janeiro	0,945	0,677	0,584	<b>0,735</b>	0,537	0,326	<b>0,432</b>	<b>0,518</b>	<b>0,562</b>
Minas Gerais	0,910	0,559	0,558	<b>0,676</b>	0,621	0,677	<b>0,649</b>	<b>0,341</b>	<b>0,555</b>
Mato Grosso do Sul	0,900	0,529	0,443	<b>0,624</b>	0,651	0,507	<b>0,579</b>	<b>0,410</b>	<b>0,538</b>
Mato Grosso	0,910	0,417	0,577	<b>0,635</b>	0,606	0,554	<b>0,580</b>	<b>0,365</b>	<b>0,527</b>
Amapá	0,917	0,555	0,432	<b>0,634</b>	0,528	0,735	<b>0,632</b>	<b>0,269</b>	<b>0,511</b>
Espírito Santo	0,905	0,554	0,514	<b>0,658</b>	0,572	0,370	<b>0,471</b>	<b>0,387</b>	<b>0,505</b>
Roraima	0,829	0,575	0,450	<b>0,618</b>	0,543	0,552	<b>0,548</b>	<b>0,294</b>	<b>0,486</b>
Rondônia	0,861	0,388	0,408	<b>0,552</b>	0,643	0,598	<b>0,620</b>	<b>0,275</b>	<b>0,483</b>
Rio Grande do Norte	0,625	0,448	0,356	<b>0,476</b>	0,677	0,779	<b>0,728</b>	<b>0,224</b>	<b>0,476</b>
Bahia	0,700	0,380	0,402	<b>0,494</b>	0,633	0,797	<b>0,715</b>	<b>0,212</b>	<b>0,474</b>
Tocantins	0,810	0,464	0,269	<b>0,514</b>	0,567	0,675	<b>0,621</b>	<b>0,272</b>	<b>0,469</b>
Sergipe	0,640	0,496	0,360	<b>0,499</b>	0,602	0,642	<b>0,622</b>	<b>0,263</b>	<b>0,461</b>
Paraíba	0,625	0,333	0,340	<b>0,432</b>	0,612	0,751	<b>0,681</b>	<b>0,221</b>	<b>0,445</b>
Ceará	0,650	0,403	0,391	<b>0,481</b>	0,570	0,698	<b>0,634</b>	<b>0,215</b>	<b>0,443</b>
Maranhão	0,600	0,285	0,372	<b>0,419</b>	0,527	0,829	<b>0,678</b>	<b>0,195</b>	<b>0,431</b>
Amazonas	0,698	0,525	0,329	<b>0,517</b>	0,569	0,386	<b>0,478</b>	<b>0,278</b>	<b>0,424</b>
Pará	0,630	0,390	0,354	<b>0,458</b>	0,427	0,723	<b>0,575</b>	<b>0,211</b>	<b>0,415</b>
Acre	0,490	0,518	0,416	<b>0,474</b>	0,360	0,639	<b>0,500</b>	<b>0,268</b>	<b>0,414</b>
Piauí	0,475	0,412	0,414	<b>0,433</b>	0,414	0,776	<b>0,595</b>	<b>0,199</b>	<b>0,409</b>
Pernambuco	0,580	0,350	0,356	<b>0,429</b>	0,593	0,361	<b>0,477</b>	<b>0,217</b>	<b>0,374</b>
Alagoas	0,230	0,224	0,339	<b>0,264</b>	0,556	0,545	<b>0,551</b>	<b>0,191</b>	<b>0,335</b>

**Tabela 6.1.3:** Índice de Desenvolvimento Juvenil –IDJ– 2006-Ordenamento das Regiões por IDJ

REGIÃO	Analfa- betismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDU- CAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	RENDA	IDJ
					Internas	Violent.			
<b>SUL</b>	0,940	0,685	0,640	<b>0,755</b>	0,686	0,625	<b>0,656</b>	<b>0,472</b>	<b>0,628</b>
<b>SUDESTE</b>	0,940	0,658	0,552	<b>0,717</b>	0,629	0,501	<b>0,565</b>	<b>0,466</b>	<b>0,583</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>	0,925	0,570	0,521	<b>0,672</b>	0,634	0,553	<b>0,594</b>	<b>0,436</b>	<b>0,567</b>
<b>NORTE</b>	0,860	0,472	0,349	<b>0,560</b>	0,489	0,687	<b>0,588</b>	<b>0,280</b>	<b>0,476</b>
<b>NORDESTE</b>	0,605	0,365	0,374	<b>0,448</b>	0,586	0,690	<b>0,638</b>	<b>0,213</b>	<b>0,433</b>

**Tabela 6.1.4:** Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2006 – Posição das UF nos Indicadores

UF	Analfa- Betismo	Escol. Adeq.	Qualid. Ensino	EDU- CAÇÃO	Mortalidade		SAÚDE	REN- DA	IDJ
					Internas	Violent.			
Acre	25º	14º	14º	<b>21º</b>	27º	14º	<b>22º</b>	<b>17º</b>	<b>24º</b>
Alagoas	27º	27º	25º	<b>27º</b>	20º	20º	<b>20º</b>	<b>27º</b>	<b>27º</b>
Amapá	8º	10º	13º	<b>11º</b>	23º	6º	<b>10º</b>	<b>16º</b>	<b>11º</b>
Amazonas	17º	13º	26º	<b>15º</b>	18º	24º	<b>24º</b>	<b>13º</b>	<b>22º</b>
Bahia	16º	23º	17º	<b>18º</b>	9º	2º	<b>2º</b>	<b>23º</b>	<b>16º</b>
Ceará	18º	20º	18º	<b>19º</b>	17º	8º	<b>9º</b>	<b>22º</b>	<b>20º</b>
Distrito Federal	3º	1º	3º	<b>2º</b>	15º	23º	<b>23º</b>	<b>1º</b>	<b>3º</b>
Espírito Santo	11º	11º	9º	<b>9º</b>	16º	25º	<b>26º</b>	<b>9º</b>	<b>12º</b>
Goias	7º	7º	10º	<b>8º</b>	6º	15º	<b>7º</b>	<b>8º</b>	<b>6º</b>
Maranhão	23º	26º	19º	<b>26º</b>	24º	1º	<b>5º</b>	<b>26º</b>	<b>21º</b>
Mato Grosso	10º	18º	6º	<b>10º</b>	12º	17º	<b>17º</b>	<b>10º</b>	<b>10º</b>
Mato Grosso do Sul	12º	12º	12º	<b>12º</b>	7º	21º	<b>18º</b>	<b>7º</b>	<b>9º</b>
Minas Gerais	9º	9º	7º	<b>7º</b>	10º	10º	<b>8º</b>	<b>11º</b>	<b>8º</b>
Pará	20º	21º	23º	<b>22º</b>	25º	7º	<b>19º</b>	<b>24º</b>	<b>23º</b>
Paraíba	22º	25º	24º	<b>24º</b>	11º	5º	<b>4º</b>	<b>20º</b>	<b>19º</b>
Paraná	6º	6º	4º	<b>6º</b>	3º	19º	<b>14º</b>	<b>6º</b>	<b>5º</b>
Pernambuco	24º	24º	21º	<b>25º</b>	14º	26º	<b>25º</b>	<b>21º</b>	<b>26º</b>
Piauí	26º	19º	15º	<b>23º</b>	26º	4º	<b>15º</b>	<b>25º</b>	<b>25º</b>
Rio de Janeiro	4º	4º	5º	<b>5º</b>	22º	27º	<b>27º</b>	<b>3º</b>	<b>7º</b>
Rio Grande do Norte	21º	17º	22º	<b>20º</b>	2º	3º	<b>1º</b>	<b>19º</b>	<b>15º</b>
Rio Grande do Sul	5º	5º	2º	<b>3º</b>	4º	9º	<b>6º</b>	<b>5º</b>	<b>2º</b>
Rondônia	13º	22º	16º	<b>14º</b>	8º	16º	<b>13º</b>	<b>14º</b>	<b>14º</b>
Roraima	14º	8º	11º	<b>13º</b>	21º	18º	<b>21º</b>	<b>12º</b>	<b>13º</b>
Santa Catarina	1º	2º	1º	<b>1º</b>	1º	12º	<b>3º</b>	<b>2º</b>	<b>1º</b>
São Paulo	2º	3º	8º	<b>4º</b>	5º	22º	<b>16º</b>	<b>4º</b>	<b>4º</b>
Sergipe	19º	15º	20º	<b>17º</b>	13º	13º	<b>11º</b>	<b>18º</b>	<b>18º</b>
Tocantins	15º	16º	27º	<b>16º</b>	19º	11º	<b>12º</b>	<b>15º</b>	<b>17º</b>

**Tabela 6.1.5:** Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2006 - Comparação IDJ 2003 e 2005

UF/ REGIÃO	Analfabetismo			Escol. Adequada			Qual. Ensino			EDUCAÇÃO			Causas Internas		
	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005	dif
Santa Catarina	0,950	0,955	+	0,660	0,741	+	0,628	0,802	+	<b>0,746</b>	<b>0,832</b>	+	0,740	0,731	-
Rio Grande do Sul	0,935	0,935	=	0,580	0,670	+	0,713	0,678	-	<b>0,743</b>	<b>0,761</b>	+	0,639	0,673	+
Distrito Federal	0,925	0,950	+	0,693	0,768	+	0,662	0,620	-	<b>0,760</b>	<b>0,779</b>	+	0,528	0,573	+
São Paulo	0,945	0,955	+	0,660	0,709	+	0,520	0,545	+	<b>0,708</b>	<b>0,736</b>	+	0,635	0,671	+
Paraná	0,920	0,935	+	0,588	0,669	+	0,517	0,588	+	<b>0,675</b>	<b>0,731</b>	+	0,659	0,674	+
Goiás	0,890	0,935	+	0,490	0,581	+	0,476	0,498	+	<b>0,619</b>	<b>0,672</b>	+	0,650	0,668	+
Rio de Janeiro	0,920	0,945	+	0,585	0,677	+	0,582	0,584	+	<b>0,696</b>	<b>0,735</b>	+	0,546	0,537	-
Minas Gerais	0,885	0,910	+	0,450	0,559	+	0,561	0,558	-	<b>0,632</b>	<b>0,676</b>	+	0,582	0,621	+
Mato Grosso do Sul	0,900	0,900	=	0,363	0,529	+	0,594	0,443	-	<b>0,619</b>	<b>0,624</b>	+	0,590	0,651	+
Mato Grosso	0,870	0,910	+	0,408	0,417	+	0,482	0,577	+	<b>0,586</b>	<b>0,635</b>	+	0,610	0,606	-
Amapá	0,917	0,917	=	0,507	0,555	+	0,377	0,432	+	<b>0,600</b>	<b>0,634</b>	+	0,495	0,528	+
Espírito Santo	0,840	0,905	+	0,490	0,554	+	0,529	0,514	-	<b>0,620</b>	<b>0,658</b>	+	0,594	0,572	-
Roraima	0,742	0,829	+	0,453	0,575	+	0,341	0,450	+	<b>0,512</b>	<b>0,618</b>	+	0,428	0,543	+
Rondônia	0,845	0,861	+	0,235	0,388	+	0,479	0,408	-	<b>0,520</b>	<b>0,552</b>	+	0,613	0,643	+
Rio Grande do Norte	0,520	0,625	+	0,383	0,448	+	0,359	0,356	-	<b>0,420</b>	<b>0,476</b>	+	0,680	0,677	-
Bahia	0,615	0,700	+	0,278	0,380	+	0,378	0,402	+	<b>0,423</b>	<b>0,494</b>	+	0,593	0,633	+
Tocantins	0,740	0,810	+	0,403	0,464	+	0,326	0,269	-	<b>0,490</b>	<b>0,514</b>	+	0,510	0,567	+
Sergipe	0,565	0,640	+	0,338	0,496	+	0,372	0,360	-	<b>0,425</b>	<b>0,499</b>	+	0,508	0,602	+
Paraíba	0,410	0,625	+	0,218	0,333	+	0,355	0,340	-	<b>0,327</b>	<b>0,432</b>	+	0,520	0,612	+
Ceará	0,530	0,650	+	0,358	0,403	+	0,349	0,391	+	<b>0,412</b>	<b>0,481</b>	+	0,585	0,570	-
Maranhão	0,520	0,600	+	0,250	0,285	+	0,289	0,372	+	<b>0,353</b>	<b>0,419</b>	+	0,617	0,527	-
Amazonas	0,621	0,698	+	0,322	0,525	+	0,274	0,329	+	<b>0,406</b>	<b>0,517</b>	+	0,531	0,569	+
Pará	0,571	0,630	+	0,260	0,390	+	0,407	0,354	-	<b>0,413</b>	<b>0,458</b>	+	0,507	0,427	-
Acre	0,314	0,490	+	0,346	0,518	+	0,314	0,416	+	<b>0,324</b>	<b>0,474</b>	+	0,271	0,360	+
Piauí	0,345	0,475	+	0,333	0,412	+	0,436	0,414	-	<b>0,371</b>	<b>0,433</b>	+	0,530	0,414	-
Pernambuco	0,540	0,580	+	0,295	0,350	+	0,308	0,356	+	<b>0,381</b>	<b>0,429</b>	+	0,538	0,593	+
Alagoas	0,230	0,230	=	0,153	0,224	+	0,309	0,339	+	<b>0,230</b>	<b>0,264</b>	+	0,482	0,556	+

(continua..... )

**Tabela 6.1.5:** Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2006 - Comparação IDJ 2003 e 2005 (continuação)

UF/ REGIÃO	Causas Violent.			SAÚDE			RENDA			IDJ			Posição	
	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005	dif	2003	2005
Santa Catarina	0,731	0,669	-	<b>0,735</b>	<b>0,700</b>	-	<b>0,537</b>	<b>0,527</b>	-	<b>0,673</b>	<b>0,687</b>	+	1º	1º
Rio Grande do Sul	0,707	0,678	-	<b>0,673</b>	<b>0,675</b>	+	<b>0,523</b>	<b>0,485</b>	-	<b>0,646</b>	<b>0,641</b>	-	3º	2º
Distrito Federal	0,458	0,415	-	<b>0,493</b>	<b>0,494</b>	+	<b>0,703</b>	<b>0,649</b>	-	<b>0,652</b>	<b>0,641</b>	-	2º	3º
São Paulo	0,442	0,490	+	<b>0,538</b>	<b>0,580</b>	+	<b>0,620</b>	<b>0,517</b>	-	<b>0,622</b>	<b>0,611</b>	-	4º	4º
Paraná	0,650	0,549	-	<b>0,655</b>	<b>0,611</b>	-	<b>0,471</b>	<b>0,429</b>	-	<b>0,600</b>	<b>0,590</b>	-	5º	5º
Goiás	0,628	0,633	+	<b>0,639</b>	<b>0,651</b>	+	<b>0,417</b>	<b>0,392</b>	-	<b>0,558</b>	<b>0,571</b>	+	7º	6º
Rio de Janeiro	0,357	0,326	-	<b>0,452</b>	<b>0,432</b>	-	<b>0,523</b>	<b>0,518</b>	-	<b>0,557</b>	<b>0,562</b>	+	8º	7º
Minas Gerais	0,800	0,677	-	<b>0,691</b>	<b>0,649</b>	-	<b>0,371</b>	<b>0,341</b>	-	<b>0,565</b>	<b>0,555</b>	-	6º	8º
Mato Grosso do Sul	0,576	0,507	-	<b>0,583</b>	<b>0,579</b>	-	<b>0,426</b>	<b>0,410</b>	-	<b>0,543</b>	<b>0,538</b>	-	9º	9º
Mato Grosso	0,517	0,554	+	<b>0,564</b>	<b>0,580</b>	+	<b>0,440</b>	<b>0,365</b>	-	<b>0,530</b>	<b>0,527</b>	-	10º	10º
Amapá	0,467	0,735	+	<b>0,481</b>	<b>0,632</b>	+	<b>0,337</b>	<b>0,269</b>	-	<b>0,473</b>	<b>0,511</b>	+	15º	11º
Espírito Santo	0,431	0,370	-	<b>0,513</b>	<b>0,471</b>	-	<b>0,374</b>	<b>0,387</b>	+	<b>0,502</b>	<b>0,505</b>	+	11º	13º
Roraima	0,371	0,552	+	<b>0,400</b>	<b>0,548</b>	+	<b>0,327</b>	<b>0,294</b>	-	<b>0,413</b>	<b>0,486</b>	+	23º	14º
Rondônia	0,607	0,598	-	<b>0,610</b>	<b>0,620</b>	+	<b>0,287</b>	<b>0,275</b>	-	<b>0,472</b>	<b>0,483</b>	+	12º	15º
Rio Grande do Norte	0,833	0,779	-	<b>0,757</b>	<b>0,728</b>	-	<b>0,260</b>	<b>0,224</b>	-	<b>0,479</b>	<b>0,476</b>	-	13º	12º
Bahia	0,865	0,797	-	<b>0,729</b>	<b>0,715</b>	-	<b>0,237</b>	<b>0,212</b>	-	<b>0,463</b>	<b>0,474</b>	+	16º	16º
Tocantins	0,697	0,675	-	<b>0,604</b>	<b>0,621</b>	+	<b>0,329</b>	<b>0,272</b>	-	<b>0,474</b>	<b>0,469</b>	-	14º	18º
Sergipe	0,670	0,642	-	<b>0,589</b>	<b>0,622</b>	+	<b>0,260</b>	<b>0,263</b>	+	<b>0,425</b>	<b>0,461</b>	+	21º	19º
Paraíba	0,771	0,751	-	<b>0,645</b>	<b>0,681</b>	+	<b>0,214</b>	<b>0,221</b>	+	<b>0,396</b>	<b>0,445</b>	+	24º	17º
Ceará	0,742	0,698	-	<b>0,663</b>	<b>0,634</b>	-	<b>0,243</b>	<b>0,215</b>	-	<b>0,440</b>	<b>0,443</b>	+	19º	20º
Maranhão	0,893	0,829	-	<b>0,755</b>	<b>0,678</b>	-	<b>0,217</b>	<b>0,195</b>	-	<b>0,442</b>	<b>0,431</b>	-	18º	21º
Amazonas	0,706	0,386	-	<b>0,619</b>	<b>0,478</b>	-	<b>0,259</b>	<b>0,278</b>	+	<b>0,428</b>	<b>0,424</b>	-	20º	22º
Pará	0,817	0,723	-	<b>0,662</b>	<b>0,575</b>	-	<b>0,238</b>	<b>0,211</b>	-	<b>0,438</b>	<b>0,415</b>	-	17º	23º
Acre	0,700	0,639	-	<b>0,486</b>	<b>0,500</b>	+	<b>0,345</b>	<b>0,268</b>	-	<b>0,385</b>	<b>0,414</b>	+	25º	24º
Piauí	0,838	0,776	-	<b>0,684</b>	<b>0,595</b>	-	<b>0,214</b>	<b>0,199</b>	-	<b>0,423</b>	<b>0,409</b>	-	22º	25º
Pernambuco	0,360	0,361	+	<b>0,449</b>	<b>0,477</b>	+	<b>0,251</b>	<b>0,217</b>	-	<b>0,361</b>	<b>0,374</b>	+	26º	26º
Alagoas	0,660	0,545	-	<b>0,571</b>	<b>0,551</b>	-	<b>0,209</b>	<b>0,191</b>	-	<b>0,337</b>	<b>0,335</b>	-	27º	27º

**Tabela 6.1.6** Valores Originais dos Indicadores de Base do IDJ 2003 e 2006

UF/REGIÃO	Analfabetos			Matric. Adequada			Qualidade do Ensino (Escala SAEB)											
	%			%			Matemáticas 8a. EF			Português. 8a EF			Matemáticas 3a. EM			Português 3a. EM		
	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ
Acre	13,7	10,2	+	23,8	30,7	+	223,1	229,1	+	222,5	226,0	+	258,4	274,5	+	247,0	263,1	+
Amapá	1,7	1,7	=	30,3	32,2	+	231,8	232,5	+	232,5	234,7	+	255,6	269,8	+	252,5	259,2	+
Amazonas	7,6	6,0	+	22,9	31,0	+	226,3	225,8	-	221,2	221,0	-	243,8	255,5	+	240,8	253,7	+
Pará	8,6	7,4	+	20,4	25,6	+	235,5	230,9	-	235,7	227,5	-	259,3	257,4	-	253,1	248,7	-
Rondônia	3,1	2,8	+	19,4	25,5	+	240,7	233,6	-	237,4	223,4	-	275,2	271,6	-	260,7	260,1	-
Roraima	5,2	3,4	+	28,1	33,0	+	234,6	242,6	+	229,4	237,9	+	253,0	262,2	+	240,6	257,1	+
Tocantins	5,2	3,8	+	26,1	28,6	+	232,3	226,2	-	227,9	222,4	-	255,0	246,6	-	237,4	235,2	-
<b>NORTE</b>	<b>7,3</b>	<b>6,1</b>	<b>+</b>	<b>22,1</b>	<b>27,7</b>	<b>+</b>	<b>231,9</b>	<b>229,3</b>	<b>-</b>	<b>229,2</b>	<b>224,9</b>	<b>-</b>	<b>255,1</b>	<b>258,0</b>	<b>+</b>	<b>247,8</b>	<b>250,9</b>	<b>+</b>
Alagoas	15,4	15,4	=	16,2	18,9	+	225,5	228,0	+	216,6	215,6	-	261,3	263,0	+	246,7	255,5	+
Bahia	7,7	6,0	+	21,2	25,2	+	232,3	235,9	+	225,9	228,9	+	267,6	266,3	-	250,0	253,0	+
Ceará	9,4	7,0	+	24,3	26,1	+	226,2	228,2	+	219,6	221,0	+	266,7	271,2	+	254,0	262,8	+
Maranhão	9,6	8,0	+	20,0	21,4	+	223,1	221,5	-	215,6	219,4	+	257,1	271,0	+	246,1	265,1	+
Paraíba	11,8	7,5	+	18,7	23,3	+	232,0	227,5	-	224,6	221,5	-	265,9	261,5	-	244,1	250,6	+
Pernambuco	9,2	8,4	+	21,8	24,0	+	226,0	230,1	+	217,8	220,3	+	260,4	264,5	+	245,0	253,1	+
Piauí	13,1	10,5	+	23,3	26,5	+	239,6	238,6	-	228,9	223,5	-	270,7	268,5	-	258,8	259,0	+
Rio Grande do Norte	9,6	7,5	+	25,2	27,9	+	233,7	232,6	-	228,2	221,0	-	259,1	260,5	+	245,1	252,4	+
Sergipe	8,7	7,2	+	23,5	29,8	+	231,6	233,7	+	226,5	221,9	-	267,0	259,2	-	248,2	253,0	+
<b>NORDESTE</b>	<b>9,6</b>	<b>7,9</b>	<b>+</b>	<b>21,6</b>	<b>24,6</b>	<b>+</b>	<b>228,8</b>	<b>230,4</b>	<b>+</b>	<b>221,6</b>	<b>222,4</b>	<b>+</b>	<b>264,1</b>	<b>266,1</b>	<b>+</b>	<b>248,8</b>	<b>255,9</b>	<b>+</b>
Espírito Santo	3,2	1,9	+	29,7	32,2	+	246,4	245,5	-	240,6	231,3	-	280,5	282,7	+	265,8	269,9	+
Minas Gerais	2,3	1,8	+	28,0	32,4	+	254,9	250,8	-	242,5	232,1	-	280,3	291,7	+	266,5	273,1	+
Rio de Janeiro	1,6	1,1	+	33,4	37,1	+	251,5	252,6	+	247,4	240,1	-	280,9	282,6	+	272,5	279,2	+
São Paulo	1,1	0,9	+	36,4	38,4	+	247,1	253,6	+	237,2	236,3	-	279,9	281,1	+	266,1	268,6	+
<b>SUDESTE</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>+</b>	<b>33,4</b>	<b>36,3</b>	<b>+</b>	<b>249,7</b>	<b>252,3</b>	<b>+</b>	<b>240,3</b>	<b>235,5</b>	<b>-</b>	<b>280,2</b>	<b>283,8</b>	<b>+</b>	<b>267,2</b>	<b>271,5</b>	<b>+</b>
Paraná	1,6	1,3	+	33,4	36,8	+	247,4	258,2	+	240,5	238,3	-	280,0	291,5	+	260,5	269,3	+
Rio Grande do Sul	1,3	1,3	=	33,2	36,8	+	260,4	259,6	-	252,4	246,1	-	309,0	301,7	-	285,4	285,9	+
Santa Catarina	1,0	0,9	+	36,3	39,6	+	260,1	257,3	-	245,9	242,5	-	292,1	341,3	+	273,6	309,4	+
<b>SUL</b>	<b>1,4</b>	<b>1,2</b>	<b>+</b>	<b>34,0</b>	<b>37,4</b>	<b>+</b>	<b>255,3</b>	<b>258,5</b>	<b>+</b>	<b>246,4</b>	<b>242,3</b>	<b>-</b>	<b>293,0</b>	<b>298,8</b>	<b>+</b>	<b>272,0</b>	<b>278,8</b>	<b>+</b>
Distrito Federal	1,5	1,0	+	37,7	40,7	+	257,6	257,7	+	249,1	240,0	-	295,8	294,3	-	282,9	278,0	-
Goiás	2,2	1,3	+	29,6	33,3	+	240,3	245,1	+	232,3	236,4	+	280,1	272,9	-	261,9	266,2	+
Mato Grosso do Sul	2,0	2,0	=	24,5	31,2	+	250,8	236,8	-	244,8	224,7	-	288,5	272,5	-	275,1	268,0	-
Mato Grosso	2,6	1,8	+	26,3	26,7	+	239,0	252,8	+	231,9	239,4	+	280,0	286,5	+	266,4	273,9	+
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>+</b>	<b>29,5</b>	<b>32,8</b>	<b>+</b>	<b>244,8</b>	<b>246,3</b>	<b>+</b>	<b>237,2</b>	<b>234,7</b>	<b>-</b>	<b>285,1</b>	<b>279,6</b>	<b>-</b>	<b>269,6</b>	<b>270,3</b>	<b>+</b>
<b>BRASIL</b>	<b>4,2</b>	<b>3,4</b>	<b>+</b>	<b>29,2</b>	<b>32,2</b>	<b>+</b>	<b>243,4</b>	<b>245,0</b>	<b>+</b>	<b>235,2</b>	<b>232,0</b>	<b>-</b>	<b>276,7</b>	<b>278,7</b>	<b>+</b>	<b>262,3</b>	<b>266,7</b>	<b>+</b>

**Tabela 6.1.6** Valores Originais dos Indicadores de Base do IDJ 2003 E 2006 (cont.)

UF/REGIÃO	Mortalidade (em 100000)						Renda Familiar (em SMPC)		
	Internas			Violentas			2003	2005	Δ
	2003	2005	Δ	2003	2005	Δ			
Acre	72,9	64,0	+	60,0	72,2	-	1,21	0,94	-
Amapá	50,5	47,2	+	106,7	53,0	+	1,18	0,94	-
Amazonas	46,9	43,1	+	58,7	122,7	-	0,91	0,97	+
Pará	49,3	57,3	-	36,5	55,3	-	0,83	0,74	-
Rondônia	38,8	35,7	+	78,5	80,5	-	1,00	0,96	-
Roraima	57,2	45,7	+	125,8	89,5	+	1,14	1,03	-
Tocantins	49,0	43,3	+	60,6	65,0	-	1,15	0,95	-
<b>NORTE</b>	<b>48,9</b>	<b>51,1</b>	<b>-</b>	<b>53,8</b>	<b>62,5</b>	<b>-</b>	<b>0,93</b>	<b>0,89</b>	<b>-</b>
Alagoas	51,8	44,4	+	68,0	91,0	-	0,73	0,67	-
Bahia	40,7	36,7	+	27,0	40,6	-	0,83	0,74	-
Ceará	41,6	43,0	-	51,5	60,4	-	0,85	0,75	-
Maranhão	38,3	47,3	-	21,3	34,2	-	0,76	0,68	-
Paraíba	48,0	38,8	+	45,8	49,9	-	0,75	0,78	+
Pernambuco	46,2	40,7	+	128,0	127,7	+	0,88	0,76	-
Piauí	47,0	58,6	-	32,4	44,7	-	0,75	0,70	-
Rio Grande do Norte	32,0	32,3	-	33,4	44,3	-	0,91	0,78	-
Sergipe	49,2	39,8	+	66,0	71,6	-	0,91	0,92	+
<b>NORDESTE</b>	<b>42,8</b>	<b>41,4</b>	<b>+</b>	<b>52,1</b>	<b>62,1</b>	<b>-</b>	<b>0,82</b>	<b>0,74</b>	<b>-</b>
Espírito Santo	40,6	42,8	-	113,7	126,0	-	1,31	1,36	+
Minas Gerais	41,8	37,9	+	40,1	64,7	-	1,30	1,19	-
Rio de Janeiro	45,4	46,3	-	128,6	134,7	-	1,83	1,81	-
São Paulo	36,5	32,9	+	111,7	102,0	+	2,17	1,81	-
<b>SUDESTE</b>	<b>39,7</b>	<b>37,1</b>	<b>+</b>	<b>96,7</b>	<b>99,7</b>	<b>-</b>	<b>1,85</b>	<b>1,63</b>	<b>-</b>
Paraná	34,1	32,6	+	69,9	90,2	-	1,65	1,50	-
Rio Grande do Sul	36,1	32,7	+	58,5	64,5	-	1,83	1,70	-
Santa Catarina	26,0	26,9	-	53,8	66,2	-	1,88	1,85	-
SUL	33,1	31,4	+	62,0	74,9	-	1,77	1,65	-
Distrito Federal	47,3	42,7	+	108,4	117,1	-	2,46	2,27	-
Goiás	35,0	33,2	+	74,4	73,3	+	1,46	1,37	-
Mato Grosso do Sul	41,0	34,9	+	84,8	98,6	-	1,49	1,43	-
Mato Grosso	39,0	39,4	-	96,6	89,1	+	1,54	1,28	-
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>39,2</b>	<b>36,6</b>	<b>+</b>	<b>87,4</b>	<b>89,4</b>	<b>-</b>	<b>1,67</b>	<b>1,52</b>	<b>-</b>
<b>BRASIL</b>	<b>40,5</b>	<b>38,7</b>	<b>+</b>	<b>74,4</b>	<b>81,3</b>	<b>-</b>	<b>1,46</b>	<b>1,31</b>	<b>-</b>

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que dizer sobre a situação e a evolução dos índices de desenvolvimento da juventude brasileira? Não existem ainda pesquisas internacionais, ou ao menos de alguns outros países, que permitam comparar a situação da juventude do Brasil com a de outros contextos. Mas, nessa área, parece promissor que o Conselho Nacional da Juventude do Peru – CONAJU – tenha entre seus planos implantar uma bateria de indicadores semelhantes aos aqui desenvolvidos. Também uma recente reunião de Ministros de Juventude dos 48 países que integram a Commonwealth –Comunidade Britânica de Nações- foi convocada especificamente para tratar da adoção de um Índice de Desenvolvimento Juvenil, com intenções semelhantes às que levaram à concretização deste trabalho no Brasil. Por outro lado, também os recentemente criados Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) têm entre seus planos desenvolver sistemas de indicadores semelhantes aos desenvolvidos neste trabalho.

Outra agravante é não haver longas séries históricas que permitam verificar e ponderar quais os aspectos que melhoraram ou estagnaram nas últimas décadas. Mudanças sociais só se evidenciam e se manifestam no médio e no longo prazo. Pequenas mudanças, no curto prazo, só podem indicar tendências possíveis ou, muitas vezes, mudanças só circunstanciais ou conjunturais. Mas, ainda assim, ao menos já se pode contar com um primeiro marco de referência, linha de base, acontecido faz dois anos, com a divulgação do primeiro relatório desta série que será, na maior parte dos casos, um marco comparativo. Dessa forma, pode-se perguntar como evoluíram as diversas dimensões desde o primeiro Relatório de Desenvolvimento Juvenil.

No âmbito educacional, o país tem mostrado avanços lentos, mas positivos, ao longo dos anos. Resultado de políticas nacionais de combate ao analfabetismo e, fundamentalmente, da recente universalização na cobertura do ensino fundamental, o analfabetismo juvenil dá sinais de desaparecer no curto prazo. Se, em 1993, a taxa de analfabetos jovens era de 8,2%, em 2001 caiu para 4,2 e em 2004 para 3,4%. Ainda é

necessário um esforço nesse campo, fundamentalmente sério na região Nordeste do país, que concentra acima de 70% dos jovens analfabetos. Mas as tendências evidenciam que esse é um desafio que deverá ser vencido em poucos anos.

Um aspecto positivo nesse campo merece destaque: contrariando as tendências internacionais, que segregam a mulher na área educacional, no Brasil, tanto na alfabetização quanto nas condições educacionais em geral, são consideráveis os avanços da mulher em relação aos homens.

Se a discriminação educacional por gênero atua positivamente para o lado feminino, o mesmo não acontece quando se aborda a questão racial. Negros apresentam taxas de analfabetismo e de escolarização que indicam a existência de fortes realidades discriminantes. Em algumas unidades federativas, como Alagoas, Pernambuco e Piauí, o analfabetismo juvenil entre os negros ultrapassa a casa dos 10%.

Mas o entendimento sobre o que é analfabetismo vem sofrendo mudanças significativas ao longo do tempo. A definição utilizada pela PNAD/IBGE, fonte destas análises, baseia-se em conceitos propostos pela UNESCO em 1958, quando definia como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. A própria UNESCO, em 1978, sugeriria a adoção do conceito de alfabetismo funcional. Considera alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto e poder usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

Nesse sentido, a última pesquisa anual do Instituto Paulo Montenegro e da Ação Educativa do INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, que aplicou testes de compreensão de textos em uma amostra nacional de população, verifica que só 38% dos jovens podem ser considerados alfabetizados funcionais. Além disso, essa proporção se mantém idêntica à encontrada em 2001, pelo que pode ser afirmado que, nesse campo, não houve praticamente evolução<sup>62</sup>. Já na população total do estudo (15 a 64 anos), o índice de alfabetizados funcionais foi ainda menor: 26%, índice também estagnado nos últimos anos.

---

<sup>62</sup> 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. *Um diagnóstico para a inclusão social pela educação. [Avaliação de Leitura e Escrita]*. São Paulo. Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa. 2005

Não obstante a cobertura do ensino fundamental ter sido praticamente universalizada para a população de 7 a 14 anos, observa-se, na faixa dos 15 aos 24 anos, que em 14 das 27 UF a população jovem nem chega a uma média de 8 anos de estudo, correspondentes ao ensino fundamental completo. E, com casos extremos, como o de Alagoas, onde essa média cai para 5,4 anos de estudo. E não se deve esquecer que a jovem é atualmente a faixa etária de melhor nível de escolarização de toda a população.

Novamente, verifica-se melhor situação educacional das mulheres (8,5 anos de estudo, contra 7,8 anos dos homens) e significativas diferenças educacionais devidas à raça/cor dos jovens: se brancos conseguem estudar 8,8 anos em média, os negros só conseguem 7,1 anos de estudo. Um fato que merece destaque é que a discriminação econômica reforça ainda mais a discriminação racial. Nas camadas mais pobres, as diferenças pelo fator raça/cor são bem mais elevadas do que nos setores mais ricos da juventude. Entre jovens brancos e negros das camadas superiores de renda, as diferenças de anos de escolaridade são muito baixas.

Também na área do ensino de nível médio e superior, há evidências de um acelerado e consistente avanço quantitativo nos últimos anos. Esgotada a fase de rápida expansão da matrícula no ensino fundamental pela virtual universalização de sua cobertura, originaram-se fortes pressões sobre o Ensino Médio e o Superior. Se a matrícula no Ensino Fundamental aumentou 11% entre 1994 e 2001, a do Ensino Médio cresceu, no mesmo período, 71% no ensino regular e 102% na modalidade supletiva. Também melhorou a eficiência do ensino médio: se a matrícula aumentou 71%, a taxa de concludentes aumentou 102%, evidenciando maior capacidade de retenção do sistema. Mais expressivo ainda foi o aumento dos concludentes no ensino supletivo: 398%. Esses dois movimentos atuando em paralelo no Ensino Médio (aumento acelerado da matrícula e aumento da eficiência) estão originando fortes pressões sobre o Ensino Superior. Nesse campo, não parece arriscado prever, em curto prazo, fortes incrementos na *escolarização adequada* utilizada na composição do IDJ.

Mas a área educacional deve ser analisada não só no plano quantitativo, da magnitude da população efetivamente escolarizada, de seu fluxo, mais ou menos eficiente, nos sistemas de ensino. Deve levar também, e necessariamente, ao plano qualitativo, que

remete ao acesso efetivo aos conhecimentos socialmente indispensáveis para a inserção social, familiar e produtiva dos jovens. Mas, nesse campo, o panorama apresenta-se pouco alentador.

No plano internacional, a recente divulgação dos resultados do PISA 2003 pela OCDE<sup>63</sup> é clara em apontar significativos déficits quanto às competências em leitura, matemática e ciências dos jovens brasileiros de 15 anos de idade. O PISA (Programme for International Student Assessment) constitui, na atualidade, a mais abrangente e rigorosa avaliação comparativa internacional referente a competências para a vida da juventude do mundo. Dos 41 países participantes da avaliação de 2003, o Brasil, junto com Indonésia e Tunísia, ocuparam as últimas posições nas habilidades testadas. A média situa os brasileiros no nível inferior da escala de proficiência do PISA, o nível 1, onde os alunos são capazes apenas de realizar as tarefas mais simples.

No plano nacional, o SAEB, desde a avaliação de 1997, passando pela de 1999, de 2001 e a de 2003, mostra preocupantes evidências de níveis extremamente baixos e de contínua estagnação, e até erosão ao longo do tempo, da proficiência dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do Ensino Médio no domínio da língua portuguesa e da matemática.

Recente releitura das escalas e resultados do SAEB de 2001, realizada pelo próprio Ministério da Educação<sup>64</sup>, evidencia a extrema gravidade da atual situação do ensino para a juventude. Segundo essa releitura, na 8ª série do ensino fundamental, só 10,29% dos alunos apresentou competências consideradas adequadas para série que se encontram cursando na área de língua portuguesa. Na área de matemática, a situação é ainda mais crítica: só 2,79% dos alunos conseguiram evidenciar competências compatíveis com a 8ª série. Na 3ª série do ensino médio, a situação não é melhor: 5,34% em língua portuguesa e 5,99% em matemática evidenciam capacidades adequadas com a 3ª série do ensino médio. Dessa forma, boa parte dos avanços quantitativos experimentados nos últimos anos está sendo

---

<sup>63</sup> OECD. *Learning for Tomorrow's World. First Results from Pisa 2003*. Organisation For Economic Co-operation and Development, 2003.

<sup>64</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC. *Qualidade da Educação. Uma Nova Leitura do Desempenho dos Estudantes da 3ª Série do Ensino Médio*. Brasília, Janeiro de 2004. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/MEC. *Qualidade da Educação. Uma Nova Leitura do Desempenho dos Estudantes da 8ª Série do Ensino Fundamental*. Dezembro de 2003.

erodida pelos gargalos qualitativos do sistema educacional brasileiro. E os diversos fatores que determinam essa situação não são simples de remover, nem se podem esperar avanços espetaculares e significativos em curto prazo.

De forma consistente com outras pesquisas nacionais e internacionais, se as competências das mulheres são maiores na área de língua, a dos jovens é maior na área de matemática. Por outro lado, em todas as séries e disciplinas testadas, o aproveitamento dos alunos negros está entre 7% e 8% abaixo do aproveitamento dos alunos brancos.

Mas é na área da saúde da juventude que o panorama se mostra mais preocupante. Como foi indicado no capítulo correspondente, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, contrariando as tendências do restante da população, cujas taxas de mortalidade vêm caindo ao longo dos anos, aumentando a esperança de vida. E a principal causa da mortalidade da juventude brasileira pode ser encontrada nas denominadas mortes violentas. Praticamente duas em cada três mortes de jovens têm sua origem em fatos violentos. No contexto internacional, se as taxas de mortalidade de jovens ocasionadas por suicídios são relativamente baixas, isso não acontece quando se entra no capítulo das mortes ocasionadas por homicídios ou por acidentes de transporte. Nesse campo, morrem jovens, especialmente do sexo masculino: 82,4% das mortes jovens em acidentes de transporte são de homens; 93,6 nos homicídios e 75,4 nos suicídios. Nos homicídios morrem majoritariamente negros, nos acidentes de transporte e nos suicídios, brancos.

O Mapa da Violência 2006<sup>65</sup>, ao fazer uma comparação internacional com mais 83 países do mundo quanto às taxas de mortalidade violenta de jovens nessa mesma faixa etária, permite estabelecer que o Brasil de 2004, com uma taxa de homicídios de 51,7 cada 100000 jovens, era o 3º país que mais matava sua juventude por homicídios, só superado por Colômbia e Venezuela.

Também em mortes de jovens por acidentes de transporte as taxas são elevadas: 22,3 óbitos em 100000 jovens em 2003 colocam o Brasil em 26º lugar no *ranking* dos 84 países do mundo com dados disponíveis sobre o tema. Só no capítulo de suicídios as taxas são relativamente baixas: com uma taxa de 4.7 suicídios em cada 100000 jovens, o Brasil se localiza na posição 66ª dentre os países analisados.

---

<sup>65</sup> WAISELFISZ, J. Jacobo. Mapa da Violência 2006. Brasília: OEI, 2006.

Em conjunto, essas três causas são responsáveis por mais de 60% da mortalidade dos jovens brasileiros. O termo acidente, aplicado às mortes no trânsito, ou o caráter de drama individual e único com que a Justiça trata os homicídios, podem dar a idéia de fatalidade, de aleatoriedade. Mas, se observadas de perto, as estatísticas internacionais mostram que países como Espanha, França, Alemanha, Hong Kong, Grécia, Singapura, Japão, Egito, entre outros, sistematicamente, ao longo dos anos, apresentam índices que estão abaixo de 1 homicídio a cada 100.000 jovens. Outros países, como Brasil, Colômbia, Venezuela, África do Sul, Federação Russa etc., também de forma sistemática e contínua, apresentam taxas sempre superiores a 50 homicídios a cada 100.000 jovens, isto é, 50 vezes maior. Tal sistematicidade não parece ser obra da casualidade.

Se cada uma dessas mortes tem sua história individual, seu conjunto de determinantes e causas, diferentes e específicas para cada caso, irredutíveis em sua diversidade e compreensíveis só a partir de seu contexto específico, sociologicamente é preciso notar sua regularidade e constância. Todos os anos, tem lugar um número determinado de mortes violentas, levemente maior ou menor que as mortes ocorridas no ano anterior. Sem muito esforço, a partir desses dados, pode-se prognosticar, com certa margem de erro, quantos jovens morrerão no país no próximo ano por causas violentas, por homicídios, por acidentes de transporte, por suicídios. E são essas regularidades que possibilitam inferir que, longe de ser resultado de decisões pessoais tomadas por indivíduos isolados, a sociedade brasileira encontra-se perante fenômenos de natureza social, produtos de conjuntos de determinantes que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade e, por esse motivo, previsíveis e evitáveis.

Diferentemente das mortes por causas violentas, que remetem a uma intervenção humana, isto é, resultante de alguma ação dos indivíduos, seja contra si, como no caso dos suicídios, seja pela intervenção - intencional ou não - de outras pessoas, as mortes por causas endógenas - ou causas internas - são produto da deterioração ou erosão da saúde causada por algum tipo de enfermidade/doença.

As taxas de mortalidade por causas internas (38,7 em 100000 jovens) estão bem inferiores às taxas por causas violentas (81,3 em 100000 jovens) e têm caído 4,2% desde o relatório anterior. Contudo, essa taxa varia consideravelmente entre as regiões e unidades

federativas, indo de 64 a cada 100000 habitantes no Acre até 26,9, menos da metade, em Santa Catarina. Isso revela níveis bem diferenciados de vulnerabilidade dos jovens a doenças e outros males que terminam sendo letais e, paralelamente, situações extremamente diferenciadas de oferta e cobertura dos serviços de saúde para a população.

Se for considerado que o próprio Ministério da Saúde assume que a quase totalidade (92,2%) dessas mortes seria “evitável” - por imunoprevenção; por adequado controle na gravidez; por adequada atenção ao parto; por ações preventivas ou diagnósticos precoces – conclui-se que nessa área existe ainda um amplo campo de avanços necessários para uma vida longa e salutar dos jovens.

Outro conjunto de considerações refere-se ao tema da maternidade precoce, intimamente ligado a questões relativas à saúde sexual e reprodutiva das jovens e também com a gravidez indesejada e à possível contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Pelos dados da PNAD de 2003 foi possível comprovar que:

- 8,1% das mulheres de 12 a 19 anos
- 12,5% das mulheres de 15 a 19 anos e
- 25,9% das mulheres de 19 anos de idade, já tiveram, pelo menos, 1 filho vivo.

As evidências da PNAD 2003 permitiram estabelecer uma expressiva associação entre pobreza e maternidade precoce. Por um lado, sob o ponto de vista geográfico, nos Estados com menor renda *per capita* a maternidade precoce é maior (9,1% das mulheres de 12 a 19 anos de idade). Nos Estados com maior renda, a maternidade precoce é menor (7,2%).

Mas essa associação fica mais evidente ao verificar a proporção de jovens que, em cada decil de renda, já teve pelo menos 1 filho vivo. No primeiro decil, o de renda mais baixa, 22,8% das meninas de 12 a 19 anos já tiveram, pelo menos, 1 filho vivo. No decil mais rico isso acontece com só 0,6%.

Contrariamente às colocações da recente bibliografia sobre o tema, que afirma estar havendo um significativo incremento no número de mães jovens, a análise dos dados das PNAD da década de 1993 a 2003 possibilitou verificar que tal incremento realmente aconteceu até fins da década de 1990, com crescimento da maternidade precoce na ordem

de 1,7% ao ano. Já a partir de 1999 reverte-se essa tendência, a proporção de mulheres jovens com filho(s) vivo(s) cai em um ritmo de 2,5% ao ano. Tais quedas acontecem, fundamentalmente, nos estratos de renda mais elevada da população. Nos estratos de renda mais baixa, a maternidade jovem continua a crescer.

Como ficou evidente no decorrer deste estudo, existe no Brasil forte polarização na distribuição da renda, a qual tem originado mecanismos marcadamente diferenciados de acesso aos diversos benefícios sociais básicos, como educação e saúde. Isso tem reforçado a vulnerabilidade de amplos segmentos da população – brancos pobres, negros – e de âmbitos geográficos – como as regiões Norte e Nordeste, historicamente desfavorecidas.

No campo econômico, foi possível verificar que renda familiar *per capita* da juventude brasileira caiu entre 2001 e 2003 de 1,46 para 1,31 salários mínimos, o que representa um decréscimo de 10,2%. Em maior ou menor medida, isso aconteceu em quase todas as UF do país, com expressivos desequilíbrios de renda entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste, distribuição que acompanha e reforça a concentração de renda no interior de cada Estado.

Mas, por outro lado, também houve significativa queda nos níveis de concentração de renda, isto é, as quedas na renda foram bem maiores nos níveis elevados de riqueza. Efetivamente, se no primeiro decil de renda, os 10% mais pobres, houve um aumento de 17,1% nos rendimentos, à medida que se eleva o nível de renda, registram-se quedas progressivamente maiores, até que, no decil mais rico, as perdas foram de 22,5%.

Mas, inclusive considerando as quedas registradas, a concentração dos rendimentos continua elevada, com forte repercussão sobre as condições de acesso dos jovens ao que podemos considerar benefícios sociais básicos. Assim, por exemplo, na área educacional: se o decil de renda mais pobre só pode atingir 5,8 anos de estudo, o decil mais rico pode completar, em média, mais de 11 anos de estudo. Outra fonte de discriminação é a cor. Efetivamente, a renda familiar dos jovens negros é 53,4% inferior (menos da metade) à dos brancos.

Pelos dados da PNAD 2003, menos da metade dos jovens – 46,9% – tinha renda própria. Nesse sentido, as diferenças de sexo são vultosas: 54,4% dos jovens e só 39,3% das mulheres declaram ter renda própria. E não só essa diferença. As mulheres com

rendimentos próprios têm 9.1 anos de estudo e os homens só 7,8. Mas, apesar da maior escolaridade das mulheres, o rendimento dos homens resulta 18% superior ao delas.

Contrariando imagens estereotipadas muitas vezes veiculadas pela mídia, acima de 80% dos jovens brasileiros desenvolve alguma atividade considerada legítima e apropriada para a juventude: estuda, trabalha ou ambas ao mesmo tempo. Mas, ainda assim, os 20% que não estudam nem trabalham representam ainda um enorme contingente. Efetivamente, são mais de 7 milhões de jovens nessa situação.

Desde o último relatório praticamente permaneceu inalterada a proporção de jovens que só estuda, passando de 30,3% em 2001 para 30,7% em 2003. Mas um fato paradoxal e significativo, merece destaque. Em geral, parte significativa da bibliografia sobre o tema propõe uma relação quase linear entre o nível de renda e o acesso à escola, dada a necessidade econômica dos jovens de baixa renda de deixar os estudos e ingressar, de forma precoce, no mercado de trabalho. Mas diversas evidências arroladas ao longo do estudo parecem não condizer com essa visão simplificada.

- Os jovens que conseguem se dedicar só a estudar-se apenas aos estudos, principalmente para o sexo masculino, mas também para o feminino, formam uma espécie de curva em “U” com maiores possibilidades nos extremos da distribuição de renda.
- Os que conciliam trabalho e estudo têm o maior nível de renda e a maior média de tempo de estudo, inclusive à dos em relação aos jovens que só estudam, e a proporção aumenta de jovens nestessa situação cresce à medida que aumenta o nível de renda, principalmente para as mulheres.
- Também a proporção de jovens que só trabalharam aumenta com o incremento da renda, até o 8º decil. Só nos 2 deciles de renda superior, a proporção cai drasticamente: nas camadas de renda superior, os jovens dedicam-se só a estudar apenas aos estudos, ou conciliam estudo e trabalho.
- Nas camadas de renda inferior, os jovens não conseguem nem trabalho nem continuar estudando. São os modernos excluídos dos benefícios sociais e educacionais. Como não têm nível de escolaridade compatível com as demandas do mercado, não conseguem trabalho.

Como não temem renda suficiente, não conseguem continuar estudando. Mas neste, nesse campo, um aspecto positivo foi detectado. Ainda incipiente, é crescente a proporção de crianças e jovens de baixa renda que pode continuar estudando, basicamente devido aos programas de transferência de renda condicionada aos estudos – bolsa-escola; bolsa-família – Bolsa-Escola, Bolsa-Família.

Mas, a pesar desses avanços, existem ainda fortes fatores limitantes do acesso dos jovens aos benefícios sociais básicos. E isso repercute fortemente na construção do presente e mais ainda do futuro da juventude. Ficou comprovado o enorme poder discriminador do fator educacional sobre as oportunidades no mercado de trabalho, tanto na empregabilidade quanto nas condições salariais. As limitadas condições de inserção e progressão educacional de amplos setores da juventude vêm marcando de forma indelével seu o destino social desses jovens. Com limitadas condições educacionais, sem experiência trabalhista de trabalho, com as estreitas oportunidades que oferece o mercado, vão engrossar o exército dos jovens sem ocupação socialmente definida, muitos deles enveredando pelas escassas alternativas que a realidade lhes oferece, sejam legítimas ou não.

Tudo parece indicar que, às contradições e exclusões que acometem o resto da população, a condição de ser *jovem* estaria agregando suas próprias necessidades e direitos fundamentais insatisfeitos.

- Os jovens que conseguem se dedicar só a estudar-se apenas aos estudos, principalmente para o sexo masculino, mas também para o feminino, formam uma espécie de curva em “U” com maiores possibilidades nos extremos da distribuição de renda.
- Os que conciliam trabalho e estudo temem o maior nível de renda e a maior média de tempo de estudo, inclusive à dos em relação aos jovens que só estudam, e a proporção aumenta de jovens nestanessa situação cresce à medida que aumenta o nível de renda, principalmente para as mulheres.
- Também a proporção de jovens que só trabalhatrabalham aumenta com o incremento da renda, até o 8º decil. Só nos 2 decilesdecis de renda superior, a

proporção cai drasticamente: nas camadas de renda superior, os jovens dedicam-se só a estudar apenas aos estudos, ou conciliam estudo e trabalho.

- Nas camadas de renda inferior, os jovens não conseguem nem trabalho nem continuar estudando. São os modernos atuais excluídos dos benefícios sociais e educacionais. Como não tem níveis possuem nível de escolaridade compatíveis compatível com as demandas do mercado, não conseguem trabalho. Como não têm renda suficiente, não conseguem continuar estudando. Mas neste, nesse campo, um aspecto positivo foi detectado. Ainda incipiente, é crescente a proporção de crianças e jovens de baixa renda que pode continuar estudando, basicamente devido aos programas de transferência de renda condicionada aos estudos – bolsa-escola; bolsa-família – Bolsa-Escola, Bolsa-Família.

Mas, a pesar desses avanços, existem ainda fortes fatores limitantes do acesso dos jovens aos benefícios sociais básicos. E isso repercute fortemente na construção do presente e mais ainda do futuro da juventude. Ficou **comprovado** o enorme poder discriminador do fator educacional sobre as oportunidades no mercado de trabalho, tanto na empregabilidade quanto nas condições salariais. As limitadas condições de inserção e progressão educacional de amplos setores da juventude vêm marcando de forma indelével seu o destino social desses jovens. Com limitadas condições educacionais, sem experiência trabalhista de trabalho, com as estreitas oportunidades que oferece o mercado, vão engrossar o exército dos jovens sem ocupação socialmente definida, muitos deles enveredando pelas escassas alternativas que a realidade lhes oferece, sejam legítimas ou não.

Tudo parece indicar que, às contradições e exclusões que acometem o resto da população, a condição de ser *jovem* estaria agregando suas próprias necessidades e direitos fundamentais insatisfeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Ensino médio: múltiplas vozes*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo *et alii*. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre a centralidade e as metamorfoses do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

BALSADI, Otavio Valentim. Emprego Agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos Anos 90. *Revista Ops*, Salvador, v. 2, n. 7, Inverno 1997.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Economia brasileira em perspectiva - 1996*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. Distribuição da renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de. *Mercado de trabalho e distribuição da renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.

BOURDIEU, P – “La jeunesse n’est qu’un mot”. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Qualidade da Educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental*. Brasília, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)*. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/básica/saeb/plano\\_amostral.htm](http://www.inep.gov.br/básica/saeb/plano_amostral.htm).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. *SAEB 2001*. Relatório Nacional, Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, [2003].

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde do Adolescente e do Jovem. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. Brasília, DF, *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, v.1, ago. 1999. Disponível em: <http://www.bireme.br/bvs/adlec>. Acesso em 16/06/2003.

BRASLAVSKY, CECILIA.: *La juventud argentina: informe de situación*. Buenos Aires: Centro Editor, 1986

BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167-168.

CAMARANO, Ana Amélia et alii. *Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, Textos para Discussão 1038, agosto de 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento*. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, n. 1, maio 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary et alii. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Panorama Social de América latina 2000*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FILGUEIRA, C. Estrutura de Oportunidades e Vulnerabilidade Social: aproximaciones conceptuales recientes. In: Seminário Internacional: Las Diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social Santiago de Chile, 20/21 jun. 2001. *Anales*. Santiago de Chile: 2001.

FORACCHI, Maria Alice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/\\_estum.htm#Art.%2060](http://www.unicef.org/brazil/_estum.htm#Art.%2060). Acesso em: 22/07/2003.

GÓMEZ, Elza. Género, equidad y acceso a los servicios de salud: uma aproximación empírica. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 11, n. 5-6, may/june 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1697 (Verbetes Juventude).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2003*. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acesso em: 14/06/2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS 2001. Microdados. Cd-rom. Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil socioeconômico da Maternidade nos extremos do período reprodutivo (Primeira Versão)*. Rio de Janeiro, Maio de 2005

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FPJ); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNPD). *Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida.* Disponível em: <http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias - IDH-M e ICV.pdf>. Acesso em: 09/05/2003.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados.* Disponível em: [http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos\\_IDH/Novo\\_Atlas-Press\\_release\\_1.doc](http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/Novo_Atlas-Press_release_1.doc). Acesso em: 23/07/2003.

KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América latina: o debate adiado.* São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

LANGER, Ana. El embarazo no deseado: impacto sobre la salud y la sociedad en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 11, n. 3, mar. 2002.

LANGONI, C. G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MANNHEIM, Karl O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Maria Alice (org.). *Mannheim.* São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude.* Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1968.

MATSUURA, Koichiro. Discurso do Sr. Koichiro Matsuura (Diretor Geral da UNESCO), por ocasião do lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, em Nova

Iorque, 13 de fevereiro de 2003. UNESCO. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

MICHAUD, Pierre-André. Estudo multicultural com adolescentes: uma perspectiva em saúde pública. *Adolescência Latino-americana*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, abr. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et alii*. *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, André de Souza de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. *Informe Secretaria da Fazenda*. Brasília: Secretaria para Assuntos Fiscais, n. 19, out/2000, p. 2. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>.

OLIVEIRA, Luciano. Os “excluídos” existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, ano 12, fev.1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/OECD. *Literacy Skills for the World of Tomorrow – Further Results From PISA 2000*. UNESCO – Institute for Statistics/Organisation For Economic Co-operation and Development, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Políticas de juventud em América Latina*. Evaluación y diseño. Disponível em: <http://echo.ilo.org/public/spanish/region/ampro/centefor/temas/youth/doc>. Acesso em: 16/06/2003.

ORTEGA Y GASSET, José. *Em torno de Galileu: esquema das crises*. Petrópolis: Vozes, 1989.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PARSONS, T. Social Structure and personality. Nova York: Free Press, 1964. Apud BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD/IBGE) 2001. *Situação do mercado de trabalho: comentários*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment3.htm>. Acesso em: 19/12/2003.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD/IBGE). *Notas Técnicas*. Rio de Janeiro, 2001. Microdados. CD-Rom.

PORCHMAN, Marcio e AMORIN, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002*. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2003*. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/ IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, 1996.

PROJETO SANEAR. UNESCO/Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Recife, 2001.

ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da cidadania. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, ano 12, fev. 1997, p. 14.

RODRÍGUEZ, Garcia *et alii*. *El ambiente legislativo y de políticas relacionado com la salud del adolescente en América Latina y el Caribe*. Washington, OPS/OMS/Fndación W.K. Kellogg, jun. 1999. In: <http://www.adolesc.org/pdf/legislative/pdf>.

SABÓIA, Ana Lucia. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Campinas,

ABEP/Unicamp, out/2000. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br) . Acesso em: 12/05/2003.

SEN, Amartya. A economia da vida e da morte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.23, ano 8, out. 1993, p. 138-145.

SEN, Amartya. Algumas Idéias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

SIM/DATASUS. *Mortalidade: notas técnicas*, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE/ DATASUS. *Mortalidade: notas técnicas*, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.

SPOSITO, MARILIA PONTES. Considerações em Torno do Conhecimento sobre Juventude na Área da Educação. In: SPOSITO, MARILIA PONTES (Coord). *Estado do Conhecimento. Juventude e Educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Os Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978

WASELFISZ, J. Jacobo e MACIEL, Maria. *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. Brasília: UNESCO, 2003.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. Brasília: UNESCO; Cortez Editora, 1998.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da violência II: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2002.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da Violência IV*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2004.

WASELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da Violência 2006*. Brasília: OEI, 2006.

WERTHEIN, Jorge. Alfabetismos ou analfabetismos. *Construção e identidade: as idéias da UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2002.

## LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CENEPI	Centro Nacional de Epidemiologia
CEPAL	Comissão para a América Latina e o Caribe
CID	Classificação Internacional das Doenças
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RFPC	Renda Familiar <i>Per Capita</i>
SE	Secretaria Executiva
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SM	Salário-mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
UF(s)	Unidade(s) Federativa(s)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Organização das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

## **NOTA SOBRE O AUTOR**

**JÚLIO JACOBO WAISELFISZ**, Consultor da OEI. Ex-Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco, Ex-Coordenador de Pesquisa e Avaliação da UNESCO/Brasil e Ex-Coordenador do Setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil. Lic. em Sociologia pela Universidad de Buenos Aires e Mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Exerceu atividades docentes em diversas universidades latino-americanas e foi consultor de organismos internacionais como o PNUD, a OEA e o IICA. Implantou o sistema de avaliação no ensino público no Brasil (convênio MEC/IICA/PNUD) e em Pernambuco (convênio UNESCO/Governo do Estado de PE/Secretaria de Educação). Dentre as suas mais recentes publicações, destacam-se: “Juventude, Violência e Cidadania: os Jovens de Brasília” (São Paulo: Cortez, 1998), “Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil” (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004), “Revertendo Violências, Semeando Futuros” (Brasília, UNESCO, 2003), “Mapa da Violência de São Paulo” (Brasília, UNESCO, 2005), “Mortes ‘matadas’ por armas de fogo no Brasil: 1979/2003”. (Brasília, UNESCO. Série Debates VII, 2005), “Relatório de Desenvolvimento Juvenil. 2003. (Brasília, UNESCO, 2003). Mapa da Violência 2006. Brasília: OEI, 2006.

e-mail: juliowa@uol.com.br